



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 88

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 12 de março de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Jorge Jorge)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Ana Luís, proferiu um [Voto de Pesar pelas vítimas de violência doméstica](#), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Iniciou-se a Agenda da Reunião com a [Interpelação ao Governo Regional sobre “Resultados obtidos pelas escolas açorianas no âmbito das provas finais do 3.º ciclo do ensino básico e dos exames finais do ensino secundário \(ano letivo 2017/2018\)”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, usou de imediato da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Para além dos oradores mencionados, pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados Jorge Jorge (*PSD*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), João Paulo Ávila (*PS*) e José Contente (*PS*).

Proferiram um protesto e contraprotesto os Srs. Deputados João Paulo Ávila (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*), respetivamente.

De seguida, passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 116/XI – “Repavimentação do caminho de acesso à lagoa do Negro, à Gruta do Natal e ao percurso pedestre dos Mistérios Negros, na ilha Terceira”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, intervieram no debate os Srs. Deputados António Parreira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e Luís Rendeiro (*PSD*). Interveio também no debate o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Prosseguiu-se os trabalho com a [Apresentação e discussão do Relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão Permanente de Assuntos Sociais para efeitos de análise e avaliação das respostas públicas regionais na área da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens com mais de 12 anos](#).

Depois da apresentação do relatório pela Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), usaram da palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto (*PS*), os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Jorge Jorge (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*). Usou também da palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Por fim, foi debatido e votado o [Projeto de Resolução n.º 99/XI – “Equiparação na atribuição dos apoios da palavra “Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Mónica Seidi, participaram no debate os Srs. Deputados Jorge Paiva (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Ávila (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco César (*PS*).

Participou também no debate o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e o Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 45 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Elisa Lima **Sousa**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Jorge Miguel Azevedo **Paiva**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**
Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, conforme foi definido pela Conferência de Líderes, nós vamos iniciar os nossos trabalhos com a leitura de um voto de pesar pelas vítimas da violência doméstica, que passarei a ler de imediato.

VOTO DE PESAR

A violência doméstica, crime público desde o ano 2000, afeta milhares de famílias portuguesas, sendo que a mulher é a sua principal vítima. Este flagelo, que é transversal a todas as classes sociais, comporta em si atitudes e comportamentos inaceitáveis e intoleráveis aos quais a sociedade não pode ficar indiferente.

Em Portugal esta é, infelizmente, uma realidade social que persiste, pelo que, há que mobilizar e reforçar meios de ajuda às vítimas, assim como pugnar pela efetiva punição dos respetivos agressores. Para o efeito, o enfoque dos responsáveis políticos e das entidades sociais, policiais e judiciais deve centrar-se quer ao nível da celeridade de respostas por parte do sistema, quer ao nível do enquadramento legal dos casos de violência doméstica.

Só este ano, e em menos de três meses, já foram assassinadas, em Portugal, em contexto de violência doméstica, 12 mulheres e uma criança, algo completamente inaceitável numa sociedade moderna e livre.

A violência doméstica só deixará de ser uma realidade quando existir uma plena alteração de atitudes e de comportamentos que favoreçam uma mudança cultural na forma como a mulher é encarada no contexto familiar.

O combate à violência doméstica é um dever da sociedade, é uma responsabilidade de cada um de nós.

A instituição do Dia de Luto Nacional pelas Vítimas da Violência Doméstica, colocando, assim, o assunto na ordem do dia, é mais uma via para alertar a sociedade para a não-aceitação deste flagelo, para que ninguém fique indiferente.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Pesar pelas vítimas da violência doméstica e expressa as sentidas condolências às suas famílias.

Horta, 12 de março de 2019.

Os Líderes Parlamentares, Francisco César, João Paulo Corvelo, António Lima, Artur Lima, Paulo Estêvão e Luís Maurício.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora entrar na agenda da reunião.

O primeiro ponto é a Interpelação ao Governo Regional sobre “Resultados obtidos pelas escolas açorianas no âmbito das provas finais do 3.º ciclo do ensino básico e dos exames finais do ensino secundário (ano letivo 2017/2018)”, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Regem esta matéria os artigos 183 e 184 do nosso Regimento, e os tempos foram definidos pela Conferências de Líderes, estando assim distribuídos: o interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos, o PSD 24 minutos, o CDS 15 minutos, o Bloco de Esquerda 12 minutos e o PCP 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estou aqui hoje a interpelar o Governo Regional a respeito dos resultados obtidos pelas escolas açorianas no âmbito das provas finais do 3.º ciclo do ensino básico e dos exames finais do ensino secundário referentes ao ano letivo 2017/2018.

Mais uma vez, os resultados obtidos pelas nossas escolas no âmbito das provas finais do 3.º ciclo do ensino básico e dos exames finais do ensino secundário não são satisfatórios.

Mais do que isso. Representam uma autêntica hecatombe, um tremendo fracasso.

No ensino básico, seguindo a tabela realizada pelo jornal “Público” que contempla 1046 escolas, é possível destacar os seguintes dados:

- 1 – Apenas três escolas açorianas, das 29 onde se realizaram pelo menos 50 provas, estão classificadas na primeira metade da tabela nacional;
- 2 – Nenhuma conseguiu classificar-se nos primeiros 300 lugares;
- 3 – Estão classificadas nos últimos 200 lugares da tabela 20 escolas açorianas, ou seja, 69% das escolas dos Açores;
- 4 – Nos últimos 100 lugares da tabela nacional estão 11 escolas açorianas;
- 5 – As escolas com os piores resultados nacionais nas provas finais do 3.º ciclo de Matemática e de Português são açorianas.

O panorama geral não é melhor no que diz respeito aos resultados obtidos no âmbito dos exames finais do ensino secundário.

- 1 – Apenas uma escola açoriana, das 20 onde se realizaram pelo menos 50 exames, está classificada na primeira metade da tabela nacional. Apenas uma na primeira metade da tabela nacional;
- 2 – Metade das escolas açorianas estão classificadas nos últimos 100 lugares;

3 – Apenas uma escola açoriana alcançou uma média igual ou superior a 10 no exame de Matemática;

4 – Apenas duas escolas açorianas alcançaram uma média igual ou superior a 10 no exame de Físico-Química.

Meus senhores, estes resultados são inaceitáveis. Estamos na cauda do país em termos de resultados obtidos nos exames nacionais. Perante este cenário catastrófico, o que disse o Governo Regional?

Pela voz do Secretário da Educação e Cultura chegou-nos esta pérola de análise estatística e pedagógica: “O resultado dos exames não são importantes. Revelam pouco e ainda assim nada de perturbante aconteceu. Afinal os resultados regionais estão em linha ...”, disse o Sr. Secretário, “... com os resultados nacionais.

Em linha com os resultados nacionais. Estão é várias linhas abaixo das médias dos resultados obtidos a nível nacional.

Deputado Manuel Pereira (PS): Se a linha for vertical como é que é?

O Orador: Como é que o um membro do Governo pode faltar á verdade desta forma e seguir como se nada fosse o seu caminho?

Meus senhores, o realismo dos membros deste Governo e o seu completo desprezo pela realidade é tão anedótico que, sem ofensa, por vezes sinto que estou a falar e a discutir com os Secretários que pouco se distinguem do Mr. Magoo.

É evidente que com atitudes destas de negação absoluta dos factos, pouca coisa se conseguirá alterar no âmbito do sistema educativo açoriano.

Os exames, assim como os testes internacionais, permitem comparar os nossos resultados com os obtidos por outros sistemas educativos. Estes resultados, assim como muitos outros dados e resultados obtidos pelo sistema educativo açoriano, devem ser analisados e utilizados no âmbito da planificação e reforma do sistema educativo regional.

O facto essencial é este: os sucessivos governos socialistas não conseguem retirar a Região da cauda nacional em termos do sucesso educativo.

Não conseguem.

Deputado Manuel Pereira (PS): Consegue, consegue!

O Orador: A ação política do atual Secretário da Educação e Cultura constitui um fracasso absoluto, um desastre, sem paliativos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Proponho nesta intervenção analisar os resultados obtidos pelo nosso sistema educativo, para além dos resultados obtidos nos exames nacionais.

Vamos então olhar para alguns factos que considero relevantes e que na minha opinião explicam, em conjunto com a situação económico-social das populações dos territórios educativos, os resultados catastróficos alcançados.

Começando pelo início: Pode explicar-me, Sr. Secretário da Educação e Cultura, porque razão um quinto (repito: um quinto) das crianças açorianas com seis anos fica retida no pré-escolar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o PROSUCESSO!

O Orador: Sabe o que isso significa, Sr. Secretário? Isso significa que 20% das nossas crianças iniciam o seu percurso no ensino básico com um ano de atraso.

Acho estes números intoleráveis! Significam uma desvantagem inaceitável para as crianças açorianas logo no início do seu percurso escolar.

Veja, Sr. Secretário, como as discrepâncias em relação à realidade nacional se acentuam ao longo do percurso dos alunos açorianos.

A nível nacional, 80,7% dos alunos com 10 anos estão no 2.º ciclo.

Nos Açores, apenas 63% estão no 2.º ciclo com essa idade.

Tudo isto tem, logicamente, um efeito cumulativo.

Assim, 76% das crianças com 12 anos alcançam o 3.º ciclo a nível nacional.

Nos Açores, apenas 58% das crianças com a mesma idade o fazem. Com essa idade, 5,2% das crianças açorianas estão ainda no 1.º ciclo.

Olhando para estes dados, não surpreende que apenas 46,4% dos alunos açorianos com 15 anos estejam matriculados no ensino superior. A percentagem nacional é quase 20% superior, 60,6%, neste escalão etário, e assim se manterá nos 17 e nos 18 anos.

Tudo isto significa que os resultados dos exames nacionais refletem um percurso escolar mais difícil para os nossos alunos.

As sucessivas retenções de que são alvo os nossos alunos nada acrescentam em termos de aproveitamento escolar.

Veja-se o último número que refiro neste discurso. As taxas de retenção e desistência nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário alcançam uns extraordinários 21% nos Açores.

Na Madeira a percentagem é de apenas 13%.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O desastre dos exames nacionais apenas exterioriza e torna patente as insuficiências do nosso sistema educativo. É necessário recentrar esforços e desenhar o nosso sistema educativo em torno de uma ideia central: promover o sucesso escolar dos alunos açorianos.

É necessário implementar de forma enérgica reformas profundas no nosso sistema educativo.

O atual Secretário Regional da Educação e Cultura não é homem para levar a cabo este trabalho. Os quatro anos que leva na pasta provaram isso à sociedade. Durante este período, nada solucionou, muita coisa se agravou. Ainda assim, por obrigação regimental, aqui lhe deixo a pergunta: que medidas pensa implementar o Governo Regional na sequência dos péssimos resultados obtidos pelas escolas açorianas nos exames nacionais?

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Com rankings ou sem rankings, nós temos uma estratégia de combate ao insucesso escolar com resultados mensuráveis e encorajadores.

Trata-se do “PROSUCESSO - Açores pela educação” implementado desde o ano letivo de 2015/2016 que há de terminar em 2025/2026 após uma avaliação intercalar em 2020/21.

Todavia, em 2017/18, com uma considerável antecipação, atingimos já as metas estabelecidas para 2020/21 com taxas de transição no ensino básico que subiram 16 pontos percentuais, de 73 para 89%, com taxas de transição do ensino secundário que subiram oito pontos percentuais, de 66 para 74%, a que ainda acresce um aumento da frequência do pré-escolar nos três anos dos 68 para os 80%.

Claro que no âmbito do PROSUCESSO há muitos projetos com maior ou com menor intervenção espacial, com maior ou com menor êxito pedagógico. Não é possível olvidar o denominado Prof DA, orientado pelo Professor Ricardo Teixeira da Universidade dos Açores, que vem revolucionando o ensino da matemática nos 1.º e 2.º ciclos, facto comprovado pela acréscimo do número de alunos que agora elege a matemática por disciplina preferida.

Na prática, no 1.º ciclo, os resultados consistem na redução do insucesso bem perceptível na diminuição das menções de Insuficiente e de Suficiente, e no aumento das menções de Bom e de Muito Bom.

Na prática, no 2.º ciclo, os resultados consistem na redução dos níveis negativos de um e dois, e no acréscimo dos níveis positivos de três, quatro e cinco.

Há, naturalmente, fatores que contribuem para o alcance destes bons indicadores, entre eles a relação de proximidade entre a tutela e as unidades

orgânicas facultada pelas equipas de apoio educativo, os progressos no diagnóstico das dificuldades que permitem a elaboração de planos de ação pedagógica mais adequados às prioridades, a fixação das lideranças e das equipas do PROSUCESSO na relação ensino/aprendizagem em benefício da melhoria dos resultados escolares, a articulação de lideranças, conselhos de turma e professores titulares na identificação de dificuldades que acarretam risco de retenção.

Perguntar-me-ão, e com propriedade, por que razão todos estes progressos não aparecem refletidos nos rankings entretanto conhecidos. Simplesmente porque as provas do 9.º ano e os exames do secundário ainda não refletem as políticas do PROSUCESSO que só agora chegam mais sistematicamente ao 3.º ciclo do ensino básico.

Gostaríamos também de liderar os rankings das escolas, no entanto, não nos envergonhamos dos nossos resultados. Comparativamente a 2017, temos médias mais elevadas e ocupamos melhores lugares nas tabelas. Ainda ninguém o disse, mas é verdade. No Corvo, a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira obteve no 9.º ano a média mais elevada do país: 73,5%.

Dir-me-ão que o universo é ínfimo porque cingido à realização do exame por um único aluno, é certo. Todavia, foi agora beneficiada por aquilo que a prejudicou no passado. É mais um alerta para a extrema falibilidade dos rankings.

Nas provas finais do 3.º ciclo temos um resultado agridoce. Em Português registámos uma subida de nove pontos percentuais, até aos 61,4%, equivalente a 79% de positivas, o melhor desempenho até hoje obtido no arquipélago. Em Matemática registámos uma descida de nove pontos percentuais, até aos 35,3%, equivalente a somente 29% de positivas. Mesmo assim, na média geral, cinco escolas evidenciam resultados positivos, mais duas do que em 2017, quatro

escolas ocupam lugares da primeira metade da tabela, 11 escolas têm subidas de média e 15 excedem o valor esperado previamente definido.

Nos exames do secundário são idênticos os avanços. Três escolas em 22 melhoram o posicionamento nos rankings, sete escolas superam o valor esperado, 14 das 21 disciplinas possuem médias positivas, mais quatro do que em 2017.

Por isso, em 2017, a nossa escola pior classificada estava na posição 590, em 2018 na 581. Por isso, em 2017, a nossa escola melhor classificada estava na posição 187, em 2018 na 142.

Tradicionalmente, nestes debates, relevava-se a excelência do sistema educativo da Madeira comparativamente à menor prestação dos Açores. Bem, desta vez, a melhor escola açoriana colocada no lugar 142 supera a melhor escola madeirense colocada no lugar 220. De resto, a média geral no secundário na Madeira é de 10 ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a única em 300!

O Orador: ... e nos Açores é de 9,8. Que diferença é esta? Nenhuma.

Ainda em matéria de rankings, é bom recordar que eles penalizam as regiões mais periféricas, quer se situem nos limites das grandes cidades, nos territórios mais recônditos do interior e também nas regiões autónomas, facto claramente evidenciado na análise de Márcio Berenguer, constante do jornal “Público” de 17 de fevereiro passado.

Nestes locais, contra o sucesso escolar imperam as baixas habilitações dos encarregados de educação, fruto do difícil acesso ao ensino, particularmente ao superior, de tempos ainda não de todo longínquos, e aliás, é bem sabido que no êxito escolar dos filhos influi sobretudo a qualificação académica das mães.

Nestes locais, apesar de todos os progressos, pesam as bolsas de pobreza hoje transvertidas com novas roupagens, é por isso que a União Europeia aconselha a definição de estratégias nacionais de combate à pobreza e à exclusão social,

recomendação assumida no Programa do Governo dos Açores e já em processo de execução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grandes bolsas!

O Orador: Na sociedade dita do conhecimento, na erradicação da pobreza, vale essencialmente a escolarização dos povos porque hoje na produção de riqueza as qualificações científicas, técnicas e profissionais contam mais do que os recursos naturais, e para que a educação beneficie todos, não transigimos na procura e na aplicação de projetos inovadores, particularmente o PIC (Plano de Intervenção Comunitária), escola, família, comunidade, dirigido pelo Professor José Ornelas do ISPA, que trava o combate ao insucesso escolar dentro e fora da sala de aula, dentro e fora dos estabelecimentos escolares, à luz do princípio de que as instituições e também as escolas são o reflexo das realidades envolventes.

Na Europa, a febre dos rankings principia nos anos 80 do século passado por pressão das agendas políticas de carácter neoconservador e neoliberal que suscitam o ataque à escola pública, a defesa da privatização e o cerceamento da autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que mais há na Europa!

O Orador: Em Portugal o fenómeno é mais recente. De facto, começa em 2001 como conquista do jornal “Público” e do seu Diretor José Manuel Fernandes, que em nome de princípios nobres, por exemplo, da transparência, logram a divulgação das notas dos exames nacionais sob o pretexto de um instrumento de reflexão e de melhoria do sistema educativo se devidamente considerado pelas comunidades e pelas famílias ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Aqui também não gostam do José Manuel Fernandes!

O Orador: ... na procura de melhores práticas pedagógicas.

Contudo, volvidos cerca de 20 anos, a realidade diverge profundamente das expectativas mais otimistas do passado. A euforia cedeu definitivamente o lugar a alguma desilusão.

Na verdade, tudo se traduz na publicação anual de listagens de notas dos exames nacionais à laia de uma qualquer classificação de uma prova futebolística. Por isso os investigadores Gil Nata e Tiago Neves da Universidade do Porto acabaram de reconhecer, e bem, que da divulgação de cerca de duas décadas de rankings nada resultou em benefício do sistema educativo que episodicamente até quase abdicou da formação global de cidadãos, assumindo por vezes, sem êxito, a feição de um centro de treino intensivo para a preparação de exames.

Folheados os jornais de há escassas semanas, descobrimos somente um depoimento a favor dos rankings, que reza o seguinte, passo a citar: “Toda a gente se sente pressionada pelo ranking para fazer melhor e isso é muito positivo”.

Sintomaticamente trata-se da opinião de Rodrigo Queirós e Melo, Presidente dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, daqueles mesmo que procedem à escola dos seus próprios alunos, oriundos de estratos mais privilegiados ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso é que é! Ora bem!

O Orador: ... económica, social e culturalmente, razão pela qual ocupam os lugares cimeiros de todas as tabelas.

Pelo contrário, os responsáveis máximos da educação são muito mais cautelosos e muito mais pessimistas. São os casos do Secretário de Estado João Costa que reiteradamente afirma, passo também a citar: “Os rankings não dizem rigorosamente nada sobre a qualidade da escola”; ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Grande Secretário!

O Orador: ... e do próprio Ministro Tiago Brandão Rodrigues que refere, e passo também a citar: “O bom trabalho que se faz nas escolas vai muito para além disso”.

Na mesma linha, Alexandre Henriques, professor e coordenador do blogue “ComRegras”, acrescenta que: “Os rankings são imagem, os rankings são ego, os rankings são humilhação, os rankings são uma parte ínfima da realidade”.

De facto, até ao invés da recomendação da OCDE, aquilo que os rankings geraram foi o seguinte: um sistema demasiado polarizado entre escolas de primeira e de segunda, no qual as piores escolas perdem os seus melhores alunos em jeito de hipoteca do futuro, no qual as melhores escolas escolhem os seus próprios alunos, cavando um fosso da desigualdade.

Em consequência, as lideranças seguem duvidosas estratégias de marketing na divulgação de imagens por vezes enganadoras. No mínimo, importa relativizar os rankings, dado que comparam aquilo que é de todo incomparável.

Na verdade, mais do que a azáfama das lideranças, na verdade mais do que o trabalho dos professores, no comportamento das escolas impera o reflexo das comunidades envolventes, e como dizia uma professora da Escola do Bairro do Padre Cruz em Lisboa: “Por vezes, o essencial não passa pelo cumprimento dos programas nem pelas notas dos exames. O essencial passa muitas vezes, e também aqui e acolá entre nós, por fazer aquilo que os pais não podem, não sabem ou não querem fazer, por exemplo, saber estar, saber ouvir, enfim, saber viver em sociedade”.

Além de educar os filhos, há igualmente a necessidade de educar pais para evitar que os problemas de casa, a violência, o abandono e o desinteresse entrem pela escola dentro.

Como também disse o dirigente Manuel Lima da Escola Alexandre Herculano, no Porto: “Em comunidades mais frágeis, o que mais se valoriza é a assiduidade, é a participação, é a livre iniciativa dos alunos”.

Próximo deste entendimento, anda também Guilherme de Oliveira Martins, ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Grande conhecedor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande cabeça!

O Orador: ... ex-Ministro da Educação, quando na definição dos objetivos da escola enuncia o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e a viver com os outros, enfim, o aprender a ser.

Dito isto, resta acrescentar que no mínimo os rankings devem ser analisados com rigor e com responsabilidade, porque mais do que hierarquizar escolas, é preciso entender o respetivo contexto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Além disso, há casos que fazem pensar.

Um caso: os melhores alunos do ranking do secundário procedentes de colégios privados não são os melhores estudantes dos cursos universitários, sendo estes essencialmente provenientes das escolas públicas. E porquê? Talvez porque cesse o anterior impacto das explicações ou a inflação de notas internas imputada às práticas do privado.

Outro caso: a Escola de Rabo de Peixe ocupa a última posição dos rankings do ensino básico, mas há cerca de um ou dois anos atrás foi uma das cinco escolas do país, e a única das regiões autónomas, a ser distinguida como “escola *changemaker*” pela Rede Mundial Ashoka considerando as suas boas práticas, que num contexto difícil muito contribuíram para o combate e para a redução do insucesso e do absentismo escolar.

Aqui está uma prova irrefutável, se não da falência, pelo menos da relativização dos rankings. É caso para dizer que há mais vida para além dos rankings.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Que desta interpelação brote, oxalá, a discussão sobre a educação porque é uma das nossas prioridades; que desta interpelação brote pensamentos

sobre a educação porque é aquilo que mais importa; que nesta interpelação jamais se sobreponha a agenda política à agenda escolar.

Nesta interpelação fugirei à tentação do discurso delicado que oculta os problemas da educação; nesta interpelação oxalá todos abandonem o discurso estéril da contestação que desvirtua os problemas da educação; e se somos todos açorianos e se estamos todos do mesmo lado, que não se sobressaia nunca deste debate um sentimento de satisfação por resultados menos conseguidos ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque isso significa uma atitude entre o feio e o inaceitável.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os rankings das escolas, quer-se goste ou não, são uma realidade e hoje não podemos ignorar esta realidade.

As classificações que as escolas públicas ou privadas obtêm no conjunto das escolas de todo os país, impele-nos a um debate revelador dos princípios e das convicções de cada um de nós, mas que deve também ser clarificador da avaliação que fazemos, do estado da educação nos Açores.

Os rankings das escolas são feitos com os exames nacionais, independentemente de outros fatores que concorrem para o sucesso educativo.

Não é possível negar que a realidade é muito mais complexa do que uma simples classificação de escolas por exames em classificações nacionais, mas também é verdade que a listagem ordenada das escolas com base na classificação obtida pelos alunos nestes exames deve ser recebido como um instrumento de trabalho e reflexão que não pode ser ignorado pelos decisores políticos e pela comunidade educativa e usado sem preconceitos pela generalidade das escolas, professores e encarregados de educação em favor dos seus educandos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não devemos ser contrários à divulgação de todo o tipo de informação que permite à sociedade conhecer melhor qualquer realidade relevante para o seu funcionamento.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, é preferível que existam rankings a que eles não existam. Assim como é preferível que existam dados de contextualização do desempenho dos alunos e escolas a que surjam ordenações apenas com base nos resultados.

Muito caminho há a percorrer para que os rankings sejam mais do que uma arma de arremesso ou propaganda, mas ainda falta muito para que eles em conjunto com outro tipo de educadores funcionem como uma ferramenta ao serviço da melhoria de todo o sistema educativo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais informação, desde que não manipulada, é sempre melhor do que nenhuma informação.

O PSD não encara a educação como uma redução a números e estatísticas. Para nós, a educação das crianças e jovens é muito mais do que isso. Passa por uma formação integral da pessoa humana, valorizando as competências de cada qual.

Nesta caminhada, quanto mais informação dispusermos, melhor, para que se possa intervir de forma mais adequada.

Os rankings são uma realidade. Estes são o que são, valem o que valem e mostram o que mostram.

Deputado Luís Maurício (PSD) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E se há coisa que estes rankings mostram, de forma não-conjuntural, é que os Açores estão sistematicamente mal classificados no contexto nacional, e dentro dos Açores existem diferenças sistemáticas entre ilhas e entre concelhos que se mantêm e repetem globalmente ano após ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Por esta razão, questiono o Sr. Secretário a esclarecer-nos sobre que reflexões nas várias escolas e nas várias ilhas junto das comunidades educativas tem promovido o Governo Regional no intuito de recolher contributos para alterar os maus resultados no futuro?

Neste momento e aqui, para um debate sério e profícuo, interessa pouco o conflito público-privado ou as questões ideológicas pró e contra a publicação dos resultados dos alunos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Interessa mais constatar que ao longo dos anos os dados revelam uma educação cada vez mais desigual, assimétrica e a várias velocidades. Permitem-nos verificar que as escolas em meios urbanos e/ou com melhores condições socioeconómicas alcançam em regra, com naturais exceções, uma melhor posição, enquanto no final da lista nos aparecem escolas de meios rurais e/ou mais carenciados.

Sr. Secretário, coloco-lhe outra pergunta: o que tem feito o Governo Regional para acabar com esta fatalidade geográfica e económica que se parece manter ano após ano?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que aqui estamos a tratar é a aposta no setor da educação, que o PSD/Açores considera essencial e estruturante para o desenvolvimento do arquipélago. Por isso, é necessário formar cidadãos conscientes, conhecedores, competentes e socialmente integrados.

No quadro de um sistema educativo regional urge estabelecer uma efetiva cooperação entre todos os intervenientes no fenómeno educativo, em especial entre professores e entre professores e famílias e comunidades.

Sr. Secretário, deixo-lhe mais umas perguntas. Ora, como pode este longo e desgastado Governo socialista e o Partido Socialista se propor a tal tarefa quando passou meses a criar e a promover um clima de instabilidade na classe docente na Região?

Deputado Luís Maurício (PSD) e Deputado João Bruto da Costa (PSD):

Muito bem!

O Orador: Como pode o Governo socialista, com mais de duas décadas na Região promover esta harmonização entre escola e sociedade quando viabilizou a luta dos docentes, muitas vezes fazendo crer que estes eram os privilegiados?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Como pode o Governo socialista promover esta cooperação com a comunidade quando deixa de apoiar escolas e comunidades que haviam registado imenso sucesso com programas deste tipo?

Como pode o Partido Socialista promover esta cooperação quando, por vingança, quer acabar com as interrupções letivas para os professores e para alguns alunos com mais dificuldade, criando nestes uma tripla estigmatização?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Será que está a fazer isso?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isto é que é uma análise séria!

O Orador: Sem que seja estabelecida essa cultura de cooperação, é impossível pensar em melhores resultados educativos na Região que contribuam para um maior desenvolvimento e coesão territorial.

Não vale a pena esconder a cabeça na areia. Os resultados do nosso sistema educativo regional, e não só pelos supracitados rankings, são péssimos no contexto nacional e europeu.

Deputado Carlos Silva (PS): Está a dizer que os alunos são péssimos!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este ano os resultados mais fracos nos exames nacionais voltaram a registar-se em escolas inseridas em realidades muito distintas, entre as quais as dos Açores, onde se verificaram médias que nos devem fazer refletir a todos (a começar pelo Governo) e disparidades significativas entre a média do exame e a média da nota atribuída pela escola aos alunos.

No fim da lista deste ranking aparecem escolas inseridas em contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, onde a grande maioria dos alunos tem apoio social escolar ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e os pais têm pouca escolaridade, fatores que condicionam o sucesso educativo.

Ora, aqui podemos encontrar um fator decisivo para os resultados menos bons do nosso sistema educativo: é que mais de dois terços dos alunos açorianos são beneficiários de ação social escolar, com uma concentração muito forte no primeiro escalão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A pobreza criada por este longo e desgastado Governo Socialista que nos empobrece há mais de 20 anos e a correlação desta com o sucesso educativo demonstrada em muitos estudos nacionais e internacionais são um fator decisivo no falhanço rotundo deste Governo e das suas políticas de educação nos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é uma grande visão para a educação!

O Orador: A educação não pode ter sucesso nos Açores porque o socialismo não conseguiu criar uma sociedade próspera apesar dos milhões e milhões de euros da União Europeia para desenvolver a Região.

Não é por falta de escolas, não é por falta de bons docentes, é sim pela falta de o Governo criar às crianças e jovens dos Açores as condições física e mentais necessárias para uma aprendizagem e para uma valorização da educação.

O PSD quer uma escola inclusiva, que valorize a formação dos nossos alunos, independentemente da origem socioeconómica, cultural e geográfica. Ora, neste aspeto, como noutros, o Governo chumbou redondamente. Podemos até dizer que o Governo chumbou nas suas próprias políticas educativas.

Deputado Luís Maurício (PSD) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PSD/Açores reconhece que as escolas trabalham estoicamente todos os anos e que não temos piores alunos nem piores professores do que o resto do país.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não parece!

O Orador: Algumas escolas fazem a diferença e muitas conseguem ir além das expectativas, mas não podemos ignorar que ano após ano a maioria das escolas dos Açores continuam no fim da linha. Nenhuma escola dos Açores se posiciona nos 100 primeiros lugares. Esta é a realidade.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: Uma realidade que o Governo Regional e o Partido Socialista desvalorizam, e fazem mal.

Sr. Secretário, deixo-lhe novamente mais algumas questões:

Como podemos falar em sucesso sem recursos?

Como podemos falar em cenários inovadores de ensino e de aprendizagem em contexto educativo com os precários equipamentos informáticos e tecnológicos existentes nas escolas?

Como implementar novas práticas e estratégias pedagógicas quando ainda hoje temos escolas com laboratórios sem os materiais necessários à realização de práticas que estão plasmadas nos programas de várias disciplinas de ciências e que são decisivos na avaliação dos alunos?

Como podemos colocar os nossos jovens em pé de igualdade com os seus colegas do restante país quando não lhes conseguimos garantir igual formação?

Como é possível, Sr. Secretário, dizer que vai fazer uma grande aposta na matemática e nas ciências e depois nos depararmos com a diminuição do número de vagas na Região nestas áreas no concurso de professores?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como podemos falar em sucesso do PROSUCESSO quando sabemos que a taxa de abandono precoce de educação e formação na Região aumenta em contraciclo com Portugal Continental, representando mais do dobro da média nacional?

Ninguém pode ficar indiferente aos 27,8 dos nossos jovens que não estão a frequentar nenhum nível de formação de ensino ou formação, nem tão pouco pode deixar de ficar manifestamente preocupado com o futuro destes nossos jovens.

Os indicadores falam por si. Não vislumbramos poder alcançar o sucesso que o Governo e o Partido Socialista vão artificialmente proclamando. Confrontados

com indicadores nacionais e internacionais, continuamos na cauda do país e da Europa. Enquanto estes indicadores persistirem, não teremos desenvolvimento económico-social na Região e não teremos coesão social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não há dúvida que o sucesso escolar dos nossos alunos e o risco de abandono escolar precoce depende em grande medida das condições socioeconómicas, do contexto familiar e do ambiente de aprendizagem em casa, cuja influência persiste de geração para geração. O forte impacto intergeracional no rendimento escolar pode ser encarado como uma incapacidade do sistema educativo e formativo para gerar e maximizar oportunidades para todos os nossos alunos.

Deste modo, entendemos que um acesso equitativo a uma educação pré-escolar, cuidados para a infância de qualidade e o acolhimento e apoio dos pais logo a partir das primeiras fases da educação dos seus filhos, constituem meios eficazes de combate às desigualdades socioeconómicas no desempenho escolar. Assente na visão de uma educação inclusiva e orientada para o aluno, é fundamental que as escolas gozem de flexibilidade e autonomia, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Bem-vindo!

O Orador: ... pelo que o PSD/Açores defende e continuará a defender o reforço da autonomia das unidades orgânicas.

Deputado Luís Maurício (PSD) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores necessitam de um novo ciclo para o sistema educativo regional, em que a melhoria dos resultados só se efetivará mediante o alargamento da autonomia, proximidade entre os agentes educativos, valorização pública da escola como elevador social, elevação de expectativas dos alunos e um Governo Regional que colaborativamente ouça a comunidade escolar e oriente as políticas educativas, cativando os vários agentes para o

sucesso, não um Governo que faça inúteis braços de ferro com os agentes educativos.

Por isso, continuamos e continuaremos a defender a celebração de contratos de autonomia com as escolas, com os objetivos e metas quantificadas, que possam conduzir a créditos pedagógicos e financeiros em função dos resultados obtidos no seu contexto, envolvendo os pais e outros agentes educativos.

Reforçar as parcerias entre a família e a escola, e aumentar a participação dos pais na tomada de decisões educativas pode ser extramente eficaz no combate ao abandono escolar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Este novo ciclo que é necessário abrir implica a necessidade de refundar o sistema de formação contínua dos professores por ser fundamental assegurar a aquisição de competências, aptidões e conhecimentos que lhes permitam responder a uma ampla variedade de situações que ocorrem em sala de aula.

Conforme indicam estudos recentes, existem diversas áreas para as quais estes profissionais de educação afirmam ter necessidade de formação, necessidade esta identificada no próprio relatório do PROSUCESSO, nomeadamente na falta de formação dos docentes em diferenciação pedagógica, tutoria e avaliação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acreditamos que todas as crianças podem ter sucesso e que a realização e o sucesso são sobretudo produto de muito trabalho mediante políticas governativas eficazes.

São necessárias políticas educativas ambiciosas e adequadas ao desafio que as escolas e os professores enfrentam, com o envolvimento dos pais, das famílias e de toda a sociedade. Mas numa Região como a nossa, que depois de mais de 20 anos de governação socialista apresenta como corolário da sua governação a

necessidade de uma estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social, mostra que sem mudarmos de rumo e de políticas de desenvolvimento regional que criem riqueza em vez de pobreza, o combate pela educação será muito difícil de travar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Debatemos hoje nesta Assembleia uma vez mais os resultados dos exames e provas nacionais obtidos pelas escolas dos Açores no ano letivo transato.

Debater e interpelar o Governo sobre os resultados dos exames nacionais é necessariamente olhar para além deles, não é possível olhar apenas para a árvore e esquecer a floresta. Os resultados dos exames são uma pequena parte do que é o nosso sistema educativo.

O Bloco de Esquerda não se limitará, pois, neste debate, a interpelar o Governo sobre a árvore, ou seja, sobre os exames e os respetivos rankings. Debater estes resultados é debater o sistema educativo no seu todo.

Em primeiro lugar, uma nota sobre os exames. Estes, enquanto método de avaliação e enquanto método de acesso ao ensino superior, têm reconhecidamente também graves problemas e o debate sobre o seu peso e sobre alternativas é cada vez mais premente e atual.

Os exames são causa, como é cada vez mais reconhecido entre os especialistas, do empobrecimento do currículo decorrente do facto de o ensino se concentrar

naquilo que sai nos exames, ignorando tudo o resto, como as aprendizagens de natureza social e emocional.

As disciplinas que não são objeto de exame, perdem a sua relevância na formação dos alunos. Por outro lado, numa altura em que parte significativa dos alunos frequenta o ensino profissional, estes alunos têm de realizar exames sobre conteúdos que não estudaram, criando uma enorme desigualdade.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Exatamente!

O Orador: Todos os anos, e por esta altura, os jornais e as televisões enchem-se de notícias sobre rankings de escolas baseados nos resultados dos exames. Este campeonato mediático é publicidade gratuita para as escolas privadas que naturalmente selecionam os seus alunos assim como o seu contexto socioeconómico; e um castigo anual para as escolas que, por numerosas razões, entre as quais, obviamente, o contexto socioeconómicos onde se inserem, tiveram resultados menos bons. Esta lógica acentua as desigualdades sociais e acentua as desigualdades territoriais.

Discutir rankings e notas de exames de forma isolada é também ignorar todos aqueles que ficaram para trás, aqueles que não chegaram sequer aos exames.

Esta Assembleia não pode ignorá-los.

Nos últimos dois anos, a taxa de abandono escolar precoce, que corresponde ao número de jovens entre os 18 e 24 anos que não terminou o ensino secundário, aumentou nos Açores, contrariando aquela que é a tendência nacional. De 26,9% em 2016 passámos para 28,3% em 2018, uma subida de mais de um ponto percentual.

Sr. Secretário, como explica este retrocesso que significa que cada vez mais jovens açorianos nem o ensino secundário conseguem completar?

O que fez o Governo para combater este flagelo?

Este indicador, quando comparado com o que se passa a nível nacional, onde o abandono escolar precoce já chegou aos 11,2% é arrasador. Portugal terá de

atingir a meta da OCDE de 10% até 2020, essa que é uma meta que neste momento é uma miragem para os Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Três vezes mais!

O Orador: Há neste momento também jovens nos Açores que correm sérios riscos de terem maus resultados nos exames já deste ano, e mais grave do que isso! Correm o risco de verem ser-lhes negado o seu direito à educação. São os jovens surdos da Escola Básica e Integrada dos Arrifes que é desde 2009 escola de referência para alunos surdos na Ilha de São Miguel.

Neste momento, estes alunos estão à beira de ficar sem o apoio essencial de intérprete de língua gestual portuguesa por causa da vergonhosa atuação do Governo Regional durante estes nove anos.

Durante nove anos, o Governo utilizou mão-de-obra precária e mão-de-obra barata recorrendo a todos os expedientes, como falsos recibos verdes e contratos a prazo para garantir o obrigatório apoio de intérprete de língua gestual em vez de abrir as vagas necessárias nos quadros.

Sem este apoio, os alunos surdos ficam isolados, não conseguem comunicar com ninguém, nem com professores, nem com colegas, nem com pessoal não docente. Se há necessidades permanentes, a existência de intérpretes numa escola de referência para alunos surdos é a definição de necessidade permanente.

Mas o Governo Regional, pelos vistos, acha que os alunos surdos não merecem que a sua escola tenha intérpretes nos quadros. Alguns destes alunos irão realizar, Sras. e Srs. Deputados, exames nacionais este ano, mas o Governo em vez de ter garantido que estes teriam intérpretes todo o ano letivo e apesar dos alertas das próprias intérpretes, enterrou a cabeça na areia e ignorou o problema, colocando em causa o acesso destes alunos à educação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: Sr. Secretário, o senhor e este Governo são os responsáveis por estar em causa o direito ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... à educação dos alunos surdos na Ilha de São Miguel. Tem aqui a oportunidade de fazer e de dizer aquilo que está certo. O Governo não precisa de esperar pela proposta que o Bloco de Esquerda irá apresentar durante este plenário para resolver o problema que criou e manteve durante nove anos.

Vai ou não, desde já, garantir uma solução que assegure o apoio aos alunos surdos da Escola Básica dos Arrifes e os direitos das intérpretes que nessa escola prestam serviço há nove anos? Ou vai continuar com a postura que o Governo tem tido durante estes dias de “quero, posso e mando”, colocando em causa o direito constitucional à educação dos alunos surdos?

Disse.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação, terminou vossa excelência a sua intervenção com a palavra “feito”. É feio nós ficarmos satisfeitos e alegres com esses maus resultados. É feio nós estarmos aqui satisfeitos e virmos para aqui ufanar com maus resultados.

Sr. Secretário, mais feio ainda são, consecutivamente, os maus resultados. Isso é que é feio, Sr. Secretário, porque mais feio seria ainda esta Assembleia, o primeiro órgão da autonomia, ver esses resultados públicos e publicados e fechar os olhos e não fazer nada e não fazer de contas que não existe.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Trouxemos ao debate, pela voz do Sr. Deputado Paulo Estêvão, esta situação, e, Sr. Secretário, não é feio debater. É útil debater aqui aqueles que são os resultados da educação para todos nós podermos dar um contributo, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Venham eles!

O Orador: ... ou negativo ou positivo, mas com certeza cada um dará aquele que entender, Sr. Secretário Regional.

E depois diz o senhor que encara com cautela este ranking e que, diz também vossa excelência no seu discurso, há mais vida para além do ranking.

Há, Sr. Secretário, e é exatamente, não descurando os números que são uma realidade ... concordo consigo que poderão ser discutíveis em muitos casos, mas é no mais vida além do ranking que eu quero situar este debate, e que o CDS que situar este debate, Sr. Secretário Regional.

Vossa excelência até acaba por se contradizer quando diz a um órgão de comunicação social que o programa PROSUCESSO ainda não chegou ao secundário, e por isso também temos que dar tempo ao tempo para isso chegar, mas já chegou ao 1.º ciclo e ao ensino primário, e o que acontece é que o senhor tem 20% de retenção, Sr. Secretário. Onde é que está o sucesso? Ao que parece estamos mais perante um retrocesso do que um sucesso.

Primeira pergunta, Sr. Secretário.

Depois, quando apenas 46% dos alunos com 15 anos chegam ao secundário isso quer dizer muita coisa. Também já se aplica aí o programa, que eu acho bem que o Governo implemente, mas onde é que estão os resultados, Sr. Secretário?

Segunda pergunta, Sr. Secretário.

E depois o senhor citou ali vários dirigentes nacionais, de escolas, mas esqueceu-se de citar os seus dirigentes regionais das nossas escolas, e há um dado, Sr. Secretário, que é muito interessante. “Poucos alunos querem ir para o ensino superior e isso pode explicar os maus resultados das ilhas nos exames”.

Vou repetir. “Poucos alunos querem ir para o superior e isso pode explicar os maus resultados das ilhas nos exames”.

E há um dirigente regional, Sr. Secretário, de uma escola da nossa Região, que diz que o que justifica isto é o baixo rendimento das famílias. “O rendimento das famílias é fator inibidor para se querer ir para o ensino superior”.

Isso é que nos preocupa, Sr. Secretário. Preocupa-o a si e ao Governo? É outra pergunta que fica por fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E Sr. Secretário, há mais vida para além do ranking. Por exemplo, a estabilidade do corpo docente, que esteve durante muitos anos com bastante estabilidade nos Açores, e que vossa excelência e o seu Governo alteraram as regras do concurso, permitindo agora que sejam colocados por um ano nas escolas. O senhor já sabe o que é que aconteceu melhor do que eu. É que há professores que nem chegaram a pôr os pés na escola onde foram colocados. Sabe em que é que isso contribuiu? Para instabilidade do corpo docente, para instabilidade do corpo discente, para os alunos não terem o mesmo professor durante pelo menos três anos, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Nas Flores, no Corvo!

O Orador: ... ou seja, por exemplo, 7.º, 8.º e 9.º, durante um ciclo, Sr. Secretário, e isso com particular incidência nas ilhas mais pequenas, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: ... mas com outra incidência nas ilhas maiores: a não estabilidade do corpo docente, Sr. Secretário Regional, que começa a ficar em perigo (ou já está) na Região Autónoma dos Açores!

Sr. Secretário, há mais vida para além do ranking, e era preciso, Sr. Secretário, que os professores na Região Autónoma dos Açores tivessem estado motivados e não em guerrilha permanente que o Governo lhe fez durante anos e anos seguidos.

Era preciso que professores e alunos tivessem condições de trabalho na escola, que não têm; era preciso que os professores e os alunos estivessem motivados na escola, que não estão, e é isso que o senhor tem que explicar: porque é que não estão motivados, porque é que um professor vai para a escola já cansado, porque é que os miúdos chegam à escola e não querem aprender e não se interessam por aprender no contexto familiar que o senhor também tem que analisar e não analisa, Sr. Secretário.

Há mais vida para além do ranking. É toda essa vida de desmotivação, de desinteresse, de tristeza em toda a comunidade educativa (pais, alunos e professores) que é preciso combater para termos sucesso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É isso que é preciso fazer, Sr. Secretário, e é isso que não está a ser feito na exata medida.

E digo-lhe mais, Sr. Secretário. Falou que é feio virmos para aqui com tristezas, e vou-lhe dizer. O CDS já várias vezes deu o seu contributo. Fomos contra essa alteração legislativa para alterar as regras do concurso para um ano, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não vá por aí!

O Orador: ... fomos contra, até tínhamos proposto mais anos para dar estabilidade, mas também demos o nosso contributo positivo exatamente porque nos Açores ... e esse dirigente diz: “não vão porque o rendimento das famílias é decisivo para ir”, demos um pequeno contributo, uma proposta que eu fiz aqui ao Sr. Presidente do Governo e que foi aprovada e que é preciso estimular os alunos, que se chama a “Bolsa de Mérito” para ingresso no ensino superior.

Não é uma grande ajuda, mas é uma ajuda às famílias, Sr. Secretário, e fico muito satisfeito que tenha sido aprovado por unanimidade nesta Casa e que o Governo tenha aceite.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É uma pequena ajuda que eu tenciono melhorar, que o CDS tenciona melhorar, Sr. Secretário Regional. Demos o nosso contributo, não fizemos só crítica, fizemos propositura, somos oposição crítica mas construtiva, e não tivemos nenhum problema em entendermos em propor ao Governo medidas que estimulem os alunos e as famílias a mandarem os seus filhos para o ensino superior.

A oposição faz-se assim: criticando, propondo, e não tendo nenhum problema, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... nenhum problema!, em entender-me com o Governo e em votar a favor propostas do Governo quando elas são para as famílias, para os alunos e para os açorianos.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Deputados, Membros do Governo:

Eu gostaria nesta primeira intervenção, desde logo aproveitando aquele que é o tema desta interpelação para louvar e reconhecer o empenho e dedicação de alunos, de professores e de famílias espalhadas pelas nove ilhas dos Açores naquele que é o seu envolvimento na comunidade educativa.

Quero também nesta intervenção dizer com convicção, com a certeza da análise aos resultados do ranking porque é sobre estes que versa esta mesma interpelação, que a educação nos Açores está, com certeza, no rumo certo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso nota-se!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Quero também dizer que o partido socialista se posicionou, se posiciona e sempre se posicionará naquela que é uma escola pública de qualidade, que deve corrigir as assimetrias e garantir a igualdade de oportunidades.

Não desfocando daquela que é a nossa posição ideológica sobre o ranking de exames e não ranking de escolas, porque queremos efetivamente debater os resultados obtidos pelos nossos alunos, pelas nossas escolas, pelo trabalho dos nossos professores.

Ora vamos a resultados, vamos a números, vamos efetivamente olhar aquela que é a lista dos resultados dos exames, por exemplo, nas provas do 9.º ano.

A média nos Açores da prova do 9.º ano ao nível da média é de 2,63. Aqui foi dito nas diferentes intervenções que este resultado representa uma hecatombe, que nós estamos na cauda. Ora, mas se nós analisarmos no comparativo com a média nacional, a verdade é que nós nos distanciamos apenas e só em 0,32 pontos percentuais. Ou seja, a média dos Açores é 2,63 e a média nacional 2,95. É este o hecatombe, é esta a cauda que aqui foi referida.

A média nos Açores das provas do 9.º ano está cada vez mais próxima da média nacional, e sabemos que todos os anos estamos a encurtar essa mesma diferença. Basta analisar os diferentes anos, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 até 2018 que efetivamente a diferença para a média nacional está a ser encurtada, e desde logo dizer que esta é a melhor média desta legislatura.

Mas por exemplo, se quisermos comparar com 2014 a última posição ocupada pelas nossas escolas era a posição 1247, mas em 2018 a última posição ocupada pelas nossas escolas foi a 1046.

Bem, Sras. e Srs. Deputados, olhando para estas posições é de imediata leitura que recuperámos 201 posições.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Isto é ou não é recuperar, naquela que é a lista dos rankings de exames, as posições relativas aos resultados obtidos pelos nossos alunos?

Mas mais! Em 2014 a média, como já foi dito, era de sensivelmente 2,48, e em 2018 é de 2,63. Ora, neste período, estamos a falar de um período de quatro anos letivos, aumentámos 6%. Isto não é positivo?

Deputado Jorge Jorge (PSD): Estou surpreendido!

O Orador: Aumentar 6% ao nível da média regional, isto não é positivo? Para nós é positivo.

E mais há para dizer! Por exemplo, em 2018, na disciplina de Português, ocupámos a posição n.º 56 pela escola Mouzinho da Silveira, e se compararmos com 2014 a melhor posição obtida para a prova de Português foi a 159. Ou seja, na disciplina de Português, em quatro anos letivos, subimos 103 posições.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Este dado não é importante, Sras. e Srs. Deputados?

Deputado Francisco César (PS): É sim senhora!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estão a escarpelizar os números!

A Oradora: Não representa nenhuma evolução para os Srs. Deputados, aparentemente.

Portanto, nas provas do 9.º ano estamos a melhorar. Estamos a fazer um bom percurso, com uma média superior à dos últimos anos e recuperámos posições nas tabelas.

Olhamos agora para, por exemplo, os exames do ensino secundário. A média nos Açores é de 9,75, e mais uma vez aqui referido como hecatombe, como a cauda de todas as escolas. Apenas a nossa diferença para com o nacional é 0,73, e quando sabemos, numa leitura correta, que a esmagadora maioria dos primeiros lugares são ocupados por escolas privadas. Esta leitura também deve ser feita.

O que se constata ao analisar a média dos Açores é que nos estamos progressivamente a aproximar da média nacional e a melhorar todos os anos, Sr. Deputado, ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Todos!

A Oradora: ... todos os anos estamos a melhorar. Estamos melhor do que 2017, estamos melhor do que 2016, estamos melhor do que 2015, e se formos sempre para trás estamos sempre melhor do que todos os anos na média da generalidade das disciplinas, e este olhar positivo sobre os resultados dos exames deve ser feito numa leitura correta e global.

A medida obtida este ano é a melhor desta legislatura e no comparativo, mais uma vez com 2014, voltamos a melhorar. Mas se analisarmos, por exemplo, a posição das escolas, em 2014 a última escola posicionou-se no lugar 617. E o que é que aconteceu em 2018? Piorámos? Olhando para o discurso da oposição, aparentemente piorámos. Mas não piorámos! Em 2018 ocupámos a posição 581. Estamos a recuperar posições! Recuperámos 36 lugares na lista de ranking de exames!

Deputado Luís Garcia (PSD): Afinal isto está muito bem! Oh Jorge, estás enganado!

A Oradora: Oh Sras. e Srs. Deputados, ouvindo-os há momentos, até parece que estamos a piorar todos os lugares, a piorar na média nacional, e isso não é verdade.

Mais! Em 2014 a média era de 9,46, e em 2018 a média é de 9,75. Estamos mais uma vez a melhorar a nossa média regional. Melhorámos, em média, mais 3% do que em 2014.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Olhem para a cara do Sr. Secretário. Está destroçado, vai pedir uma defesa da honra!

A Oradora: Mas mais, muito mais Srs. Deputados! Quando fazemos uma análise fina ao nível do secundário, quando olhamos por exemplo para as

disciplinas, se olharmos pelo exame de biologia em 2018 ocupámos a posição 39! E nessa mesma disciplina em 2014 ocupávamos a posição 205!

Oh Sras. e Srs. Deputados, se numa disciplina como biologia, por exemplo, o ano passado ocupámos a posição 39 num comparativo com 2014 que era 205, isto não é positivo? Isto não é melhorar o desempenho dos nossos alunos? Isto não é melhorar também aquele que é o trabalho das nossas escolas? O empenho dos nossos professores?

Deputado André Bradford (PS) e **Deputado Francisco César (PS)**: Muito bem!

A Oradora: Nós acreditamos que é e por isso analisamos de forma crítica e positivo igualmente esta lista de exames das nossas escolas.

Mas continuo, porque há muito mais! E só para dizer no âmbito do secundário, no exame de filosofia no ano de 2018 ocupámos a posição 64, e em 2014 tínhamos ocupado a posição 73. Voltámos a melhorar no exame de filosofia.

Estamos genericamente a recuperar posições nas diferentes disciplinas.

E, portanto, o que o Partido Socialista tem para dizer às açorianas e aos açorianos é que temos orgulho nos resultados obtidos pelos nossos alunos, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Então a trabalhar nas férias do natal e da páscoa vai melhorar!

A Oradora: ... temos orgulho no trabalho realizado pela comunidade educativa, temos orgulho no trabalho realizado pelos professores todos os dias que vão para as escolas, que fazem o melhor, que estão lá, que estão com os nossos alunos, e os nossos alunos respondem! Respondem porquê? Porque nós olhamos também, mas não só, para esta lista de exames e estamos a melhorar, e isto dá-nos a certeza de estarmos no caminho certo!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Agora, com esta avaliação podemos baixar os braços com os resultados obtidos? Se estamos satisfeitos? Não! Queremos sempre muito mais. Ambicionamos mais para um futuro coletivo ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E uma perguntinha ao Governo?!

A Oradora: ... e sabemos que a comunidade escolar tem essa mesma ambição. Sabemos porque nós nos juntamos à ambição desta comunidade escolar, e sabemos que o trajeto a fazer, e os dados demonstram que a média das provas do 3.º ciclo dos exames do secundários são os melhores desta legislatura, as posições que conquistámos na tabela e o encurtar da distância da nossa média para a média nacional.

Nós temos a certeza desse caminho, é isso que nós estamos a fazer. E como é que melhoramos? Como é que olhamos para o futuro? Como é que garantimos que ano após ano as nossas escolas façam um melhor trabalho, que os nossos alunos tenham a capacidade de melhorar a sua intervenção, que a lista do resultado dos exames seja melhor?

Tal como aqui já foi dito, nós estamos a fazer um trabalho consistente, um trabalho que começa no 1.º ciclo, através do programa Prof DA nas disciplinas de Português e de Matemática, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Partido Socialista tem orgulho nestes resultados!

A Oradora: ... estamos a trabalhar com os alunos do Fénix no 3.º ciclo, na área de Matemática e de Português.

É esta o trabalho que nós estamos a fazer. É um trabalho de consolidação, é um trabalho de enfrentar as situações porque nós acreditamos claramente que esta é a forma de ir ao encontro das necessidades dos nossos alunos.

E estas questões não são só reconhecidas por nós, Sras. e Srs. Deputados. Se se lembrarem, ainda no fim do ano passado o próprio Conselho Nacional de Educação elogiou os Açores, elogiou todos nós, elogiou os nossos alunos,

relembrou que nós já atingimos metas que eram supostas ser atingidas em 2020, temos melhores taxas de transição.

Há pouco falaram nas taxas de retenção. Melhores taxas de transição são relativas a melhor taxas de retenção. A taxa de pré-escolarização é de 94,6.

Bem, e o que é que alguma oposição tem a dizer? O que é que os senhores têm a dizer para aquele que é o que classificam como um flagelo, como uma cauda e que nós aqui já demonstrámos que temos uma melhor média do que o ano passado? Estamos a recuperar posições, já demonstrámos claramente que não é assim.

Bem, aparentemente muito pouco têm para dizer aos açorianos com uma solução, com uma verdadeira mudança, nada têm para dizer aos açorianos.

Ouviu-se aqui falar, por exemplo, de flexibilidade curricular, de autonomia escolar, como se isso fosse a grande alteração. Relembrar que foi o Partido Socialista que introduziu a flexibilidade curricular nos Açores, foi o Partido Socialista que introduziu a autonomia.

Aliás, não é à toa que agora um partido da oposição vem dizer que se deve reforçar a autonomia escolar quando há dois anos dizia que se devia criar autonomia escolar.

Portanto, finalmente acordou e percebeu que autonomia escolar já existe nos Açores, foi implementada pelo Partido Socialista. Esta também é a grande diferença.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem de dizer outra vez que tem orgulho destes resultados!

A Oradora: E para terminar, meus senhores, o Partido Socialista tem um projeto para os Açores e os senhores continuam a olhar e a puxar os Açores para baixo. Como é que é possível nós termos uma oposição que apenas faz um discurso negativo, nem mesmo com resultados positivos?

Acreditamos nos nossos alunos, nos professores, no passado e no presente, que está bem corroborado com os dados que aqui referi, numa melhor média desta legislatura. Estamos mais próximos da média nacional, recuperámos lugares na tabela e estes dados, Sras. e Srs. Deputados, nos dão a certeza de um futuro melhor, um futuro de progresso que a todos, a todos!, nos deve orgulhar.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Discutir os rankings das escolas é desviar a atenção do que é essencial no ensino na Região. Introduzir esta discussão como regra para o suposto mérito ou desmérito da governação do PS é desprezar o trabalho feito por professores, por alunos e pelos pais. É desvalorizar 500 horas de aulas, valorizando mais o resultado de um exame de três horas.

É verdade que devemos criticar os sucessivos governos do PS na desvalorização da escola pública, mas a forma como é feita, através dos rankings, não é a mais pertinente considerando que é possível acrescentar dezenas de assuntos antes dos rankings escolares, nomeadamente:

Podemos questionar, por exemplo, porque há alunos propostos para apoio, mas que não o têm.

Podemos questionar a razão pedagógica de sobrecarregar os horários dos docentes – com 400 alunos, com quatro ou mais níveis, com oito ou mais turmas, era só escolher...

Podemos criticar, sem dúvida, o número de alunos que, ano após ano, vê os seus professores mudarem, porque quase 20% dos professores são precários, sem falar dos que, estando nos quadros, ainda não conseguiram aproximar-se da sua residência – pela falta de vagas.

Podemos defender que uma turma pudesse ter, no máximo, um aluno com necessidades educativas especiais por turma, que essas turmas tivessem, no máximo, 16 alunos.

Podemos igualmente criticar a quantidade de turmas da Região com excesso de alunos diagnosticados com necessidades educativas especiais – dificultando o trabalho dos docentes, junto destes e dos seus colegas.

Podemos discutir as razões de fundo do insucesso e do abandono escolar: é conhecido o devastador efeito social da pobreza dos alunos e suas famílias nas aprendizagens e resultados escolares. Condições sociais, salários das famílias, estabilidade na vida e no trabalho, tudo fatores que afetam o sucesso educativo e as aprendizagens.

Podemos, com razão, apontar todos os aspetos onde a Governação do PS falha redondamente.

Exames e rankings, a cada ano que passa, estão mais desacreditados.

Se queremos falar de problemas específicos na Região, já alguém estudou, por exemplo, o efeito de realizar um exame nacional com uma hora de antecipação face aos colegas do Continente?

Deputado Luís Maurício (PSD): Já, já!

Deputado Jorge Jorge (PSD): O PSD! Já apresentou proposta!

O Orador: É que quem o realiza cá, tem de começar a resolver as provas às 8:30, enquanto que os seus colegas começam apenas às 9:30! Sem falar dos

exames que são realizados logo após a hora de almoço! Será que não se lembram de como os alunos trabalham de forma diferente, às 10:15 ou às 8:30?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não usemos o trabalho dos alunos e professores como arma de arremesso. Critiquemos o Governo pelas respostas que não dá, mas não podemos valorizar quando se dá valor aos rankings como indicador da qualidade e dos resultados do ensino na Região. Três exemplos que sustentam esta nossa afirmação, extraídos dos rankings do ano passado:

- Entre a segunda e a oitava posições vão 3,4 décimas de diferença! Menos de meio valor!

- Se formos analisar todas as escolas açorianas posicionadas nos “rankings”, entre a melhor e a pior posicionadas há uma diferença de 3,22 valores, que se traduzem nas posições 142 e 581! Estão afastadas 439 posições, por causa de uma diferença de três valores!

- As duas escolas açorianas com as classificações mais elevadas estão afastadas 179 posições, mas entre si há menos de um valor de diferença!

Alguém encontra uma justificação racional para esta tentativa de classificação? Algum critério objetivo relevante?

A verdade é que os rankings são sucessivamente usados para esconder os resultados da política de direita em educação, passando a responsabilidade para alunos, professores, pais e escolas. Ao trazermos esta discussão a esta Casa, o que estamos a fazer não é criticar o Governo Regional: é contribuir para a manutenção da mesma política. E que política é essa?

- desinvestimento financeiro, do Estado e da Região;
- apoio a escolas privadas;
- redução das respostas educativas;
- alteração frequente da legislação do setor, sempre sem dar tempo para verificar o que é bom ou o que deve mudar;

- programas e currículos verdadeiramente impossíveis de compatibilizar com o sucesso educativo de todos os alunos.

As escolas privadas, Jornais e a Direita escondem com a valorização dos rankings o enorme trabalho realizado nas escolas públicas, tentam lançar a ideia de que só as escolas privadas garantem bons resultados e fingem ignorar tanto as diferentes condições económicas que separam estes alunos, como o enorme e brutal mecanismo de seleção de alunos das escolas privadas!

Deputado Marco Costa (PSD): A culpa é da direita!

O Orador: Escondem os rankings que as escolas privadas com contratos de associação – e que, portanto, têm de receber todos os alunos – estão em pior posição do que escolas públicas localizadas em zonas com as mesmas características socioeconómicas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os exames, dos quais saem os resultados na base dos quais são construídos os rankings, têm uma função meramente seletiva. Não têm nada de pedagógico, de exigência de qualidade, de nivelamento das aprendizagens. Nada mais falso. Ignoram as capacidades, condições sociais e competências de cada aluno, ao mesmo tempo que ajudam a manter as desigualdades sociais, culturais e económicas. Uma espécie de triagem, onde uns e outros são escolhidos – os que podem estudar e os que têm rapidamente que engrossar o exército de mão de obra barata.

Convenhamos que, aqui, o PS pouco ou nada se distingue da Direita!

Em 2015, nas vésperas dos exames nacionais, saía uma notícia (pouco divulgada, como convém) sobre esses exames. Dizia o seu título que os “Exames não estão a gerar a melhoria das aprendizagens”. Esta afirmação resultava de uma entrevista a quem sabe do que fala: ao presidente do Instituto

de Avaliação Educativa, o organismo que elabora os exames nacionais e os respetivos critérios de classificação.

A conclusão resulta do facto de professores, escolas e estudantes se verem obrigados não a ensinar/aprender, mas a treinar para os exames. Não se aprende um determinado conteúdo, a interpretar, a diversificar, a autonomizar; treina-se, repetem-se respostas, aprende-se o que é preciso escrever para cumprir os critérios dos exames, em vez de lhes solidificar as aprendizagens e as matérias. São os próprios exames, que “não estão a gerar a melhoria das aprendizagens”. Os próprios rankings, que resultam desses exames e da seleção social que lhe está associada, contribuem de forma decisiva para o abandono escolar e a falta de qualificações dos jovens portugueses.

Avaliar em três horas a matéria dada em três anos agrava todas as desigualdades e não contribui para a aprendizagem. Após décadas de exames e de insucesso escolar, seria elementar essa conclusão... para quem quisesse estudar o problema e não tivesse visões interessadas ou dogmáticas sobre a matéria.

Lutar por uma avaliação contínua e integrada é uma luta justa e necessária.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas e 05 minutos.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 09 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, volto ao debate para rebater alguns dos argumentos que aqui foram apresentados neste âmbito e reforçar algumas das questões.

Começo por responder ao Deputado do PCP, embora não esteja aqui, que organizou aqui uma espécie de RGA – Protesto contra a existência dos exames, e o que eu tenho a dizer é que eu da minha parte confesso que existiram momentos da minha vida em que também gostava de não os ter feito em determinadas circunstâncias, mas eles existem e são, na minha perspetiva, um elemento de justiça na avaliação global dos alunos no âmbito do sistema educativo visto de um ponto de vista global.

Eu lembro-me sempre da minha professora de História do 12.º ano, a Chica Bicho, que só dava 13, ninguém tinha mais que 13.

Deputado Carlos Silva (PS): E o senhor teve mais, não foi?

O Orador: Só dava 13, não. Ninguém podia ter mais que 13.

E o outro professor ao lado da outra turma dava 17, dava 18, e nós sentíamos que aquilo não era justo. Ou seja, a avaliação que é realizada apenas com base na frequência, na mesma escola, com duas turmas diferentes, os alunos tinham mais quatro, cinco ou seis valores. E eu, na altura, valorizei muito o facto de existirem exames porque os exames corrigiram algumas dessas desigualdades e permitiram que todos pudessem fazer o mesmo tipo de prova e que aí pudessem evidenciar as aprendizagens de cada um deles.

Portanto, eu considero que os exames, até prova em contrário, é um elemento fundamental porque se não nós, do ponto de vista de se mantivermos apenas as aprendizagens que são realizadas no âmbito das escolas e depois é feita a respetiva avaliação, nós verificamos que existem avaliações muito díspares conforme a escola (até na mesma escola) e depende até do professor e das respetivas turmas.

Deputado Carlos Silva (PS): E quanto é que o senhor teve?

Deputado Manuel Pereira (PS): E teve 13?

O Orador: Bem, há uma questão fundamental aqui também relacionada com a existência dos exames. O Sr. Secretário, com o passar dos anos, adotou cada vez mais as teses do Partido Comunista, os exames é para desvalorizar, cada vez desvaloriza mais. Há dois anos, em 2016, dizia: “Estamos ...” como é que era a frase?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No caminho do sucesso!

O Orador: Estamos em júbilo, penso que era isto. “Estamos em júbilo com a melhoria dos resultados”, que não tinham acontecido, mas há dois estava mais entusiasmado.

Entretanto, como os resultados não se alteram, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Alteram!

O Orador: ... tem vindo a perder o entusiasmo em relação aos exames.

Mas a verdade é que há aqui uma grande contradição, Sr. Secretário. Então o senhor, que acha que os exames/a avaliação não é importante, depois faz a avaliação dos conselhos executivos e um dos fatores fundamentais é os resultados escolares obtidos no âmbito dos exames? Não me parece justo. Não me parece justo que os exames sejam injustos para avaliar o seu trabalho enquanto dirigente, mas já são justos para avaliar o trabalho dos conselhos executivos. Não me parece justo, Sr. Secretário, que vossa excelência ache justo para os outros aquilo que não acha justo para si.

Portanto, considero que aí há também uma contradição evidente.

E depois dizia, mas sempre disse algumas coisas sobre esta questão: “Bom, mas nós temos uma escola que subiu e que está nas primeiras 142 escolas do ranking”.

Sim, é verdade, mas o que eu referi no meu discurso, isto em termos de exames do ensino secundário, é que essa escola é a única escola dos Açores que está na primeira metade da tabela. É a única!

E sabe onde é que estão metade das escolas dos Açores? Esqueceu-se de dizer isso também. É que metade dessas escolas estão nos últimos 100 lugares.

Deputado José Contente (PS): E as outras 95? Se calhar esqueceu-se de dizer isso!

O Orador: 50% das escolas dos Açores estão nos últimos 100 lugares!

O Sr. Secretário valorizou a árvore e esqueceu-se da floresta.

Devo dizer também, em relação a esta questão, que eu penso que se pode aprender bastante com os exames e uma análise pormenorizada. Eu, por exemplo, analisei, do ponto de vista territorial, o que é que pode significar as classificações obtidas pelas escolas dos Açores e verifico o seguinte. Eu considero que esta é uma conclusão que deve ser analisada e que devem ser encontradas medidas e devem ser implementadas medidas para corrigir esta situação.

Veja bem que as escolas que obtêm melhores classificações são as escolas de Ponta Delgada, Antero de Quental, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Precisava de ranking para isso?

O Orador: ... Domingos Rebelo, o Colégio do Castanheiro; depois a seguir saltamos para a Escola da Laranjeiras, para a Jerónimo Emiliano de Andrade, para a Tomás de Borba.

Ou seja, os melhores resultados estão concentrados nas nossas maiores zonas urbanas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estabilidade do corpo docente!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

Deputado Jorge Jorge (PSD): As exceções confirmam a regra!

O Orador: E os piores resultados, com exceção, por exemplo, das Flores, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): O Corvo!

O Orador: Há aqui um aparte a falar do Corvo. O Corvo tanto tem os melhores resultados como tem os piores resultados. Depende do aluno.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A lógica da batata!

O Orador: Este ano fomos os melhores a nível nacional, aqui há dois anos acho que fomos os piores, porque depende do número muito limitado de alunos. E, portanto, a variação dos resultados é enorme! Por isso mesmo é que para quem faz estes rankings deve ser considerado um número mínimo de 50 provas para que possa ser encontrada uma média razoável.

Quando os resultados dos exames está dependente de um número muito pequeno de provas, é evidente que esses resultados podem variar imenso, podem variar entre o melhor e o pior do país. E por isso é que todos os jornais que fazem estas publicações têm este cuidado de dizer: “Nós só vamos classificar as escolas que têm no mínimo 50 exames”, porque isso já lhes permite fazer uma avaliação da evolução com rigor estatístico. De outra forma não é possível.

Portanto, o que eu estava aqui a dizer, Sr. Secretário, é que nós temos um problema que tem a ver com o facto de as melhores escolas se concentrarem nas nossas maiores zonas urbanas, e isto é uma tendência, que eu tive oportunidade de verificar, que tem acontecido ao longo dos anos, o que significa que devem ser implementadas medidas ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): É o que estamos a fazer!

O Orador: ... para corrigir este tipo de situação em relação às ilhas de menor dimensão, em relação às escolas e aos concelhos que não estão a obter tão bons resultados, como por exemplo na Ilha de São Miguel. São Miguel tem as melhores escolas da Região, como por exemplo a Antero de Quental, que teve os melhores resultados, a Antero de Quental foi a primeira classificada no

âmbito do ensino secundário, mas São Miguel também tem os piores resultados regionais.

Portanto, há uma disparidade enorme nos resultados que nós estamos a ter nestas escolas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São as bolsas escolares!

O Orador: ... que têm obviamente a ver com o meio social, as condições económicas, as condições sociais da população, mas o que eu considero é que o sistema educativo deve implementar medidas de forma a corrigir, aqui é que está a igualdade de oportunidades. Ou seja, nós enquanto sistema político temos o dever de implementar políticas que possam corrigir as desigualdades que existem na sociedade açoriana, e esta a mim parece-me evidente.

Considero também que é muito importante referenciar algumas das questões que há pouco lhe foquei e que o Sr. Secretário não referenciou. Eu considero que o problema que nós temos nos exames tem uma história, e essa história começa no pré-escolar.

Eu não consigo compreender como é que 20% dos nossos alunos não transitam do pré-escolar para o 1.º ciclo! Isso é impossível!

Ouça, Sr. Secretário, os alunos transitam do 1.º para o 2.º ano automaticamente, e como é que o sistema se preparou para fazer isso? O que fazem é retêm os alunos do pré-escolar para o 1.º ano!

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é falso!

O Orador: Ou seja, 20% dos alunos com seis anos de idade não estão no 1.º ano, estão no pré-escolar.

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é uma opção dos encarregados de educação!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: E Sr. Secretário, sabe quais são os valores a nível nacional? 9%.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Os pais optam por!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vocês perdem a razão!

O Orador: E, portanto, eu considero também que nesta matéria deve existir por parte de vossa excelência uma correção a este nível, porque o que eu lhe pergunto é: quais são os fatores que explicam esta retenção no pré-escolar, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Pergunte isso aos pais!

O Orador: ... que é muito grave? É muito grave, Sr. Secretário! E evidentemente vossa excelência tem de intervir nesta questão.

Depois a partir daí há um sistema de retenções que vai acumulando esta desvantagem. Há pouco referenciei-lhe este valor, que é um valor fundamental, que é o facto de os alunos com 12 anos que entram no 3.º ciclo já são 20% em número inferior aos que entram a nível nacional, o que demonstra que durante o 1.º ciclo, o 2.º ciclo e também o pré-escolar há um conjunto de alunos que vão ficando para trás, um conjunto muito significativo, de tal forma que a diferença entre a média nacional e a média regional é de 20%.

Portanto, quando lhe referencio que estes resultados dos exames têm a ver obviamente com a prestação desse próprio ano a nível do ensino secundário, há um conjunto de desvantagens que se têm vindo a acumular no âmbito do percurso dos alunos ao longo do ensino básico e ao longo do ensino secundário, e essa é uma das razões que explica também os maus resultados no âmbito dos exames nacionais.

Depois quero dizer-lhe também o seguinte. O Sr. Secretário diabolizou e utilizou aqui artigos de opinião que criticam os rankings exatamente por privilegiarem o privado e o público, mas esse é um debate que aqui nos Açores e no Parlamento dos Açores não faz sentido, Sr. Secretário, porque nós temos uma única escola no âmbito do ensino secundário privado, e essa escola até tem piores resultados que a escola pública.

Portanto, esse debate aqui, com esse argumento que o senhor, e também o Partido Comunista, utilizou, não faz sentido! Não faz sentido aqui na Região porque só temos uma escola e essa escola nem sequer supera ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Questiono porquê!

O Orador: ... as classificações obtidas, por exemplo, pela Antero de Quental ou Domingos Rebelo.

Finalmente dizer-lhe o seguinte. Esta questão é uma questão fundamental, Sr. Secretário, e é uma questão de ambição: o que é que nós queremos para os Açores?

Eu não posso aceitar que apenas exista uma escola açoriana nas primeiras 300 classificadas a nível nacional. Eu não aceito que metade das escolas dos Açores estejam entre as 100 piores do país.

Estes resultados nunca podem ser considerados resultados aceitáveis. Eu não posso aceitar que exista uma única escola dos Açores com mais do que 10 provas realizadas em que os alunos tenham positiva a matemática, tenham um resultado superior a 10 no exame de Matemática.

Eu não posso aceitar isto!

Ou seja, em média os nossos alunos, em todas as escolas, com exceção da Antero de Quental, não conseguem obter um resultado igual ou superior a 10!

E, portanto, isto significa uma desvantagem enorme para os alunos da Região Autónoma dos Açores, e eu vejo que vossa excelência não tem ambição nesta matéria. A vossa ambição é crescer 0,1, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): 6%!

O Orador: ... é crescer 0,4.

Eu tenho a ambição de as escolas dos Açores tenham a certeza que nós temos as escolas, temos os professores, temos os alunos e temos as famílias ...

Deputado José Contento (PS): Já temos as famílias também!

O Orador: ... para colocar as escolas dos Açores e os nossos alunos a ter os melhores resultados a nível nacional! Essa é a minha ambição!

Não me digam que não é possível! Os senhores não têm resultados em 23 anos, o problema é vosso e é das vossas políticas!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade! Temos evoluído!

O Orador: Porque não me digam que é impossível! Ou como um Secretário Regional da Educação já aqui veio dizer, que era genético! Talvez fosse um problema genético!

Não é um problema genético!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: É um problema que tem a ver com a vossa falta de eficácia no âmbito da gestão do sistema educativo, porque os Açores podem e devem ser, e as nossas escolas podem e devem ser, as melhores do ponto de vista da obtenção das notas dos exames nacionais!

Eu acredito firmemente que nós temos as condições para fazer isto, mas não é feito por ineficácia do sistema! Uma ineficácia que começa logo no pré-escolar, como os resultados evidenciam.

Portanto, nesta matéria, os senhores querem medir tudo, mas se aquilo que é verdadeiramente quantificável, aquilo que são dados absolutamente objetivos em que nós temos aqui as notas dos exames, temos aqui as classificações objetivas, isto os senhores não gostam porque isto pode ser medido do ponto de vista objetivo!

Também não gostam do PISA!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: O PISA também não é importante, embora seja feito em todo o mundo ocidental, mas não é importante porque também é quantificável!

Os senhores não gostam de verificar e de analisar os resultados dos exames porque têm maus resultados!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não temos maus resultados!

O Orador: E dizem que se presta um mau serviço à Região porque estamos aqui a falar nisso! Temos que falar porque nós queremos melhorar!

Não é com sentido de diabolizar o Governo, esse não é o meu objetivo. O meu objetivo é que as coisas melhorem, e só no âmbito da discussão, do ponto de vista político e do ponto de vista técnico é que as coisas podem melhorar.

Ouçá, eu nem sempre gosto das eleições, eu perco sempre as eleições, mas nem por isso posso estar em desacordo que existam eleições! O Partido Comunista é que só gosta de realizar as primeiras eleições, que são aquelas em que chega ao poder, depois não faz mais nenhuma. É um exemplo histórico, só faz umas, depois a partir daí já não faz mais nenhuma eleição.

A questão aqui é a seguinte. Do ponto de vista dos exames e das provas internacionais, esse é um elemento factual, comparativo! Com o que é que vamos comparar? Isso é que permite comparar de facto os resultados que estão a ser alcançados, e não me digam que nos Açores não podem ser alcançados muito melhores resultados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Estou absolutamente convencido que temos todas as condições para alcançar muitos melhores resultados, e temos que ter essa ambição, e vossa excelência não tem essa ambição.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Tem! Tem muita ambição!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Educação referiu que não nos podemos deter só naqueles números, nestes rankings, e rankings, e rankings, mas olhe, devo-lhe

dizer que na sua intervenção, a Sra. Deputada Sónia Nicolau apenas falou em rankings, em números, em posições, em médias.

Deputada Sónia Nicolau (PS): É o tema da interpelação!

O Orador: Portanto, não ouvi falar de outra coisa que não fosse o ranking nas suas mais diversas facetas, e até de uma maneira muito assertiva e muito estudada do ranking em que se congratula com o aumento de 15 décimas numa das notas de 2014 para 2018, um aumentozinho de 15 décimas. Portanto, uma subida absolutamente ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mas é uma subida ou não!?

O Orador: ... extraordinária, astronómica. Uma subida de 15 décimas é realmente de levar em conta e, portanto, revela que a Sra. Deputada estudou efetivamente bem o assunto.

Mas a Sra. Deputada Sónia Nicolau também estudou o resto, e diz a Sra. Deputada que: “estivemos sempre a melhorar”.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Certíssimo, Sr. Deputado!

O Orador: Esses 0,15, 0,25, pronto, “estivemos sempre a melhorar” aos bocadinhos, mas oh Sr. Deputada, os outros também melhoraram. O problema é que nós ficamos sempre pior que os outros, e esse é que é o problema que nós temos que combater, é aí que nós temos que nos focar. É aí que a questão se põe.

Melhorámos? Até admito.

Melhorámos mais que os outros? Não melhorámos.

Os outros melhoraram? Melhoraram.

E há aqui um dado muito relevante que é o abandono escolar precoce, como aqui já foi referido. Quer dizer, como é que vamos chegar a 2020 e atingir os 10%? Eu gostaria que alguém me explicasse que eu não consigo perceber como, e é a pergunta que deixo ao Sr. Secretário Regional da Educação. Já que o PROSUCESSO pelos vistos não chega aí, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Chega, chega!

O Orador: ... como é que o Sr. Secretário vai resolver o assunto?

Rankings publicados, etc., mas há aqui uma coisa que eu não sei se os senhores ... os senhores não gostam de rankings, não gostam do PISA, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: ... não gostam dos rankings dos jornais, não gostam de nada. Mas gostam do Conselho Nacional da Educação?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Também!

Deputado André Bradford (PS): Gostamos de quase tudo!

O Orador: Pronto. Também não gostam? É que no Conselho Nacional da Educação, a classificação: “Final do Ensino Básico – Português e Matemática” nota mais baixa – Região Autónoma dos Açores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não seja seletivo!

O Orador: Quer interna, quer de exame.

“Taxa de escolarização no ensino secundário” mais baixa – Região Autónoma dos Açores. 54,1 nos homens e 68,8 nas mulheres.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Qual é a evolução?

O Orador: “Classificação média final e classificação média de exame” ...

Oh senhores, isto é do Conselho Nacional de Educação, não é meu. Eu agradecia que ao menos ouvisse.

“Classificação média interna final e classificação média de exame em Português”. Região Autónoma dos Açores é a média mais baixa.

“Classificação média interna final e classificação média de exame em Física e Química”, de 0 a 20. Região Autónoma dos Açores é a média mais baixa.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Faz todo o sentido!

O Orador: Eu podia continuar por aqui abaixo, mas acho que não vale a pena. A Sra. Deputada conhece bem isto, o Sr. Secretário conhece bem isto, e, portanto ...

Não vem só de uma fonte, vem de várias fontes! Se forem à Fundação Francisco Manuel dos Santos os senhores também podem ler.

E, portanto, Sr. Secretário, o que é preciso é o futuro! O que vamos fazer para chegar aos 10% de abandono escolar precoce?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Nós estamos a melhorar!

O Orador: O que vamos fazer para melhorar as notas de Físico-Química? E, sobretudo o que vamos fazer, que aí também se lê, relativamente à estabilidade do corpo docente?

Uma das formas de sucesso, dita por especialistas, é ter escolas com poucos alunos. Ora, as escolas com poucos alunos os senhores fecharam-nas todas porque era antipedagógico.

E, portanto, o que vão fazer sobre a estabilidade do corpo docente, sobretudo para as ilhas menores?

E viu-se aqui a diferença entre escolas sem estabilidade do corpo docente e escolas que não têm estabilidade do corpo docente. Os resultados estão à vista.

E, portanto, quais são as medidas que o Governo vai tomar? E quais são as medidas que o Governo vai tomar para melhorar o rendimento das famílias e para melhorar que a ação social escolar baixe nos Açores e que as pessoas se cheguem, que tenhamos uma comunidade educativa feliz, que se sintam bem na escola, que a escola seja um lugar de aprendizagem e de felicidade? E, portanto, pessoas felizes dentro da escola, que é o que nós não temos hoje-em-dia e é preciso reverter esse estado e esse espírito, e nós temos que dar o exemplo, começamos por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para este grupo parlamentar, as escolas e o conceito de educação são muito mais do que números, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Jorge (PSD): Quem diria!

O Orador: ... são muito mais do que uma nota e são muito mais do que uma classificação.

De qualquer maneira, não podemos ignorar todos os dados que nos ajudem a identificar e a sinalizar. Não podemos ignorar todos os dados que nos ajudem a orientar a nossa atuação. Não podemos ignorar todos os dados que comprovem que estamos no rumo certo. Não conseguimos ignorar de que estes rankings ajudam a comprovar este bom rumo.

E é isso que nos dá o alento e o conforto para continuar a fazer aquilo que ainda falta fazer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Para nós, a educação é formar pessoas a todos os níveis. É isso que estamos a fazer na nossa Região e é isso que continuaremos a fazer, construindo sempre uma Região melhor.

Na nossa visão de educação ela é inclusiva, ela não escolhe nem seleciona. Ela é de todos, ela é para todos, e é assim que deverá continuar a ser.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Nós não deixamos ninguém para trás.

Srs. Deputados, eu não me canso de dizer isto. Nós não deixamos ninguém para trás! Tenham positivas ou tenham negativas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Nós temos uma palavra a dizer a todos, a todas as escolas, tenham elas ficado em primeiro lugar ou tenham elas ficado em último lugar, e os senhores o que têm a dizer? O que tem a nossa oposição nos Açores ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É um bota-abaixo!

Deputado Francisco César (PS): Essa é que é a questão!

O Orador: ... a dizer aos últimos classificados? É só apontar o dedo às que ficaram mais bem classificadas.

Deputado Francisco César (PS) e Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Não apoiado!

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é falso!

O Orador: Digam! Nós deste lado dizemos todos os dias que estamos junto deles para vencermos novos desafios. E os senhores, o que é que têm a dizer?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às afirmações do Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM, o que o PCP tem para dizer é que o PCP orgulha-se de ser fundador do regime democrático e não herdeiro de um regime fascista, e vive muito bem com o regime que resultou na revolução de abril, ao contrário de algumas forças políticas aqui presentes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado, essa não é para mim de certeza absoluta, nem para o PPM, porque ...

Deputado Carlos Silva (PS): Acho que era para si!

O Orador: ... o PPM foi fundado por antifascistas, alguns deles estiveram presos nas prisões do Estado Novo, inclusivamente participámos nas campanhas eleitorais contra as listas do Estado Novo ao lado da Ação Nacional Socialista ...

Da Ação Socialista, peço desculpa.

Deputado Francisco César (PS): Isso é um bocadinho diferente, Sr. Deputado!

O Orador: Isto era um erro. Não foi propositado, não pensem que foi propositado.

O Orador: ... da Ação Socialista e integrando essas listas, listas que os senhores depois abandonaram.

Mas devo dizer que em relação ao combate ao fascismo nós nessa matéria estivemos sempre ao lado dos democratas. E, portanto, essa referência obviamente pode ser para muitos partidos menos para o PPM, que também teve a sua quota-parte de perseguições durante o período do Estado Novo.

Agora, devo-lhe dizer é o seguinte, e digo-lhe isto com inteira sinceridade. Não vejo que exista uma democracia pluralista em Cuba. Lamento dizer-lhe. Só existe um partido legalizado, que é o Partido Comunista.

Lamento dizer-lhe que não acho que a direção nacional do Partido Comunista apoia que exista um regime pluralista.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, vamo-nos recentrar no debate.

O Orador: Sim, sim. É porque há aqui uma referência ao fascismo porque supostamente o PPM teria apoiado um antigo regime, que é falso, e o que lhe digo é que ao contrário, o Partido Comunista apoia regimes totalitários, como por exemplo na Venezuela do Maduro, cujas vossas excelências estão a apoiar aquele regime.

Deputado Francisco César (PS): E sobre educação?

O Orador: Portanto, em relação a essa matéria era o que eu lhe queria dizer.

E sobre a questão da educação, é uma questão que ao longo destes 10 anos tenho aqui apresentado. Eu penso que nós prestamos um mau serviço sempre que se verificam que existem disfuncionalidades no âmbito do nosso sistema educativo, que os Açores continua permanentemente nos últimos lugares, que as nossas escolas estão nos últimos lugares. Calar isto e não dizer, é o que os senhores dizem que nós deveríamos fazer aqui?

Deputado Francisco César (PS): Não!

O Orador: Silenciar esta matéria? Silenciar e dizer: “Não, está tudo bem porque este é o lugar que nós merecemos, este é o lugar que nós ambicionamos”?

Deputado Francisco César (PS): Não tem a ver com isso!

O Orador: Eu peço-lhes desculpa, eu não estou aqui para isso! Eu estou aqui para defender os interesses do povo dos Açores e defender os interesses dos alunos dos Açores! E defender que eles têm potencialidades para estarem entre os melhores do país! Eu acredito firmemente nisto!

Deputado Manuel Pereira (PS): Mas porque é que não estão?

O Orador: E tenho apresentado ao longo destes anos todos um conjunto de propostas na área da educação, como vossas excelências bem sabem.

E querem algumas ideias? Dou-vos algumas ideias sobre esta matéria.

Têm que rever o sistema de retenção no pré-escolar, primeira ideia. 20% é inaceitável! É inaceitável, Sr. Secretário! As crianças não podem ser retidas no pré-escolar sem razões que o justifiquem, e neste momento eu não percebo porque é que as nossas crianças do pré-escolar ficam retidas numa média que duplica a média nacional! Qual é o problema que têm as nossas crianças no âmbito do pré-escolar em relação às crianças a nível nacional? Qual é o problema, expliquem-me! É inaceitável!

Ponto n.º1.

Ponto n.º 2. Quer mais uma ideia? Formação de professores! Um sistema que os senhores desmantelaram totalmente! Formação de professores que não se realiza na Região Autónoma dos Açores, é outra ideia!

Estabilidade do corpo docente nas nossas escolas! Outra ideia, outra medida que devia ser implementada.

Mais ambição na gestão das escolas.

Mais atenção ao potencial dos alunos.

Mais trabalho.

Mais organização.

Não são ideias maravilhosas, são ideias do senso comum. É algo que é necessário fazer e que os senhores não fazem, pura e simplesmente. Ao longo de todos estes anos os senhores têm recusado alterar o sistema educativo no sentido de ele obter melhores resultados.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos à ambição, Sr. Deputado.

Eu acho que quem precisava de mais ambição era o PPM, e vamos a factos e vamos a números.

Níveis de instrução.

Todo o ensino básico, de 2011 a 2017 – mais 10%. Isso não é uma hecatombe.

E se formos a 1996, a diferença ainda é muito maior.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é?

O Orador: Ensino secundário – mais de 20% entre os 20 e os 24 anos. Isto não é uma hecatombe!

Deputado Francisco César (PS): Isso é que é uma catástrofe!

O Orador: E se formos a 1996, ui!

Ensino superior – mais 7% entre os 25 e os 34 anos de 2011 a 2017. Isto não é uma hecatombe!

E se formos a 1996, a diferença é muito maior.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é a diferença?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nem havia telemóveis!

O Orador: Fracasso, Srs. Deputados, fracasso. Vamos ao fracasso da oposição. O PS levou a cabo a maior evolução educativa de sempre nos Açores, e os dados das taxas e os níveis de instrução comprovam exatamente isso. O PS levou a cabo a maior valorização educativa de sempre nos Açores!

Srs. Deputados, o vosso fracasso é que isso continuará a ser assim na nossa Região.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário ainda não interveio mais nenhuma vez e tem obviamente questões que foram colocadas por todos os grupos parlamentares e do nosso ponto de vista obviamente têm que ser esclarecidas, mas já existiram algumas intervenções do Partido Socialista e notou-se destas intervenções um silêncio ensurdecador relativamente ao problema que o Bloco de Esquerda aqui trouxe que é do conhecimento público e que diz respeito ao apoio necessário aos alunos surdos, neste caso em concreto na Escola Básica e Integrada dos Arrifes.

O Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado João Paulo Ávila, acabou de dizer que o Partido Socialista não deixa ninguém para trás.

Deputado Manuel Pereira (PS): É verdade!

O Orador: Ora, aquilo que o Partido Socialista está a fazer é colocar em risco o direito à educação de alunos e isso é deixar alunos para trás, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade! O senhor vem de uma freguesia onde a diferença é abismal!

O Orador: Isto é pôr em risco o direito à educação, é deixar os alunos para trás.

E deixar os alunos para trás não é só de agora, é de há muitos anos. É de há nove anos. E não é só na Escola dos Arrifes, porque os alunos surdos em toda a Região são acompanhados por intérpretes que todos eles são precários, e é assim que o Governo Regional aposta na educação, é através de trabalho precário que é, obviamente, instável e que a qualquer momento pode deixar os alunos sem qualquer tipo de apoio.

E, também, não ouvi qualquer explicação. Falou o Sr. Deputado João Paulo Ávila da evolução positiva de alguns números. É óbvio que ela tem que existir. Partimos de uma base de trabalho, de um nível tão baixo que se não houvesse progresso, estávamos obviamente numa autêntica catástrofe social.

Deputado Carlos Silva (PS): Então o resumo é que há progresso!

Deputado André Bradford (PS): Não há nada de óbvio nisso!

O Orador: Mas sobre aquele indicador que está a piorar claramente e que é o indicador daqueles jovens que não chegam aos exames, que não contam para a estatística da qualificação porque desistem da escola, que é o abandono escolar precoce. Essa explicação daquilo que o Governo Regional está a fazer para combater e para estudar este problema, ainda não ouvi qualquer palavra do Partido Socialista.

E grande parte dos jovens na nossa Região, ainda recentemente saiu um estudo do observatório nacional da juventude que indicava que 72% dos jovens dos Açores estão preocupados com o futuro. Estão preocupados com o futuro e aquilo que lhes preocupa é principalmente o desemprego jovem e a precariedade. 72%, um nível muito acima daquele que é o valor a nível nacional.

E quando os jovens que estão na escola, que estão no ensino básico ou no ensino secundário olham para o futuro, olham para os seus amigos, para os seus irmãos, para os seus primos que terminam os estudos e aquilo que encontram é desemprego, é baixos salários, é precariedade, qual é a motivação, meus senhores, que eles têm para continuarem os estudos, para ter boas notas nos exames, para continuar a estudar? Qual é a motivação que estes alunos têm para continuar e concluir a escolaridade obrigatória e concorrer à universidade? Qual é a motivação quando o futuro é negro e a precariedade e os baixos salários que se vê e que é o dia-a-dia na nossa Região?

Deputado André Bradford (PS): Oh senhor, isso não é verdade!

O Orador: Este é mais um efeito perverso da precariedade e das condições laborais que existem nos Açores. E a pergunta que fica ao Governo Regional é se está a estudar este fenómeno e o que é que vai fazer, porque esse fenómeno começa a ser conhecido, começa a ser estudado e o Governo tem de tomar obviamente medidas para o combater.

Falemos também dos alunos que efetivamente conseguem superar essas dificuldades e chegar ao ensino secundário, concluir o ensino secundário e concorrer ao ensino superior. Segundo o Conselho Nacional da Educação, mais de metade dos estudantes açorianos que ingressam o ensino superior fazem-no no exterior da Região, saem dos Açores.

Nem todos regressarão e não é, obviamente, nenhuma obrigação regressar, nem todos têm que regressar, mas todos têm que ter perspetivas para regressar e têm

que ter esse direito de regressar. Não podemos obrigar ninguém a regressar, mas temos que criar as condições para que seja possível a esses jovens que concluem o ensino superior para que possam regressar aos Açores se assim o entenderem.

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o senhor quer fazer isso?

O Orador: E a pergunta que eu faço ao Sr. Secretário é quantos destes alunos que saem dos Açores para estudar, para tirar os seus cursos superiores, regressam à Região? Sabe o Governo Regional quantos são? Têm algum estudo sobre esta matéria?

E o Governo Regional tem alguma preocupação sobre este fenómeno, vai estudá-lo caso não saiba? Essa questão é importante porque há jovens que querem regressar à Região e não encontram, fruto dessas condições más que existem no mercado de trabalho, da falta de oportunidades, dos salários que são baixos e que encontram condições obviamente muito melhores no resto do país ou até no estrangeiro.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário não respondeu a nenhuma das perguntas que lhe coloquei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai responder!

Deputado Carlos Silva (PS): Qual pergunta?

O Orador: O Sr. Deputado João Paulo Ávila dizia que: “dizemos todos os dias que estamos junto das escolas”, mas o que é preciso não é dizer. O que é preciso é estar efetivamente junto das escolas.

Dizer e escrever, isso é fácil. O que é preciso é realmente estar junto das escolas, apoiar as escolas ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Foi isso que eu disse!

O Orador: ... neste percurso que escolas têm que fazer, porque nós não podemos estar a desvalorizar os rankings e aquilo que eles mostram, e como já foi aqui dito, e muito bem, avaliar os executivos pelos resultados ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não me diga que vai falar dos professores outra vez!

O Orador: ... dos exames nacionais que cada escola apresenta.

Isto é uma coisa completamente incongruente.

E, portanto, é preciso efetivamente estar junto das escolas, apoiar, e volto a fazer a questão ao Sr. Secretário. O que é que foi feito junto de cada uma das escolas, que reflexões foram feitas, promovidas, para que as escolas, a comunidade escolar se pronuncie sobre os resultados, essencialmente também se pronuncie sobre aquilo que há a fazer para que estes possam ser melhorados? Volto a questionar o Sr. Secretário noutra questão: que medidas vai tomar o Governo daqui para a frente para equipar as escolas, e falo concretamente dos laboratórios das ciências? Porque nem todas as escolas têm laboratórios das ciências completos, mas depois os alunos são avaliados em determinadas experiências, em determinadas práticas que lá são feitas ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Está a chamar os professores de inconscientes!?

O Orador: ... e que não estão em pé de igualdade com outros alunos das escolas da Região e nacional onde esses laboratórios estão completos e onde é possível realizar essas experiências.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, vejo que se tornou uma grande adepta dos rankings, pelo menos assim parece.

(Aparte inaudível)

E estudiosa, exatamente. Uma grande adepta e estudiosa.

A Sra. Deputada tão estudiosa se tornou que andou a ver os rankings ao pormenor para ir buscar as pequenas melhorias que houve, e felizmente que houve, em algumas escolas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Os senhores vão buscar o negativo!

Deputado Francisco César (PS): Pequenas?

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor também devia ficar satisfeito!

O Orador: Muito pequenas melhorias, volto a reforçar, que houve em algumas escolas.

Obviamente que nós nos devemos congratular todos os dias com as melhorias que as escolas apresentam, mas não podemos ignorar a outra parte da questão, e a outra parte da questão é que houve escolas que ano após ano têm piorado os seus resultados.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: A outra parte da questão é que globalmente os Açores continuam na cauda destes rankings. Isso é que nos deve também preocupar e que não pode ser, nem deve ser, ignorado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Uma escola!

O Orador: Aliás, o IAVE, que obviamente não é comandado na atualidade pelo PSD/Açores ou por perigosos liberais e conservadores, como aqui foi dito, reflete sobre os resultados, estuda os resultados, promove estudos sobre os resultados e faz publicações sobre os resultados para que se possa refletir. Obviamente que deve ser do vosso conhecimento publicações que estão nos links do IAVE com estudos nacionais e internacionais sobre este tema.

E sobre este tema, e aqui neste número que eu tenho do mês de janeiro desta publicação, é dito muito claramente pelo IAVE na reflexão que faz sobre os resultados escolares, não só destes rankings mas todos os resultados escolares nacionais, é dito muito claramente que os contextos familiares facilitam as

aprendizagens: “Os alunos de famílias com mais recursos em casa têm melhor desempenho em matemática e em ciências”, por exemplo.

Portanto, o que vos aborrece, o que vos chateia e vos dói é que o vosso projeto de sociedade falhou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Como é que é possível?

O Orador: E ao criar uma sociedade pobre, porque como diz aqui no estudo tudo isso está relacionado, não podem aparecer os resultados escolares ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é a sua visão!

O Orador: ... porque eles estão intimamente ligados. Isto está aqui numa publicação do IAVE.

Portanto, o vosso problema e aquilo que vos dói é que aquilo que vocês tiveram para apresentar aos açorianos ao fim de 20 anos foi um plano de combate à pobreza. Havendo uma grande correlação entre os resultados escolares e o nível de desenvolvimento económico, obviamente que ao não conseguirem isso para a sociedade açoriana, os resultados escolares tendem a ser aqueles que nós conhecemos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente, tem agora a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Chegado a este ponto do debate, algumas curiosidades que eu queria assinalar. Em primeiro lugar, eu penso que há muitos assuntos misturados neste tema porque ele é complexo, mas também há posições que têm evoluído relativamente ao valor, ou ao não-valor, daquilo que são os rankings no país, mas nós estamos à vontade com essa questão.

E estamos à vontade porque até subscrevemos aquilo que diz o vosso Vice-Presidente do PSD e então Ministro da Educação, David Justino, quando diz que os rankings são indicadores mas as escolas devem fazer as suas leituras, e que os rankings são só uma parte da história.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Também já dissemos hoje isso!

O Orador: Bom, é um pouco nesta perspetiva que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo encara os rankings. Nós sabemos que toda a literatura que se debruça sobre esta matéria tem fortes críticas à apreciação dos rankings em termos de valores absolutos porque eles são portáteis, porque descontextualizam, porque acabam por aprofundar ou não desigualdades sociais, porque efetivamente tem uma importância que de país para país é vista de modos diferentes, mas já se falou aqui algumas coisas que eu queria clarificar. Nós não temos problemas com os rankings, até porque já se tendo falado hoje aqui do PISA, o PISA de 2015 foi feito com base na apreciação com 540 mil alunos e 72 países nas áreas das ciências, da matemática, da leitura e de resolução de problemas colaborativos em menor expressão.

E se nós quiséssemos falar em rankings nessa altura, independentemente de dizermos que os Açores até estariam abaixo da média nacional, mas para relativizar os rankings bastaria dizer que nós Açores, Região e não país, estamos à frente de mais de 30 países ...

Deputado Graça Silveira (CDS-PP): Que são?

O Orador: ... nesse ranking do PISA de 2015.

Mas não são quaisquer países. É Malta, é Grécia, são países que têm alguma expressão a nível europeu.

O que eu quero dizer, Sras. e Srs. Deputados, é que apelar aos rankings em termos de valor absoluto é uma perfeita falácia. Agora, não é falácia o entendimento que nós temos, como tem o professor David Justino, que é preciso fazer uma leitura desses números tendo o cuidado de perceber se de tempos a tempos há ou não evolução.

Mas há evolução, e eu penso que alguma oposição devia ficar mais satisfeita pelos resultados que os Açores progressivamente, de modo lento ou não, têm vindo a assumir. Não me falem de décimas porque se as décimas, como em outros indicadores, fossem para baixo, os senhores valorizavam isso à mesma!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais! Valorizavam, ampliavam, juntamente com a comunicação social que se dedica profundamente a esta matéria desde o ano 2000!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esses malandros!

O Orador: Eu vou-lhe contar a história porque provavelmente não sabe.

Deputado Luís Maurício (PSD): A gente já sabia que o Sócrates não gostava do José Manuel Fernandes. Não sabíamos era que os senhores também não gostavam!

O Orador: No ano 2000, Portugal, com a velha teoria de exportar cortiça e importar rolhas, acabou por ter rankings que eram só do conhecimento do Ministério da Educação, e o então jornal “Público” através do jornalista José Manuel Fernandes, quase que quis que esses rankings viessem a público. Mas foi para melhorar o sistema de ensino?

Deputado Jorge Jorge (PSD): Não foi o Camões?

O Orador: Bom, aqueles que são mais ingénuos provavelmente hão de tentar dizer que: “sim senhor, foi para a transparência”.

Não é isso que nós temos visto. O que nós temos visto é que todas as vezes que há rankings, a comunicação social ocupa-se e preocupa-se com isso e não é provavelmente pelas melhores razões. E isso tem conduzido a alguma estigmatização de situações.

A nossa preocupação é outra: é sabermos que nos Açores tem havido um caminho construtivo que para nós a importância é muito simples.

Os senhores parece que às vezes se cingem a valorizar muito o que os rankings medem, mas nós temos outra perspetiva. Nós medimos o que valorizamos no sistema de ensino, e aquilo que nós valorizamos no sistema de ensino é a evolução, é a progressão, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Como os professores que os senhores valorizaram durante um ano!

O Orador: ... é a melhoria das escolas e das condições de trabalho dos professores, é a melhoria dos equipamentos escolares, é a melhoria do ataque às desigualdades, é uma melhoria global na sociedade açoriana que tem conduzido a melhores resultados.

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga que tem orgulho!

O Orador: E a nossa convicção é muito diferente. Nós acreditamos na sociedade açoriana desde o princípio e em caminhos de sucesso, e em caminhos de sucesso que conduzem os nossos alunos, que conduzem a satisfação dos pais, que conduzem um ambiente coletivo global a uma sociedade melhor. É isso que nós estamos a construir! O nosso orgulho é fundado em passos que nós sabemos que são difíceis ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que são pequenos mas que estão a ser atingidos, como até mostram esses resultados que os senhores valorizam.

Esta é uma política diferente e é nos rankings como noutros setores sociais. Nós não utilizamos os indicadores para puxar os Açores para baixo!

Deputado Jorge Jorge (PSD): Não é preciso! Já o fazem naturalmente!

O Orador: Nós utilizamos os indicadores para construir uma sociedade melhor! É essa a nossa postura e é por isso que os senhores são diferentes, e são tão diferentes que nós agora até vemos que os senhores estão mais preocupados é com os rankings europeus.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O debate continuará à tarde.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de informar os tempos restantes.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Governo dispõe ainda de 15 minutos e oito segundos, o Partido Socialista dispõe de nove minutos e 10 segundos, o PSD dispõe de cinco minutos e 54 segundos, o CDS-PP dispõe de um minuto e 28 segundos, o Bloco de Esquerda dispõe de três minutos e 10 segundos, o PCP dispõe de 53 segundos, e o PPM dispõe de 57 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Continuamos então às 15 horas.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Vamos dar continuidade ao debate sobre os rankings da educação.

Está inscrita a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(* **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No finalizar desta manhã, o Sr. Deputado Jorge Jorge referia que as escolas do ensino básico e secundário, portanto, as escolas dos Açores, estão continuamente a apresentar piores resultados ao longo dos anos nos rankings de exames.

E o que eu lhe perguntava era que me identificasse uma escola básica e uma escola secundária onde tal acontece.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(* **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu voltaria a reiterar a questão ao PSD dizendo claramente que identifique uma escola do ensino básico e uma escola do ensino secundário onde efetivamente todos os anos, nos diferentes anos, ocorreram maus resultados de forma contínua.

Isto foi dito aqui pelo Sr. Deputado Jorge Jorge e eu ficaria a aguardar que me respondesse.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Agradeço que se inscrevam.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Chegados a esta altura do debate e perante a total falta de respostas por parte do Governo Regional às inúmeras questões que foram aqui colocadas, e obviamente que falo com especial relevância das questões que o Bloco de Esquerda colocou, julgo que é claro que o Governo Regional não quer esclarecer a Assembleia, não quer esclarecer os açorianos e açorianas, e no caso de algumas das questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Governo Regional não quer esclarecer e não quer dizer qual é a solução ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O debate ainda não acabou, Sr. Deputado!

O Orador: ... que tem e que está a trabalhar, e para o caso que aqui foi levantado relativamente aos alunos surdos da Escola Básica e Integrada dos Arrifes.

Os alunos, os pais e encarregados de educação e toda a comunidade educativa esperavam, como é óbvio, por respostas do Governo Regional. Não esperavam o silêncio e o ignorar das questões aqui levantadas fingindo que nada se passa e que não há perguntas a serem colocadas e que não há alunos, pais e

encarregados de educação à espera de respostas, à espera de saberem aquilo que serão as aulas dos seus alunos na próxima semana.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é essa a iniciativa, Sr. Deputado!

O Orador: É preciso não esquecer que hoje é 12 de março e no dia 15 terminam os contratos a termo das intérpretes de Língua Gestual Portuguesa da Escola Básica e Integrada dos Arrifes. A solução que se exige é uma solução condigna que assegure o direito à educação e proteja obviamente os direitos laborais dessas intérpretes, e é lamentável esta atitude do Governo Regional que durante três horas nem uma palavra disse sobre esta matéria e sobre muitas outras, já agora, que foram aqui colocadas.

E perante esta falta de respostas, perante a ausência de qualquer respeito por estes alunos e por estas famílias, o Bloco de Esquerda obviamente manterá a sua proposta com carácter de urgência, que apresentará amanhã.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A oposição, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual oposição?

O Orador: ... pelo menos alguma oposição, não tem nada a dizer aos alunos, aos professores, às escolas e às famílias dos Açores. Nada, absolutamente nada. A não ser eventualmente o seguinte: vocês são os piores de todos, o que é mentira.

É pouco. Para além de pouco, é mau, para quem entre outras coisas quer ser Governo e que assim fica obviamente cada vez mais afastado desse objetivo sem que disso se aperceba.

Nas muitas questões que foram levantadas ao longo das últimas horas, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é triste, mas não é fado!

O Orador: ... por exemplo o Sr. Deputado Paulo Estêvão, também o Sr. Deputado Jorge Jorge, falaram em medidas, falaram em reflexões, claro que eu falei em medidas e em reflexões sobre os assuntos que tratei logo na minha intervenção inicial, mas obviamente que há necessariamente estratégias que ajudam à obtenção de mais sucesso mas todas elas com efeitos palpáveis naturalmente a prazo.

Antes de mais, nas nossas escolas não há, não pode haver, alunos dados como perdidos. Para que ninguém efetivamente fique para trás, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... embora nem todos atinjam obrigatoriamente os mesmos patamares. Além disso, há que principiar, como foi dito, pelos ciclos mais novos, apesar do adiamento da evidência dos resultados. Como dizia o “Expresso” ainda recentemente, uma aluna de grande sucesso, e passo a citar: “na teoria e na prática é a primária que nos dá as bases para nos sabermos expressar, para sabermos escrever sem erros ortográficos”.

Mais tarde impõe-se a diversificação dos percursos formativos porque nem todos se adaptam ao ensino regular. Todavia, as soluções profissionalizantes não podem destinar-se exclusivamente aos menos abonados economicamente nem sequer aos portadores de percursos académicos mais problemáticos. Mais cedo ou mais tarde, isto é, em todos os tempos importa o acréscimo das expetativas dos estudantes e das famílias. Oxalá então o prémio de ingresso do ensino superior em preparação pelo Governo Regional e que foi proposto nesta Assembleia pelo CDS aquando da última discussão do Plano e do Orçamento para 2019 contribua para o aumento das expetativas, senão de todos pelo menos de mais, motivando o acréscimo da frequência universitária com benefício para o progresso social.

Quanto às reflexões de que falava o Sr. Deputado Jorge Jorge, as reflexões são feitas nas escolas periodicamente pelos órgãos de gestão, são feitas também nos órgãos do próprio sistema educativo regional. Essas reflexões são feitas praticamente dia-a-dia pelas equipas de acompanhamento no terreno, na Matemática, agora no Português até eventualmente com reforço no 1.º e 2.º ano porque são anos determinantes na conquista da literacia de leitura.

Disse também aqui o Sr. Deputado Jorge Jorge que o Governo e o Partido Socialista tinham estado contra a classe docente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E disse bem!

O Orador: A não ser uma informação triste, daria vontade de rir.

Da parte do Governo, em 2015, nós publicámos e aprovámos o melhor estatuto da carreira docente.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Oh Sr. Secretário!

O Orador: Depois, aprovámos o melhor regulamento de concurso do pessoal docente.

O Governo teve um braço de ferro com professores? Teve sim. Eu sempre o disse, e concretamente na televisão, que os professores tinham pelo menos uma razão relativa derivada de dois ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não sabia nada disso! O senhor foi desautorizado e gosta disso!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor foi desautorizado! Já não devia estar aí sequer!

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor fica nervoso é no plenário dos jovens! Isso é que o deixa nervoso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Sempre se disse, mesmo na altura do braço de ferro, que os professores tinham uma razão relativa devida a dois erros crassos cometidos pelo Governo da República: a recuperação do tempo de serviço aos demais

funcionários públicos que estigmatizava os professores e uma declaração de compromisso de novembro de 2017 assinada entre o Governo e os sindicatos onde toda a gente podia ler efetivamente aquilo que muito bem entendesse.

O Governo é certo que aguardou por uma solução nacional, sim, mas perante a falta dela arranjou uma solução própria e voltou a arranjar a melhor solução nacional.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Falta dela? Houve uma ainda ontem!

O Orador: Quanto a outra intervenção ainda do Sr. Deputado Jorge Jorge sobre as aulas nas interrupções letivas, oh Sr. Deputado, depois daquilo que eu já disse, só por maldade isso me pode ser assacado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas não se vá arrepender! **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Está em lei!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Tenham calma!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não se esqueça do que está a dizer!

Deputado Francisco César (PS): Deixe terminar!

O Orador: Claro que eu bem sei que a maldade é um sentimento humano, mas perante ele é preciso contenção e eu acredito sinceramente que o Sr. Deputado é um homem contido.

Deputado Luís Maurício (PSD): Ao contrário de si, que não é nada contido!

O Orador: Falou-se também aqui, na mesma intervenção, dos atrasos dos resultados escolares nos Açores. Falou-se, terei dito eu próprio, que isso também se devia à menor qualificação dos pais e encarregados de educação dos Açores, é um facto, e tenho uma explicação: porque no Continente sempre houve muito maior acesso ao ensino, particularmente ao ensino superior; porque na Madeira houve acesso ao ensino superior ainda antes do 25 de abril; porque nos Açores o acesso ao ensino superior ocorre apenas no ano admirável

de 1976, que vê ao mesmo tempo nascer a Universidade dos Açores e institucionalizar a autonomia.

É por isso que em 2015, não sei quais são os números de hoje, a percentagem de pais e encarregados de educação licenciados era de 23% no Continente, de 17% na Madeira, de 14% nos Açores.

Falou também o Sr. Deputado da falta de recursos nas escolas, de equipamento informático. Esqueceu-se porventura que desde o ano passado que andamos a dotar as escolas de equipamento informático.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Se está a dotar, é porque não tinha!

O Orador: Fizemo-lo o ano passado em Santa Maria, no Corvo, nas Flores, no concelho do Topo em São Jorge. Fizemo-lo em 2018 na Graciosa, na Povoação e no Nordeste. Continuaremos com isso.

Falou da falta de recursos humanos. Bem, eu recordo que desde 2014/2015 (desde que aqui cheguei) em matéria de professores foram abertas 858 vagas. 300 no concurso extraordinário, as demais 558 nos demais concursos. Com isto estamos a prover com professores do quadro as necessidades permanentes do sistema educativo regional. Estamos inclusivamente a respeitar a denominada diretiva comunitária.

Em matéria de funcionários. Há funcionários envelhecidos, é verdade. Há funcionários de baixa, também é verdade. Mas é mais verdade ainda que o índice de funcionários por alunos nas nossas escolas é o maior do país e ocorre às necessidades efetivamente existentes.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Outro assunto aqui tratado foi o do abandono escolar precoce. É um assunto efetivamente recorrente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Infelizmente!

O Orador: Temos taxas mais altas do que o país. 28,3 nos Açores, 11,2 no Continente. O PSD este ano, líderes do PSD no passado falaram desse assunto. Disseram que as políticas socialistas puxavam os Açores para baixo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Por isso é que eles estão todos em greve!

O Orador: Todavia, esqueceram-se essas pessoas de dizer que a administração socialista herdou da governação do PSD uma taxa de abandono escolar precoce de mais de 60%, que já reduziu em mais de metade num exercício contínuo de puxar os Açores para cima!

Claro que em 2017/2018 aumentámos algumas décimas, mas em 2016 fomos nós a progredir mais, a diminuir dois pontos percentuais quando o país recuava inclusivamente algumas décimas. São pequenas oscilações, é certo, de um percurso que segue o rumo certo.

Estamos bem? Claro que não estamos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Quem o ouve falar!

O Orador: Alcançaremos no devido tempo a taxa que queremos? Talvez não. Mas retomaremos entretanto a senda de progresso que nos há de conduzir ao objetivo almejado de alinhamento da nossa taxa com a do país e com a da Europa.

Falou-se também aqui em flexibilidade e autonomia curricular como sendo essa uma falha do Governo dos Açores. Bem, esta dá mesmo vontade de rir.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Dá, dá!

O Orador: Como aqui já foi dito, a flexibilidade e autonomia curricular foram medidas introduzidas pela governação da República nesta legislatura.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Mais. Nós temos preparado, já enviado para Conselho de Governo, uma proposta de alteração das matrizes do ensino básico. A flexibilidade e a autonomia curricular é uma das medidas lá contempladas. Para quê? Mais autonomia para as unidades urbanas ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Fugiu a boca para a verdade!

O Orador: Para as unidades orgânicas! E para quê? Para que as unidades orgânicas tenham a possibilidade de flexibilizar os currículos para melhor responderem às necessidades e aos desafios de cada comunidade escolar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Já dissemos isso há quatro anos!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Contratos de autonomia, outra velha e estafada bandeira do PSD. Bem, em matéria de contratos de autonomia nos Açores as escolas públicas desde 2005 que podem celebrar com o Governo contratos de autonomia à luz do diploma da gestão escolar que apenas exige a prévia aprovação pelo conselho pedagógico e pela assembleia de escola.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem falou em contratos de autonomia?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Deputado Jorge Jorge!

O Orador: Porém, até hoje nunca o fizeram. Porquê? Por incúria das próprias ou por oposição do Governo? Creio que nem por uma coisa nem pela outra. Simplesmente porque através de vias mais simples disponibilizadas pelo Governo já obtiveram boa parte das vantagens próprias dos contratos de autonomia. Por exemplo, o crédito horário a Português e a Matemática agora também para a coordenação do PROSUCESSO.

Por exemplo, as alterações na organização das turmas.

Por exemplo, a alteração da gestão da carga horária ao abrigo do diploma da inovação pedagógica.

Por exemplo, a criação de percursos curriculares próprios também ao abrigo do diploma da inovação pedagógica.

Mais. A fixação e o cumprimento de metas, outra das características dos contratos de autonomia, é uma prática corrente no âmbito do PROSUCESSO.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Falou-se também aqui, sempre o Sr. Deputado Jorge Jorge, da falta de formação contínua de professores.

Fazemos formação contínua de professores e fazemos cada vez formação mais útil.

Deputado Jorge Jorge (PSD): De alguns!

O Orador: Mais. Definimos metas para o próximo ano, tendo em consideração as dificuldades encontradas. Em primeiro lugar, Matemática do 3.º ciclo para darmos continuidade ao bom trabalho já realizado no 1.º e 2.º ciclos. Português no 1.º e no 2.º ano do 1.º ciclo porque aí a literacia de leitura é fundamental para que os alunos venham a perceber depois tudo.

Também a formação de lideranças. Sr. Deputado, esteve a decorrer ontem na Terceira, está a decorrer hoje em São Miguel.

Eu já vou às interpretes dos Arrifes, mas vou deixar um pouco mais para o fim.

O Sr. Deputado Artur Lima reportou-se aqui a recuos nas taxas de transição do 1.º ciclo. Sr. Deputado, não é verdade. De 2014/2015 para 2017/2018 aumentou de 88% para 94%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 20!

O Orador: Mais. Disse também aqui o Sr. Deputado que eram poucos os alunos dos Açores que transitavam para o ensino superior. Nós não podemos aceitar todas as fontes que nos aparecem à frente. Neste ano que está a decorrer, entraram no ensino superior 999 alunos dos Açores! Sabe que percentagem? 98% daqueles que terminaram o ensino secundário.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Jorge Jorge (PSD): E quantos é que estavam no secundário?

O Orador: Mais. Fim da obrigatoriedade de permanência dos professores três anos nas escolas. Falou aqui de uma hecatombe nas escolas de periferia. Olhe, foi uma medida ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: .. que foi aprovada por unanimidade nesta Casa. O prejuízo não se fez sentir, como já foi referido aqui esta manhã.

Vou passar duas ou três questões à frente e só quero tratar de duas que me parecem urgentes.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão desde o princípio desta sessão que andou a dizer que os alunos dos Açores estavam retidos indevidamente no pré-escolar. Não é verdade, Sr. Deputado, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: ... embora o senhor possa ter essa opinião.

Não, Sr. Deputado, nós com o Conselho Nacional da Educação detetámos um erro nos nossos registos e onde efetivamente nós tínhamos registadas 500 crianças com seis anos de pré-escolar eram apenas 157.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o erro é meu?

O Orador: Não, não tem culpa.

E são 157 também porque há pais e professores que acham que assim efetivamente deve ser.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, o erro é meu!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, em matéria de escolas boas e de escolas más, não são boas as que têm poucos alunos ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... nem más as que têm muitos alunos. As que têm muitos alunos podem ser más por isso, e as que têm poucos alunos também podem ser más exatamente por isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sou eu que o digo!

O Orador: Termino com a questão dos intérpretes dos Arrifes. Confrontado com esta situação pelos próprios, mais do que propriamente pela escola, o

Governo tem procurado uma solução. A mais transparente, a mais legal, a mais duradoura: um concurso público que está, efetivamente, a andar.

Deputado António Lima (BE): Isso era há um ano atrás!

O Orador: Há, é certo, um hiato entre o fim do atual contrato e o resultado do concurso público. Oferecemos, é certo, uma prestação de serviços. A haver outra solução que seja igualmente expedita, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Está resolvido!

O Orador: ... igualmente legal, mais transitória, mais definitiva, estamos aqui para conversar, para eventualmente aceitar, para encontrar soluções.

O Bloco de Esquerda é que disse que tinha uma solução justa e legal para isso na algibeira. Sr. Deputado, mostre-a porque se ela for boa, eu aceito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate, e de momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, se alguém está perdido, não são os alunos dos Açores.

Deputado Manuel Pereira (PS): O PSD!

O Orador: Se alguém está perdido no meio deste debate da educação e daquilo que passa na educação dos Açores, é o Sr. Secretário, é o Governo dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. Secretário disse, ao contrário daquilo que tinha afirmado ao longo de um ano, que na falta de uma solução nacional que avançou para uma solução regional, não é bem assim.

Houve uma solução nacional há poucos dias!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor ainda está nesse debate!? Onde isso já vai!

O Orador: Oh Sr. Secretário, o Sr. Secretário é que ficou perdido ...

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... quando foi o debate do Plano e Orçamento, quando dois dias antes defendeu uma coisa e dois dias depois o Presidente do Governo anunciou exatamente o seu contrário.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Foi, foi!

O Orador: Quem ficou perdido, foi o Sr. Secretário.

Sr. Secretário, se o Governo está a dotar as escolas dos meios informáticos e outros que as escolas necessitam, é porque elas necessitam.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Algumas necessitam!

O Orador: Exatamente, mas no fim, os alunos de todas as escolas são avaliados da mesma maneira e nem todos têm os mesmos meios para atingir os mesmos fins.

Eu conheço escolas que têm, e volto a referir, laboratórios de ciências há muitos e muitos anos sem capacidade de os alunos realizarem todas as experiências que são pedidas no currículo e que são essenciais para a sua avaliação e formação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, se estão a dotar é porque elas tinham necessidade e ainda não conseguiram atingir as escolas todas.

E depois, Sr. Secretário, contratos de autonomia há muitos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não há muitos!

O Orador: Há muitos! Há muitas formas de os fazer, melhor dizendo.

Há muitas formas de os fazer, e depois muitas das vezes esses contratos de autonomia que estão no papel não deixam as escolas efetivamente os exercer.

Não foi há muitos dias que uma equipa da Direção Regional referiu em escolas que não queria que as equipas de educação especial, por exemplo, definissem e precisassem os número de horas que precisavam de apoio, bastava só dizer que precisavam de apoio e seria a Direção Regional, de forma centralista, a definir o número de horas que aquela escola dizia.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Que escola, Sr. Deputado?

O Orador: Não, Sra. Deputada, não vá por aí que eu não caio nessa.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para verificar e salientar a resposta do Sr. Secretário (finalmente), julgo que se fazia tarde e que era mais do que necessário.

Mas julgo que eu que também não se pode deixar de dizer que é preciso ter, e como se diz em bom português, muita lata para vir aqui dizer que o Governo Regional está a trabalhar numa solução para este caso em concreto. A solução, Sr. Secretário, devia ter sido trabalhada há um ano atrás quando as intérpretes de língua gestual avisaram, alertaram o Governo Regional para o facto de os seus contratos estarem a terminar e o Governo Regional o que é que fez? Ficou de braços cruzados à espera que a beira do precipício chegasse.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Não, não! Esse problema só podia ser resolvido em janeiro!

O Orador: Não fizeram nada e agora estão os alunos em risco, e estão a resolver a questão.

Sr. Secretário, o problema bem resolvido tinha sido resolvido há um ano atrás com a abertura de concursos para contratos sem termo, e essa é que era a solução que devia ter sido adotada há um anos atrás.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): E a vossa solução!?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi o PSD, pela voz do Sr. Deputado Jorge Jorge, a intervir, mas ficou no silêncio quanto à pergunta que o Partido Socialista fez.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Quem é que está a ser interpelado?

A Oradora: E a pergunta que o Partido Socialista fez é uma pergunta que para quando se faz a análise do ranking dos exames, da forma como o PSD fez, tem que ser esclarecido. O PSD veio aqui dizer que as escolas dos Açores, básicas e

secundárias, nos resultados que obtiveram ao longo do tempo nos rankings dos exames, não apresentaram melhorias.

Portanto, dito de outra forma, foi isto que o PSD veio dizer.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Não, não! Não foi!

O Orador: E o que eu perguntei ao PSD foi concretamente que me indicasse...

Há pouco ficou silenciado, agora não é.

... que escola básica é que teve esse comportamento ao longo do tempo, ou que escola secundária é que teve esse comportamento ao longo do tempo.

O PSD não respondeu. Não respondeu porque não é verdade. Nós não temos nenhuma escola básica ou secundária ao longo do tempo, desde 2001, que continuamente tenha tido piores resultados. Os resultados têm sido sempre ora uns melhores que no ano anterior, ora a melhorar constantemente.

E, portanto, o que o PSD disse aqui não é verdade. Isto é importante que fique registado.

Segunda questão. Falou-se aqui efetivamente daquele que é o comportamento do Partido Socialista, daquela que é a postura do Partido Socialista perante o ranking dos exames.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora tem que dizer outra vez que está orgulhosa destes resultados! Para ficar registado!

A Oradora: Ora bem, a postura do Partido Socialista perante os rankings dos exames é uma postura simples de compreender e sabemos que os açorianos percebem-na. É uma postura de olhar para o trabalho que está a ser feito, olhar para as soluções que estão a ser apresentadas às nossas escolas, perceber juntamente com as nossas escolas com os diferentes territórios quais as melhores soluções, e por isso é que nós criámos de forma inédita a nível nacional, pioneira, o PROSUCESSO que veio efetivamente responder e que está a dar resultados.

Este é o grande incómodo de alguma oposição, muito em particular do PSD, que não tem absolutamente nenhuma solução para a política educativa dos Açores, entende que o melhor a fazer é reduzir aquelas que são as décimas de aumentos dos nossos alunos, as décimas de melhoria das médias regionais.

E isto, PSD, fica-vos muito mal, muito mal! Em vez de enaltecer as vitórias dos nossos alunos, querem sim reduzir as vitórias dos nossos alunos, e isso fica-vos mesmo muito mal para um partido que entende que um dia poderá ser governo mas criticando desta forma os alunos das nossas escolas e os professores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os senhores em vez de capitalizarem as capacidades dos nossos alunos, limitam as capacidades dos nossos alunos!

A Oradora: Há aqui algo que nós queremos dizer. O Partido Socialista neste debate entrou com uma postura séria, uma postura de análise construtiva, analisou os dados, verificou aquilo que aqui foi dito. Há aqui algo que para nós é de extrema importância e não é possível ser apagado nem com o discurso demagógico de alguma oposição, nem o querer dizer que todos os alunos são maus ou que todos os professores são maus. Nós não acreditamos nesse quadro pintado por alguma oposição.

Nós queremos sim dizer que os resultados nas nossas escolas estão a evoluir, e estão a evoluir de ano para ano. Nós estamos a melhorar, nós temos médias melhores este ano (2018) do que tivemos em anos anteriores. No ensino básico a nossa média foi de 2,63, melhor, por exemplo, do que em 2014 aquando do início do PROSUCESSO.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): 2,63 é uma positiva! É uma belíssima nota! 2,63 é positivo, não é?

A Oradora: Em 2014 as nossas escolas ocuparam a última posição de 1247, e em 2018 subimos para 1046. Uma conquista de mais de 200 lugares.

Deputado Jorge Jorge (PSD): E em 2017?

A Oradora: Mas nada disso aqui foi dito pela oposição.

E por fim, ao nível do secundário nós tivemos uma média de 9,75 quando em 2014 foi de 9,46. Nós tivemos um conjunto de disciplinas que melhoraram consideravelmente, mas nada disso é dito aqui nesta casa. Porque realmente o que parece interessar a alguma oposição é puxar os Açores para baixo, é puxar os nossos alunos para baixo, é não considerar o esforço dos nossos alunos, o esforço e o empenho dos nossos professores, e isso, Sras. e Srs. Deputados, é lamentável!, e o Partido Socialista não consegue ver perante resultados positivos uma mensagem tão negativa, e para isso não contem com o Partido Socialista.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

O Governo já não dispõe de tempo para fazer o encerramento da interpelação, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, tivemos um debate, em alguns momentos, absolutamente surrealista por parte do Partido Socialista. Por exemplo, o Sr. Deputado João Paulo Ávila

anunciou aqui uma revolução. O Partido Socialista fez uma revolução no ensino e nos resultados escolares.

Deputado João Paulo Ávila (PS) e **Deputado Manuel Pereira (PS)**:
Evolução!

O Orador: O senhor veja bem, revolução é algo que muda drasticamente uma determinada situação. Nós éramos a região do país com os piores resultados do país e continuamos a ser a região do país com piores resultados.

Tem um espírito revolucionário completamente inédito, Sr. Deputado. O Sr. Deputado tem a convicção, devo-lhe dizer, não leve a mal ... às vezes quando o vejo subir a essa tribuna digo: “Este senhor faz-me lembrar alguém, faz-me lembrar Robespierre” pela sua convicção e pelo seu fanatismo.

Mas veja bem, aquela revolução não funcionou e a sua não existiu, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é da Ribeira Grande!

O Orador: ... porque a verdade, Sr. Deputado, é que os resultados infelizmente continuam a ser os piores do país.

Depois eu vejo um deputado com o prestígio do Deputado José Contente dizer que tem orgulho nestes resultados, tem orgulho nos resultados dos Açores!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

Nos resultados dos Açores eu não posso ter orgulho nuns resultados que são os piores do país, Sr. Deputado.

Como é que é possível que vossa excelência tenha feito a afirmação que fez?

Bem, para terminar, a Sra. Presidente já me chamou a atenção, devo dizer que eu não quero que os Açores participem numa espécie de Liga dos Últimos em que se transformou este debate por parte do Partido Socialista. A verdade é esta: eu não aceito estes resultados para os Açores, e considero uma vergonha que se diga que estes resultados prestigiam os Açores!

Para terminar, eu volto a lembrar dois dados.

Nenhuma escola no ensino básico ficou classificada nos primeiros 300 lugares, nenhum escola dos Açores. Pelo contrário, em mais de mil escolas, 69% das escolas dos Açores ficaram nos últimos 200 lugares.

Os senhores ficam orgulhosos com estes resultados? Como é que é possível?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Depois digo-vos. Em termos do ensino secundário, 50% das escolas dos Açores ficaram nos últimos 100 lugares.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Os senhores ficam orgulhosos destes resultados? Nas 300 melhores notas obtidas no âmbito do ensino secundário, só tivemos uma escola dos Açores.

Os senhores ficam orgulhosos com estes resultados? Eu não aceito isto, isto não é o futuro dos Açores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Orgulho dos nossos alunos!

O Orador: Digo-vos, o problema resolve-se a dois níveis. Primeiro nível: reorganização do sistema educativo; e em segundo lugar: a resolução também das questões sociais que afetam grande parte da população, e isso só se faz com uma mudança, com uma alteração de poder, quando os senhores saírem do poder da Região que ostentam há 23 anos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, pede a palavra para?

Um protesto a?

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, um protesto às acusações de fanatismo do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há efetivamente algo que nunca me verão fazer nesta Casa: é-me superiorizar relativamente a outro deputado.

Mas há uma coisa que eu também não posso admitir: é essa tentativa de inferiorizar ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Inferiorizar!?

O Orador: ... de um outro deputado aqui nesta Casa.

Nunca me verão fazer isto, e essa acusação de fanatismo, Sr. Deputado, não é fanatismo. É convicção nas palavras que disse.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: E deixe-me contar-lhe uma história. Lembra-se da professora que só dava 13?

Eu conheço essa professora, Sr. Deputado. Foi minha professora e deu-me 14.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Estás a superiorizar-te!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão para um contraprotesto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ah, o senhor é que não iria nunca inferiorizar ninguém. O senhor vem aqui dizer que teve 14 e eu tive 13, e o senhor é que não inferioriza ninguém? Ponto de vista do debate parlamentar.

Eu compensei no exame, não sei quanto é que vossa excelência teve no exame, mas eu depois compensei no exame nacional.

Mas devo dizer, Sr. Deputado, compará-lo a Robespierre é inferiorizá-lo? Robespierre é uma grande personagem da revolução francesa! Sabe enganar, cortou demasiadas cabeças!

Mas devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que compará-lo a uma figura histórica da dimensão de Robespierre não é diminuir vossa excelência. Agora, que vossa excelência, em relação à defesa que faz, quase impossível, contra todos os

factos, contra aquilo que é a lógica do Partido Socialista, vossa excelência revela, não vou dizer fanatismo, uma convicção extrema, ...

Deputada Mónica Rocha (PS) e Deputado Manuel Pereira (PS): Já disse!

O Orador: ... eu devo dizer que isso é uma verdade evidente para todos o que ouvem e participam nestes debates.

De qualquer das formas Sr. Deputado, não quero que fique ofendido.

Eu devo dizer o seguinte, Sr. Deputado, para terminar este contraprotesto.

Deputado José Contente (PS): É mais uma intervenção!

O Orador: Da minha parte existe a convicção absoluta de que os nossos alunos podem ser os melhores dos Açores, os nossos alunos podem ser os melhores do país! Eu tenho a convicção absoluta de que isso é possível!

Deputado André Bradford (PS): Então estamos de acordo, Sr. Deputado!

O Orador: Não me digam que não é possível! Não me digam que são séculos de atraso, que demorámos muito tempo, que 23 anos não é suficiente, que vossas excelências precisam de mais 23 anos para conseguir. A este ritmo demoramos mais 50 ou 60 a recuperar a distância que nos separa do país a este nível!

Eu digo-lhe uma coisa. Eu tenho a convicção absoluta que era possível, com as nossas escolas, com os nossos professores, com as nossas famílias, com os nossos alunos, com a nossa convicção transformar o sistema educativo de forma a que ele deixe de ser o último e passe a ser o primeiro!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino. A defesa da honra está feita, o contraprotesto está realizado, e Sr. Deputado, de qualquer das formas não veja a minha intervenção como algo que tenha sido injurioso para vossa excelência, não foi nenhuma injúria. Foi, pura e simplesmente até, devo-lhe dizer, uma referência agradável para vossa excelência com certeza.

Presidente: Encerrámos o primeiro ponto de nossa agenda.

Vamos continuar os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto quatro, uma vez que a sessão de perguntas decorrerá amanhã de manhã e a interpelação do PSD na quinta-feira de manhã.

O ponto quatro é o Projeto de Resolução n.º 116/XI – “Repavimentação do caminho de acesso à lagoa do Negro, à Gruta do Natal e ao percurso pedestre dos Mistérios Negros, na ilha Terceira”, projeto este apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos são os que naturalmente usamos no processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O setor do turismo continua a dar um importante contributo para o desenvolvimento económico dos Açores.

Na Região, atualmente, as atividades lúdicas associadas ao turismo de natureza constituem um recurso relevante para a oferta e complementaridade do turismo, sendo que a imagem dos Açores está intimamente associada ao turismo de natureza e aventura, tendo em conta o seu riquíssimo património natural.

Neste segmento turístico nos Açores, atividades como o pedestrianismo e o espeleoturismo assumem um papel de relevo.

De facto, a quantidade e a qualidade, dos trilhos que compõem a rede de percursos pedestres da Região, demonstram claramente a importância do pedestrianismo enquanto produto turístico.

Também o turismo espeleológico, ou espeleoturismo, se configura como uma prática de grande potencial nos Açores e de grande importância para o setor turístico da Ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Região dispõe de um vasto e valioso património espeleológico, que importa não só conhecer e proteger, mas também valorizar e potenciar.

A título de exemplo, o número de visitantes registado na Gruta do Natal nos últimos anos evoluiu de forma muito significativa, com um crescimento acentuado sobretudo desde 2015, passando de 11.623 visitas nesse ano, para 29.299 visitas em 2017. Ou seja, a visitação quase triplicou no espaço de apenas dois anos.

De facto, a proximidade entre os acessos à Gruta do Natal, à Lagoa do Negro e ao início do percurso pedestre dos Mistérios Negros, associada à beleza natural da área envolvente, leva a que esta zona seja uma das mais procuradas em termos turísticos na Ilha Terceira.

Porém, o pavimento do troço do Caminho Florestal 24 que faz a ligação entre a Estrada Regional 3-1^a e o ponto de acesso à Gruta do Natal, à Lagoa do Negro e ao início do trilho dos Mistérios Negros, com uma extensão de aproximadamente 700 metros, encontra-se em estado de elevada degradação.

Sra. Presidentes, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além da proteção e salvaguarda do património natural dos Açores, compete naturalmente também ao Governo Regional garantir o acesso, em condições de segurança e de conforto, das populações e dos turistas aos pontos turísticos mais visitados das ilhas, assegurando e dinamizando o seu potencial em termos turísticos e económicos.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31.º, n.º 1, alínea d), e 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e nos artigos 43.º e 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que proceda, com a maior brevidade possível, à repavimentação do troço do Caminho Florestal 24 que faz a ligação entre a

Estrada Regional 3-1ª e a zona de acesso à Gruta do Natal, à Lagoa do Negro e ao percurso pedestre dos Mistérios Negros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Bem, se acham que o assunto ficou debatido em Comissão...

Sr. Deputado António Toste Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, importa realçar o trabalho desenvolvido pela Direção Regional dos Recursos Florestais que gere uma rede viária regional e florestal na ordem de 1400 quilómetros onde mais de metade estão pavimentados, sendo os restantes em macadame, os quais obrigam a intervenções de manutenção específicas e cuidadas.

No que diz respeito à Ilha Terceira, os serviços florestais gerem cerca de 290 quilómetros de caminho, sendo que 40% também está pavimentado e sendo os restantes também em macadame.

Referir também que algumas dessas pavimentações já têm uma década e mais anos de existência e não foram dimensionadas para um tráfego de maior dimensão e de carga. Atualmente, este tipo de vias está a ser utilizado com cargas superiores e com maior frequência, nomeadamente com camiões,

atrelados, autocarros de turismo, entre outros, provocando assim um maior desgaste e degradação do piso.

Relativamente ao Projeto de Resolução apresentado pelo CDS-PP, ele é pertinente, tem o seu mérito, e desde logo pela preocupação ao nível do turismo, setor que tem vindo a crescer consideravelmente, de extrema importância e fundamental para o crescimento económico da Região.

Todavia, é importante clarificar que o Governo Regional tem previsto para o ano de 2019 (para este ano) um investimento em estradas florestais e rurais num montante de 6,5 milhões de euros onde o caminho agora aqui em discussão também está incluído.

O início desta obra, como é do conhecimento, está previsto sensivelmente para o segundo semestre deste ano, a pavimentação é de cerca de 3,5 quilómetros, no valor estimado de 250 mil euros, e tendo em conta o turismo, a agricultura e as florestas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Devia ser mais exato. "Sensivelmente no segundo semestre"!

O Orador: Beneficiará mais de 20 explorações agrícolas, cerca de 70 hectares de pastagens baldias e 30 hectares de área do perímetro florestal da Ilha Terceira.

Portanto, aquilo que o Governo se propõe fazer vai muito para além do que está proposto no Projeto de Resolução apresentado ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito mais!

O Orador: ... pelo CDS-PP, que era apenas da repavimentação de 700 metros. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível)

Não, mas em 95 estava lá, na Terceira, onde fui professor nos Biscoitos no ano letivo de 95/96.

Deputado André Bradford (PS): Os alunos dos Biscoitos ainda falam nisso!

O Orador: Portanto, conheço esta realidade há muitos anos.

Eu devo dizer que é evidente que nesta matéria o Governo Regional tem a obrigação de garantir a acessibilidade. De facto, a acessibilidade a este local é fundamental, tem muita procura do ponto de vista turístico, e é evidente também que, do ponto de vista da preservação do património natural, é um dos fatores fundamenais e é um dos locais fundamentais.

Portanto, eu nesta matéria estou completamente de acordo com os argumentos que aqui foram aduzidos pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. De facto, o Governo deve promover a reparação urgente deste caminho de acesso à Lagoa do Negro, à Gruta do Natal e ao percurso pedestre dos Mistérios Negros na Ilha Terceira, e que esta é uma obra que deve ser prosseguida com celeridade.

Da minha parte, o Grupo Parlamentar do CDS-PP merece um voto favorável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que o estado atual do caminho de acesso à Lagoa do Negro, à Gruta do Natal e ao percurso pedestre dos Mistérios Negros não se coaduna minimamente com aquele que tem sido o crescimento evidente e quase

exponencial do número de visitas à Gruta do Natal. Portanto, se temos um crescimento bastante acentuado, neste caso da Gruta do Natal que até nem é de agora mas que tem tido uma procura mais acentuada desde os últimos três anos, não se coaduna termos um caminho de acesso naquele estado em que se encontra.

E, portanto, vemos com bons olhos e por isso merecerá a aprovação do nosso grupo parlamentar esta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP porque entendemos, e tal como está na exposição de motivos deste Projeto de Resolução, que se trata de uma forma de valorizar não só a atividade turística na Ilha Terceira, mas também num esforço de valorização da própria atividade agrícola porque este caminho não serve só para dar acesso a quem quer visitar a Gruta do Natal, o percurso pedestre dos Mistérios Negros e a Lagoa do Negro, mas também serve para facilitar toda a atividade agrícola daqueles que são os locais e também porque as obras não se fazem só a pensar em quem nos visita, mas também a pensar na nossa população, na população residente.

Ora, entendemos que de facto esta é uma iniciativa que valoriza os percursos pedestres dos Mistérios Negros, da Gruta do Natal e valoriza, claro, a Lagoa do Negro.

Portanto, entendemos que esta obra dever-se-á realizar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já transmitiu à Câmara a intenção de ir para além daquilo que é proposto neste Projeto de Resolução, e ainda bem que assim é. No entanto, há que, ao longo da obra, tentar acautelar alguns aspetos, como a integridade da Gruta do Natal que poderá ser prejudicada, não só durante a realização da obra mas até conforme aqueles que serão os trâmites da obra, é preciso ter isso em atenção para que não se provoquem vibrações que possam de alguma forma colocar em causa a integridade desta gruta.

E também não seria talvez de esquecer a construção de um parque de estacionamento que faria todo o sentido para acomodar todos os visitantes da

Gruta do Natal e da Lagoa do Negro. Penso que isso deverá estar incluído nesta obra.

Esta iniciativa merecerá, como já disse, o voto favorável do nosso grupo parlamentar, não sem antes fazer uma breve observação. Esta iniciativa sempre esteve repleta de uma clara, passo a redundância, clarividência. Clarividente porquê? Porque o proponente pareceu antecipar-se àquela que era uma pretensão do Governo Regional, e também uma clarividência da parte do Governo Regional que curiosamente, aquando da visita de alguns deputados e deputadas da Comissão Parlamentar que apreciou esta iniciativa, parece que também o Governo Regional se antecipou e tentou fazer aquilo que tem feito nos últimos anos que é de remendar aquela via de acesso à Gruta do Natal ou ao percurso pedestre dos Mistérios Negros e da Lagoa do Negro.

Portanto, perante tanta clarividência ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tudo nas costas do Sr. Secretário!

O Orador: ... obviamente que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda iria votar favoravelmente esta iniciativa.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem agora a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A reabilitação do caminho de acesso referido nesta proposta é absolutamente essencial, quer coloquemos de um ponto de vista socioeconómico, quer consideremos a perspetiva da segurança rodoviária, considerando que esta via, além de receber locais, tem um forte interesse turístico para a Ilha Terceira.

Sabe-se que os constrangimentos de circulação e a insegurança para os utilizadores da via estão postos em causa, mas relembremos que esta situação não é singular. O Governo Regional por inúmeras vezes já foi chamado à

atenção por falta de investimento nas redes viárias de diversas ilhas com maior gravidade no Faial, na Terceira e nas Flores. O plano estratégico do Governo deve ser executado de forma a criar uma intervenção imediata, tendo em conta que está em causa o bem-estar das populações que usufruem destas vias.

O PCP considera que não é admissível que se deixe degradar o património público, nem que, por inércia se anulem os investimentos que têm vindo a ser feitos ao longo dos anos. É assim necessário definir prioridades de intervenção e calendarizar a execução orçamental para a recuperação da rede viária com rapidez.

Igualmente se impõe uma clarificação em relação ao desenvolvimento da rede viária de toda a Região com maior gravidade na Ilha do Faial, da Terceira, das Flores e de S. Miguel, nomeadamente no que diz respeito às ligações principais dos concelhos às várias freguesias, vias estruturantes há muito prometidas, da qual dependem aqueles que promovem o desenvolvimento urbano, decisivos para o futuro da nossa Região.

O investimento referido neste projeto é uma obra que vem ao encontro daquilo que os açorianos anseiam, mas muitas outras ainda estão para ser concretizadas. Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Julgo que quanto à substância já praticamente tudo aqui foi dito pelos deputados que falaram e que me antecederam no uso da palavra neste diploma.

É óbvio que pelo conteúdo da proposta, que é uma proposta muito específica aqui apresentada pelo CDS, e pela importância do local em termos turísticos, em termos ecológicos, em termos agrícolas, o PSD também vai votar a favor, isso ficou claro em Comissão.

É óbvio que a manutenção da rede viária dos Açores precisa de cuidados no que diz respeito aos caminhos agrícolas e florestais, neste caso num caminho florestal cuja pavimentação não é refeita, que me lembre, se calhar há mais de 30 anos, exige cuidados cada vez mais especiais.

Mas nós assistimos aqui, é inevitável, já o Deputado Paulo Mendes abordou o tema, um bocadinho ao insólito de roda da apresentação desta proposta.

Deputado João Vasco Costa (PS): Qual? Do telefonema para a televisão?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que foi ao contrário!

O Orador: Primeiro, porque o CDS, e bem, conseguiu, aliás, na senda um pouco daquilo que o Bloco de Esquerda já fazia com os pagamentos em atraso às IPSSs, resolver um problema por Projeto de Resolução. E, portanto, como o Bloco de Esquerda, e bem!, quando detetava um problema de atraso de um pagamento às IPSSs, ou uma qualquer IPSS, apresentava um Projeto de Resolução e o pagamento era procedido, neste caso o CDS também descobriu uma maneira mais célere de mandar remendar uma canada.

E, portanto, nós agora quando quisermos mandar remendar uma canada, fazemos um Projeto de Resolução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já aprendeu!

O Orador: Estamos a aprender. Para mandar remendar uma canada há que fazer um Projeto de Resolução muito incisivo e recomendar uma visita dos deputados ao local.

Se os deputados forem rápido, poderão lá chegar a tempo de ver os funcionários do Governo rapidamente a remendar a canada.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas é para remendar ou para fazer?

O Orador: Se se atrasarem um bocadinho, pode ser que lá cheguem com o serviço já feito e deem de caras com a obra concluída. Parece surreal mas foi exatamente o que aconteceu com este Projeto de Resolução do CDS.

Assistimos às justificações da coincidência, que foi por coincidência que foi naquele dia que se foram atirar umas pazinhas de asfalto e se passou um cilindro por cima dos buracos do acesso à Lagoa do Negro e à Gruta do Natal.

Deputado João Vasco Costa (PS): Por coincidência a televisão apareceu lá!

O Orador: Parece coincidência. Foi por coincidência certamente que aquela pavimentação é feita na época do ano em que há mais chuvas, em que o asfalto mais se degrada, em que são as piores condições para se asfaltar o que quer que seja, mas foi feito ali.

E parece coincidência que na política se acreditem em coincidências, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mas nós não acreditamos em coincidências e julgo que se deve e que se pode lamentar àquilo que em governação se pode chamar uma chico-esperteza, e foi o que aconteceu ali.

E até acredito que isso já foi justificado por parte do Sr. Secretário Regional pessoalmente e em Comissão de que não teve nada a ver, nem sequer tinha conhecimento, com o facto de se ter asfaltado, ou se ter ido lá remendar, porque não foi uma asfaltagem, foi um remendo, aquele caminho naquele dia.

Deputado Manuel Pereira (PS): O senhor nem sequer leu o relatório!

O Orador: E relembro que foi logo o dia em que os deputados da Comissão foram visitar aquele acesso.

Mas o que é facto é que a chico-esperteza pode não ter sido por um Francisco nem por um João, mas pode ter sido por outra pessoa qualquer.

Deputado Manuel Pereira (PS): Podia ser um Luís!

O Orador: E o que é facto é que há mais intervenientes, havia mais gente que sabia que os deputados iam visitar ...

Até podia ser um Luís!

... aquele lugar naquele dia, e Sr. Secretário, Srs. Deputados, no mínimo coincidências destas ... é que se tivesse havido um atraso de 15 minutos na chegada dos deputados (que não houve) estava tudo prontinho ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Não estava nada!

O Orador: ... e de facto havia aqui um esvaziamento estranho de uma proposta política de um partido desta Casa que visava resolver um problema não com pás de asfalto nem com remendos no local, mas com uma asfaltagem e com um acesso digno a uma zona que é importante em termos turísticos, ecológicos e agrícolas.

Saúdo o CDS pela oportunidade, pelo facto de ter havido qualquer coisa, uma intervenção ali, não era aquela que se queria. Ficámos sem perceber qual é que é a posição do Partido Socialista, se vai votar a favor, se vai votar contra, porque o mesmo argumento serve para tudo. Umás vezes vota-se contra porque se vai fazer e até se vai fazer melhor, e outras vezes vota-se a favor porque já se tinha pensado em fazer e até se vai fazer já a seguir.

Portanto, não foi clara a intervenção do Partido Socialista. Nós, PSD, vamos votar a favor. Lamentamos que tenha havido este conjunto de infelizes coincidências que não dignificam o trabalho parlamentar, nem sequer a forma de governar na Região.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Permitam-me que faça uma curta intervenção, já quase tudo foi dito ...

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): E bem dito!

O Orador: ... sobre esta matéria, mas eu gostaria de focar naquilo que é essencial, e, de facto, o que é essencial é a determinação do Governo Regional dos Açores no sentido de dar cada vez mais, e melhores, condições de trabalho aos nossos agricultores.

É verdade que hoje muitas das nossas vias, e felizmente que assim acontece, não são só utilizadas pelos agricultores, há muitos turistas a visitar a Região e a utilizar muitas dessas vias, daí que a pressão hoje seja muito maior do que acontecia num passado recente.

Aquilo que tem sido a resposta do Governo, que tem sido traduzida em termos práticos nas dotações do Plano, quer em 2019, quer em 2018, foi num reforço das dotações para a melhoria das infraestruturas, seja em caminhos, seja no abastecimento de água e seja em energia.

Na verdade, se olharmos para a dotação do Plano para essa área em 2017 e se compararmos com a dotação que hoje temos para 2019, verificou-se que houve um crescimento de quase 100% entre 2017 e 2018, e entre 2018 e 2019 mais 11%.

No fundo, esses números mostram a determinação e o empenho do Governo em dar melhores condições de trabalho aos agricultores, sabendo que as acessibilidades são essenciais para a melhoria do rendimento e para a melhoria das condições de trabalho, e também para as condições de segurança de quem utiliza as vias.

No caso concreto que temos aqui em debate, esta iniciativa já estava prevista na nossa anteproposta de plano, quando a preparámos no mês de agosto do ano passado, e naturalmente é um daqueles investimentos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que está escrito isso?

O Orador: Oh Sr. Deputado, nós começamos a trabalhar muito cedo quando preparamos a anteproposta de plano. Portanto, a anteproposta de plano foi preparada em agosto de 2018.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não consigo ler!

O Orador: Esta ação estava prevista, e tanto que estava prevista que foi concretizada em termos do plano de investimentos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava previsto nas estradas todas!

O Orador: E, na verdade, é um investimento que se justifica porque estava previsto no nosso plano de ação e vai ser concretizado. Neste momento estamos a concluir o projeto e será lançado a concurso no final deste mês e prevemos que se iniciem os trabalhos no próximo mês de junho e será totalmente concluída este ano.

Sem querer perder muito tempo, Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu já tive oportunidade de explicar na Comissão, não me quero repetir nem vale a pena estar a perder muito tempo com isso, porque na verdade o que importa aqui e o que quero destacar é que esta obra vai ser concretizada, à semelhança de tantas outras que estamos a realizar na Região num plano de investimentos global de 11 milhões de euros, e esse pormenor que referiu, quer o Sr. Deputado acredite quer não, foi coincidência. Isso é que importa.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Concordamos que discordamos!

Deputado José San-Bento (PS): Que gargalhada mais forçada!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O que se pretende com a apresentação deste Projeto de Resolução é algo muito concreto e muito objetivo: repavimentar o acesso a um dos principais cartazes turísticos da Ilha Terceira.

E a verdade é que em todas as audições que nós tivemos oportunidade de realizar em sede de Comissão ficou claro que há necessidade de uma intervenção urgente naquele troço, e também ficou claro que as remendagens já não produzem um efeito satisfatório para resolver este problema.

A degradação do pavimento é por demais evidente, motiva queixas por parte das populações, dos turistas, dos operadores turísticos, aliás, como foi reconhecido pelo Presidente da Câmara Municipal de Angra e pelo Presidente da Associação “Os Montanheiros”. É certo que para que se faça uma verdadeira aposta no turismo, é necessário garantir aos nossos turistas o acesso à nossa oferta turística com qualidade, com segurança, e é exatamente isso que nós pretendemos neste caso, e neste caso num dos principais cartazes turísticos da Ilha Terceira.

Nós registamos com agrado a posição da maioria dos partidos representados nesta Casa, achamos que sendo aprovado este Projeto de Resolução trará, de facto, uma solução definitiva porque de facto não podíamos continuar a remendar aquilo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... e é certo que existem muitas outras estradas no interior das ilhas, nomeadamente no interior da Ilha Terceira, que necessitam de uma intervenção, mas a verdade é que esta, devido à sua crescente procura em termos turísticos, merece urgência e merece uma atenção especial.

Assim sendo, nós esperamos de facto que ela possa ser aprovada e esperamos que se possa dignificar, valorizar e potenciar toda aquela oferta turística, que, de

facto, conflui naquela zona e que por isso mesmo tem resultados de visitação como aqueles que são verificados na Gruta do Natal.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O essencial no âmbito desta proposta está garantido, que é que essa repavimenta o vai ser efetuada e nesse sentido o CDS-PP já conseguiu atingir o seu objetivo político.

Em rela o às manobras de antecipa o e às coincidências, bem, eu penso que isso até   algo positivo, sinceramente. Acho que é positivo porque a iniciativa do CDS deu origem a essa movimentac o por parte do Governo e   isso que se pretende atingir.

Eu tenho uma vasta experiência nesse sentido também. Já apresentei aqui muitas propostas que quando aqui são discutidas entretanto já foram concretizadas ...

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: ... porque o PS já se tinha lembrado delas.

Aliás, eu até fiz referência à Lei Mental que continua em vigor na Região Autónoma dos Açores. Não está escrito em lado nenhum, mas já se tinham lembrado. E, portanto, nesse sentido o Governo do Partido Socialista já se tinha antecipado, até do ponto de vista conceptual.

É claro que depois   difícil provar que isso de facto aconteceu, mas eu lembro-me sempre, no âmbito da minha atividade parlamentar, do seguinte: a eficácia. E a eficácia, Srs. Deputados, está garantida. Ou seja, os senhores propuseram e

esta obra vai ser feita, e nesse sentido eu penso que atingiram 100% do vosso objetivo político e dou-vos os parabéns por isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira, tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso, das minhas palavras certamente já percebeu que também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora foi mais claro!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não se tinha percebido bem!

O Orador: Eu fui claro, disse que o Projeto era pertinente, tinha vantagens, claro que estava a dizer isso mesmo.

Agora, deixar muito claro: aquela estrada já tinha sido visitada, o Governo tinha conhecimento e estava a trabalhar para fazer esta intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Toda a gente tinha conhecimento!

O Orador: Portanto, o Projeto em si não é nada demais mas tem que ficar aqui muito claro que esta obra será feita porque o Governo já tinha sinalizado para que isso fosse realizado, e o que está previsto no Projeto de Resolução é a repavimentação de 700 metros e aquilo que o Governo vai fazer é um pavimento novo de 3500 metros. Ou seja, três quilómetros e meio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai até à serra da Ribeirinha!?

O Orador: Não, não! Vai dar a duas reservas florestais muito importantes. Refiro-me aos Viveiros da Falca e à Lagoa das Patas, que também está associado ao turismo!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Essa é que a realidade dos factos. É muito mais abrangente do que o que é proposto no Projeto de Resolução do CDS-PP. Essa é uma realidade e tem que ficar aqui claro.

Relativamente ao PSD. A preocupação do PSD não é a obra em si. É não ter sido o proponente da proposta, essa é que é a realidade dos factos! Porque não discute a proposta e está-se a cingir a uma coisa que é insignificante, como já comprovado, que todos perceberam o que é que aconteceu, nomeadamente o proponente da

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Todos, todos!

O Orador: Todos perceberam sim senhor!

Deputado António Almeida (PSD): Foi, foi!

O Orador: Todos perceberam o que aconteceu, o Sr. Secretário explicou muito bem em Comissão, inclusivamente o Deputado Alonso, proponente da proposta, reconheceu o que foi explicado. É natural.

Eu já fui Presidente de Junta e tem aqui alguns presidentes de juntas que conhecem bem a situação. As estradas municipais, regionais, florestais, então não há intervenções, não há renovações do piso?

Deputada Mónica Rocha (PS): Há, sim senhor!

O Orador: Eu acho que sim! Se calhar é caso para perguntar ao Sr. Presidente da Comissão se por acaso solicitou ou informou o Governo daquela visita dos Srs. Deputados àquele sítio. Se solicitou e informou o Governo daquela situação e o Governo não fez conta disso, tudo bem. Mas resta saber se realmente o Sr. Presidente da Comissão fez essa solicitação e informou o Governo do que ia ali suceder.

É como eu digo. O PSD está mais preocupado com isso do que com o Projeto de Resolução em si, porque eu penso que a preocupação maior é não ter sido o PSD a apresentar o Projeto de Resolução mas ter sido sim o CDS-PP.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

De facto, são poucas as vezes que eu nesta Casa concordo com o Deputado António Toste Parreira ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Também não é comum intervir!

O Orador: ... e eu vou concordar para dizer exatamente aquilo que disse há pouco: toda a gente percebeu o que é que aconteceu.

Deputado António Parreira (PS): Menos o senhor!

O Orador: Não, por acaso o senhor é que não estava na Comissão e não percebeu, porque quem estava na Comissão percebeu, e o incómodo dos seus colegas do Partido Socialista foi tão grande que na altura de prestar declarações à comunicação social, ela própria também muito incomodada com aquilo que aconteceu, porque percebeu o que é que aconteceu, andaram às aranhas para ver quem é que falava.

(Apartes dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: E, portanto, de facto toda a gente percebeu o que é que aconteceu. E da parte do PSD e de mim próprio, foi muito claro o reconhecimento da oportunidade da proposta e da sua autoria. Portanto, se calhar mais uma vez o Sr. Deputado não percebeu o que é que eu disse, ...

Deputado António Parreira (PS): Não, o senhor é que não percebeu!

O Orador: ... podia estar desatento, e para o corrigir gostaria de lhe lembrar que a coordenação da atividade parlamentar e a coordenação dos assuntos parlamentares é feita pelo Sr. Secretário Regional Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): A culpa agora é minha!

Deputado António Parreira (*PS*): Quem é que enviou para a comunicação social?

O Orador: ... que sabia perfeitamente quais é que eram as comissões que iam aonde e que deputados iam visitar o quê. É assim que institucionalmente as coisas funcionam.

Portanto, o Governo sabia quem é que ia e quando é que ia, Sr. Deputado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não, não sabia!

O Orador: Portanto, quanto a quem sabia o quê, se calhar acabámos agora de ficar esclarecidos.

Muito obrigado.

Deputado António Parreira (*PS*): Eu estou mais do que esclarecido há muito tempo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Foi convocada comunicação social para lá!

Deputado António Parreira (*PS*): Quem foi que convocou?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Querem ver que a culpa agora é minha!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Vamos votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Deputado António Parreira (PS): Quem é que terá ligado à comunicação social? Isso é que era importante saber!

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, este ponto está concluído!

Vamos avançar com os nossos trabalhos, nomeadamente com o ponto cinco: Apresentação e discussão do Relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão Permanente de Assuntos Sociais para efeitos de análise e avaliação das respostas públicas regionais na área da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens com mais de 12 anos.

Conforme foi definido pela conferência de líderes, após a apresentação do relatório pela relatora deste Grupo de Trabalho, cada grupo e representação parlamentar, assim como o Governo, dispõe de cinco minutos para intervir uma única vez.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo de Trabalho para análise e avaliação das respostas públicas na área da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens com mais de 12 anos, foi constituído pela resolução da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.º 20/2017/A de 16 de novembro de 2017, que resultou da aprovação por unanimidade do Projeto de Resolução n.º 47 apresentado pelo Partido Socialista.

Constituíram o grupo de trabalho os deputados socialistas: Maria Isabel Quinto, Susana Goulart Costa, Sónia Nicolau e João Paulo Ávila; e deputados do PSD: Mónica Seidi, Maria João Carreiro; e o deputado do Partido Popular Monárquico: Paulo Estêvão.

A 24 de outubro de 2017, em sede de reunião da Comissão de Assuntos Sociais, foi votada para coordenadora do grupo a Deputada Isabel Quinto e para relatora a Deputada Susana Goulart Costa.

A partir de 01 de setembro de 2018 a Deputada Maria João Carreiro solicitou a suspensão do mandato, tendo sido substituída pelo Deputado Jorge Jorge.

A 08 de outubro de 2018, por proposta do PS e para substituir as funções da Deputada Susana Costa, que suspendeu o mandato, foi votada para a função de relatora a Deputada Sónia Nicolau.

O Grupo Parlamentar do CDS não integrou este grupo de trabalho.

A criação do grupo de trabalho mostrou-se urgente numa sociedade onde proliferam notícias de casos onde os direitos e a proteção de crianças com mais de 12 anos poderá não estar assegurada. É desta premissa que se afigura a urgência em analisar e avaliar as respostas públicas disponíveis, percebendo o que precisa de ser ajustado, conforme consta da introdução do relatório.

Durante 12 meses, de novembro de 2017 a novembro de 2018, o grupo de trabalho analisou e avaliou as respostas públicas ao nível da promoção e proteção de crianças e jovens com mais de 12 anos, tendo em conta um período de análise de 10 anos (de 2007 a 2017).

O método de análise do grupo concentrou-se em três eixos orientadores, que sintetizam as grandes áreas de desenvolvimento, e que foram aprovados por unanimidade.

Eixo 01: Respostas públicas para a promoção de estilos de vida saudáveis;

Eixo 02: Respostas públicas para o percurso formativo;

Eixo 03: Respostas públicas para a ocupação em tempos livres.

O grupo de trabalho reuniu sete vezes para trabalho interno, realizou 10 audições presenciais, visitou 32 instituições nas nove ilhas, procurando-se respostas nas audições e visitas a instituições e na análise às políticas públicas implementadas com vista à contínua e incessante abordagem para contribuir

com respostas que acresçam às medidas positivas em execução, para mitigar as situações que atingem os adolescentes da Região em contextos diferentes, nas nove ilhas, focando nos três eixos definidos de forma unânime.

Foram ainda recebidos 15 pareceres das autarquias e informação do Governo Regional, solicitada pelos deputados, nas áreas da saúde, educação, juventude e solidariedade social.

Realizaram-se audições presenciais a responsáveis de entidades públicas, representantes de IPSSs e secretários regionais.

Visitaram-se entidades em áreas diversas de associativismo juvenil, cultural, na área da educação, da saúde e da solidariedade social.

Foram produzidas conclusões resultantes das visitas e audições. As conclusões de âmbito genérico foram 12:

1. Há uma consciencialização crescente de que o desenvolvimento saudável dos jovens é responsabilidade de toda a comunidade;
2. No território regional há respostas públicas para a faixa etária em análise que são transversais aos vários departamentos governativos, mas que necessitam de ser melhoradas;
3. Há um entendimento positivo e generalizado a respeito da existência de respostas públicas governamentais em parceria com as instituições, embora também exista a perceção que as mesmas podem ser significativamente melhoradas;
4. Sem prejuízo de as entidades de primeira linha estarem mais despertas, por via da intensificação da formação dos seus agentes, verifica-se a necessidade do reforço dessa formação em matéria de Promoção e Proteção dos Direitos dos Jovens;
5. Verificam-se algumas lacunas em matéria de supervisão parental;

6. Há uma intervenção, que pode ser melhorada e ampliada, na sensibilização e informação junto dos jovens em matéria de Saúde, Educação e Promoção e Proteção dos direitos das Crianças e Jovens;
7. Foi constatado no terreno que nas ilhas de menor dimensão o trabalho em rede entre instituições é mais profícuo;
8. Na análise ao número de jovens sinalizados, entre 2007 e 2017, constata-se um aumento que resulta, em parte, de uma maior e melhor intervenção das entidades de Promoção e Proteção dos Direitos dos Jovens. Paralelamente, assiste-se a uma redução do número de jovens institucionalizados;
9. Os comportamentos desviantes tendem a ser mais mediatizados, mas de acordo com os técnicos da área, isso não significa uma diminuição ou aumento dos casos problemáticos que existem na nossa Região;
10. Nos Açores não se verificam casos de delinquência grupal;
11. Foram rececionados pareceres de quinze autarquias e que são parte integrante deste relatório;
12. Constatou-se que o Centro Tutelar Educativo é uma necessidade na Região Autónoma dos Açores.

Destas 12 conclusões, o Partido Socialista votou a favor das 12, o PSD votou a favor de 10 e o PPM votou a favor de 11.

De âmbito específico, do eixo 01 (eixo de respostas públicas para a promoção de estilos de vida saudável) resultaram 21 conclusões:

1. Constata-se em todas as unidades de saúde de ilha a existência de Equipas de Comportamentos Aditivos e Dependências, que têm como objetivo por em prática planos de ação, quer para a resolução dos problemas ligados ao álcool, quer para o combate ao tabagismo;
2. Por via de alteração legislativa, consubstanciada no DLR nº 10/2018/A de 28 de agosto – Regime Jurídico de Venda e Consumo de Bebidas Alcoólicas na

Região Autónoma dos Açores, procedeu-se ao aumento da idade legal do consumo de álcool dos 16 para os 18 anos;

3. A realização anual do Fórum Regional do Álcool e Saúde permite integrar e envolver entidades públicas e privadas na sensibilização e informação da população;

4. Constata-se que não existem comunidades terapêuticas nos Açores para menores de 18 anos, o que implica que os jovens tenham que se deslocar para o território continental;

5. Constata-se a necessidade de um Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores para a faixa etária dos 14 aos 24 anos, estando a decorrer concurso público para o efeito;

6. Existem Comissões para a Dissuasão da Toxicod dependência que abrangem todas as ilhas, estando sediadas nas ilhas São Miguel, Terceira e Faial;

7. Foi referido, de forma generalizada, pelas instituições e personalidades envolvidas, a existência de ações de sensibilização e informação na área da prevenção do consumo de substâncias lícitas e ilícitas, embora os altos níveis de consumo registado na Região indiquem que as mesmas têm de ser significativamente ampliadas e melhoradas, uma vez que os resultados poderão ser vistos a médio e longo prazo;

8. Constata-se o aparecimento de novas drogas sintéticas consumidas por esta faixa etária, adquiridas por via eletrónica e rececionadas por via marítima ou aérea;

9. É referido de forma exaustiva pelos responsáveis das instituições, o surgimento de uma nova forma de dependência por parte dos jovens, a Dependência Digital;

10. É possível aferir que, no período em análise, o fenómeno da violência no namoro preocupa, de forma generalizada, as entidades e a sociedade civil;

11. Nos espaços escolares e de saúde ainda estão disponíveis produtos açucarados, contrariando comportamentos e hábitos de alimentação saudável;
12. Nos dados analisados em três anos letivos (2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017), verificaram-se variações mínimas nos casos registados de vítimas de *bullying* em recintos escolares;
13. Regista-se um aumento de jovens vítimas de *bullying* por via eletrónica;
14. Verifica-se que, entre 2013 e 2017, aumentou o número de jovens com excesso de peso a aceder ao Sistema Regional de Saúde;
15. Ficou patente, quer nas audições, quer nas visitas, que os programas de Saúde Escolar são uma realidade em todas as escolas e que passaram a abranger progressivamente os CDIJ e Escolas Profissionais, embora se tenha constatado que há margem de melhoria dos mesmos;
16. Constata-se uma crescente presença dos jovens para a realização do exame global de saúde, que ocorre aos 12 e 13 anos: Atingiram-se 87% dos jovens em 2016/2017 e 88% em 2017/2018. O exame avalia o peso e altura dos jovens, o seu desenvolvimento psicomotor, a visão, a audição, a dentição, a postura, a linguagem e o estado pubertário dos jovens;
17. Foram detetadas, por parte de responsáveis de instituições, necessidades de mais respostas ao nível de saúde mental dos jovens;
18. Não obstante o aumento do número de consultas de psiquiatria para jovens, regista-se a necessidade de uma melhor resposta;
19. Verifica-se, pela análise aos dados obtidos e audição, que no período de 10 anos a taxa de gravidez precoce reduziu dos 17,4% para 7,9% em 2017;
20. Constata-se que, entre janeiro de 2013 e setembro de 2017, os casos acompanhados no âmbito da Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Abuso Sexual de Crianças, passaram de dois para 16, mas de acordo com a opinião das personalidades ouvidas e das entidades visitadas, esta subida não significa necessariamente que as situações estejam a aumentar, tendo

igualmente que considerar aqueles que são os efeitos positivos da maior sensibilização para a deteção e denúncia destes casos;

21. Foi possível atestar que as campanhas de informação e sensibilização junto da opinião pública e o trabalho de formação realizado nas instituições que trabalham na área da infância são considerados positivos.

Das 21 conclusões, PS, PSD e PPM votaram todas favoravelmente.

Eixo 02 das conclusões (respostas públicas para o percurso formativo), seis conclusões:

1. Constata-se, das entidades e personalidades ouvidas, a necessidade de repensar o Currículo Regional de Educação Básica, considerando a experiência da flexibilidade curricular;
2. Verifica-se a importância de alterar o paradigma de funcionamento e conteúdos da disciplina de Cidadania;
3. Atestou-se nas visitas realizadas às diferentes instituições escolares a existência de dois paradigmas: um a privilegiar a escola pública sem a existência de cursos profissionais no ensino secundário e outro a apoiar a existência desses cursos na escola pública;
4. É notória a existência de diversas respostas escolares centradas no aluno, com projetos regionais e/ou de escola e que vão ao encontro do Projeto Educativo da Escola, embora exista espaço de melhoria neste âmbito;
5. Constata-se que a disponibilização da Tele-Aula é uma boa resposta, mas que não está articulada entre as entidades de forma a responder aos jovens que dela necessitam;
6. É evidente que a existência do PROSUCESSO é valorizada pelas comunidades educativas como um instrumento de melhoria no percurso dos alunos e no desempenho dos professores.

Das seis conclusões, o PS e o PSD votaram a favor, o PPM votou a favor de cinco.

No eixo 03 das conclusões (respostas públicas para a ocupação dos tempos livres) temos três conclusões:

1. Constata-se a necessidade de clarificação da forma de intervenção nos espaços CATL, nomeadamente da adequação das atividades de tempos livres, face ao alargamento da faixa etária (dos 3 aos 18 anos);
2. Verifica-se a existência em todas as ilhas de respostas desportivas, cívicas ou culturais embora nem sempre existam respostas territoriais equilibradas;
3. É de generalizado entendimento que a ocupação de tempos livres em práticas desportivas, cívicas ou culturais é uma mais-valia para o jovem, promovendo a sua capacitação pessoal e comportamentos saudáveis.

No âmbito das recomendações de âmbito genérico, foram apresentadas 11 recomendações:

1. Sendo responsabilidade do Governo da República, considera-se relevante a criação de um Centro Tutelar Educativo na Região Autónoma dos Açores;
2. Reforçar o Programa de Educação Parental nas nove ilhas dos Açores e alargá-lo a todas as famílias e instituições de acolhimento;
3. Aumentar as campanhas de informação e de sensibilização para a Promoção e Proteção dos Direitos dos Jovens, devendo as mesmas ser adaptadas aos grupos etários;
4. Promover formação às entidades de 1ª linha uniformizando linguagens e procedimentos;
5. Reforçar a formação dos técnicos das entidades para atuar para a Promoção e Proteção dos Direitos dos Jovens;
6. Melhorar o trabalho em rede entre as entidades públicas e instituições;
7. Através da Secretaria Regional da Solidariedade Social alertar o Instituto de Apoio à Criança para a reestruturação da linha “SOS-Criança” diversificando os meios de acesso a esta, bem como a possível alteração da nomenclatura para linha “SOSCriança e Jovem”;

8. Intensificar a articulação entre o Governo dos Açores e as autarquias em políticas de juventude;
9. Melhorar a articulação entre os vários departamentos governamentais nas respostas públicas;
10. Sendo responsabilidade do Governo da República, considera-se relevante a implementação de uma avaliação regional do programa Escola Segura;
11. Promover a participação das famílias nas diversas atividades organizadas pelas entidades públicas e privadas.

Destas 11 recomendações, o PS, o PSD e o PPM aprovaram a totalidade das mesmas.

De âmbito específico, eixo 01, nas respostas públicas para a promoção de estilos de vida saudável, 10 recomendações:

1. Avaliar formas de atuação no tratamento de dependências entre os 12 e os 14 anos;
2. Proibir a venda, em espaços escolares e de saúde, de produtos prejudiciais à saúde (doces, salgados, chocolates, entre outros);
3. Reforçar a literacia em saúde e da promoção de ações de sensibilização para hábitos de vida saudável, nomeadamente nos estabelecimentos de ensino e em parceria com as CPCJ, associações locais e municípios;
4. Criar mecanismos para garantir que todos os jovens realizam o exame global de saúde;
5. Instituir o exame global de saúde aos 17-18 anos;
6. Reforçar os recursos médicos na Região na especialidade de pedopsiquiatria, bem como de outras áreas profissionais - médicos, enfermeiros especializados, técnicos de serviço social, terapeutas da fala, educadores de ensino especial, psicomotricistas e terapeutas ocupacionais - criando uma Rede de Referenciação de Saúde Mental Infantojuvenil, descentralizada, em funções das necessidades territoriais;

7. Promover campanhas de informação e sensibilização para a prevenção da dependência digital dirigidas aos jovens;
8. Incluir no Programa de Formação Parental, formação específica para a prevenção da dependência digital;
9. Definir e melhorar a atuação da Comissão na dissuasão para a toxicodependência, dotando as comissões de melhores condições de trabalho;
10. Reforçar o acesso aos cuidados de saúde primários por parte dos jovens com a atribuição de médico de família.

Das 10 recomendações, PS e PPM aprovaram-nas, e o PSD aprovou nove.

Eixo 02 (respostas públicas para o percurso formativo), oito recomendações:

1. Reformular o CREB - Currículo Regional da Educação Básica, tendo em consideração a flexibilidade curricular;
2. Alterar o modo de funcionamento e conteúdo da disciplina de Cidadania no ensino básico e garantindo, no entanto, a lecionação e aprendizagem dos conteúdos de História, Geográfica e Cultura dos Açores;
3. Incluir no CREB uma disciplina de Informática no 2.º e 3.º ciclo;
4. Incentivar a criação de clubes escolares como atividade extracurricular;
5. Melhorar a articulação entre as instituições de saúde, as instituições escolares e os órgãos do poder local;
6. Alargar a implementação do projeto de intervenção “Sucesso Educativo - Escola, Família e Comunidade”;
7. Assegurar uma melhor articulação entre entidades e o jovem para a boa execução do programa Tele-Aula;
8. Reavaliar os percurso de sinalização e eventualmente de atuação dos CDIJ – Centros de Desenvolvimento e Integração Juvenil - em função das alternativas formativas oferecidas pelas escolas.

Das oito recomendações, PS e PSD aprovaram-nas, e o PPM aprovou seis recomendações.

Último eixo (eixo 03), respostas para a ocupação de tempos livres, três recomendações:

1. Criar uma plataforma regional de disponibilização de informação de atividades para ocupação de tempos livres;
2. Implementar como fator “majorativo” da candidatura no programa OTL-J, a frequência em atividades desportivas, culturais e cívicas;
3. Os Centros Atividades Tempos Livres (CATL) devem contribuir para a melhoria das competências pessoais e pedagógicas dos jovens de forma complementar, mais articulada com a Escola e alinhada com os seus interesses.

Destas três recomendações, o PS, o PSD e o PPM votaram-nas todas favoravelmente.

Em suma, na totalidade das conclusões, o PS e o PSD votaram favoravelmente as 42 conclusões e o PPM 41 conclusões.

No que respeita às recomendações, o PS votou a favor das 32 recomendações, o PSD e o PPM de 30.

O presente relatório foi apreciado nas reuniões dos dias 25 de fevereiro e 01 de março, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PS e do PSD e o voto contra do PPM. O CDS, tal como foi indicado, não integrou este grupo de trabalho.

Muito obrigada.

(Para aceder ao relatório, siga o link: http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI11735.pdf).

Presidente: Obrigada, Sra. Relatora.

A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

(*) **Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, criou-se em outubro de 2017, através do Projeto de Resolução n.º 47, o grupo de trabalho que analisa e avalia as respostas públicas na área da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens, dirigidos a crianças e jovens com mais de 12 anos de idade.

Sob proposta do Partido Socialista, entendeu-se oportuno, uma vez que foi produzido o relatório na anterior legislatura com a mesma temática mas direcionado às crianças até aos 12 anos, complementar o trabalho desenvolvido, já que o Governo Regional operacionalizou de imediato algumas das recomendações e demonstrou total disponibilidade para o cumprimento das mesmas.

Antes de me dirigir a esta Assembleia como deputada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, devo deixar umas breves palavras como coordenadora deste grupo de trabalho. Assim, quero felicitar todos os meus colegas pelo empenho, seriedade e espírito construtivo que demonstraram ao longo de um processo que contou com o contributo de todos os partidos que integraram o grupo de trabalho, num consenso que, em prol das nossas crianças e jovens, foi generalizado, se bem que não unânime pelo voto contra do PPM, que lamento, uma vez que, esgotado o tempo com várias tentativas de conciliação, das 32 recomendações resultantes, só duas foram votadas contra pelo PPM.

Foram 33 as instituições visitadas em todas as ilhas, tendo sido muito gratificante contactar com os seus responsáveis e perceber que em cada pedacinho dos nossos Açores encontramos realidades diferentes.

Também foram ouvidas 10 entidades que contribuíram para uma melhor compreensão da situação atual das políticas públicas de proteção das crianças e jovens na nossa Região.

Independentemente de opções ideológicas, esta é uma área onde há unanimidade no essencial, ou seja, na salvaguarda do bem-estar das nossas

crianças e jovens, bem como na necessidade de melhorar e acautelar os seus interesses e direitos.

Todavia, queremos realçar que este assunto não diz apenas respeito a entidades públicas, Governo e Parlamento. É sim um assunto que exige uma resposta de toda a sociedade, a começar desde logo pelas famílias.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

De forma a construir uma sociedade cada vez mais atenta ao que às crianças e jovens diz respeito, verificámos ser fundamental aumentar as campanhas de informação e sensibilização de situações de risco, continuar a trabalhar as competências parentais o mais cedo possível, reforçando a educação parental e prosseguir com a formação de profissionais competentes para que a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens estejam salvaguardadas.

O relatório por nós elaborado permitiu concluir que se regista uma evolução positiva e matéria de respostas públicas nesta área com o trabalho efetivo que o Comissariado dos Açores para a infância tem vindo a desenvolver, bem como com várias ações que estão a decorrer no âmbito do 1.º plano bianual de combate à pobreza e à exclusão social nas áreas da saúde, educação, solidariedade social e juventude.

Subsiste, porém, alguns aspetos a melhorar sobre os quais são feitas recomendações ao Governo Regional, recomendações essas que compreendem medidas exequíveis e que irão certamente melhorar a vida dos jovens. São exemplo disso a promoção de campanhas de informação e sensibilização para a dependência digital dirigidas aos jovens, uma questão preocupante que nos apercebemos ao longo deste processo e a inclusão desta temática na formação parental, a instituição do exame global de saúde aos 17/18 anos, a proibição de venda em espaços escolares e de saúde de produtos prejudiciais à saúde, e a criação de uma rede de referenciação de saúde mental infantojuvenil.

Para finalizar, quero referir que ao elaborarmos o relatório final, acreditamos que através das suas 42 conclusões e 32 recomendações, o trabalho desenvolvido contribuirá para que os órgãos do Governo Regional continuem a aprimorar as políticas públicas de proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens da Região Autónoma dos Açores.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: O CDS não integrou este grupo de trabalho por opção e por considerar mais ou menos, não que sejamos melhores que ninguém, no que isto iria terminar.

Mas devo registar o trabalho de todos os colegas que integraram esse grupo e, com todo o respeito, o trabalho que fizeram e desenvolveram, o que não me impede, no entanto, de discordar de algumas conclusões que aqui estão e dizer que tem aqui uma panóplia de recomendações que não fazem bem nem fazem mal, são como o “Melhoral”. Deviam estar escritas de outra maneira e também reconhecem que há erros graves que o Governo não consegue combater.

Começamos, por exemplo, por esta do âmbito genérico, recomendação 10: “que sendo responsabilidade do Governo da República, considera-se que relevante a implementação de uma avaliação regional do programa Escola Segura”.

Oh Sras. e Srs. Deputados, toda a gente sabe porque é que acabou o programa Escola Segura, porque é que ele não existe: porque o Governo da República acabou com a verba para o programa Escola Segura.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: E, portanto, era isso que os senhores deviam ter dito aqui. “Reforçar” era “Implementar” o programa Escola Segura, onde toda a gente

sabe que no lado de fora das escolas se consomem e vendem drogas. Todos nós sabemos!

E, portanto, os senhores tinham era que fazer outro tipo de conclusão aqui. Não era uma generalidade destas.

Mais. “Avaliar formas de atuação no tratamento de dependências entre os 12 e os 14 anos”? Mas então o que é que faz a Comissão Regional de Combate às Toxicodependências? O que é que fazem os técnicos? Não fazem nada? É isso que os senhores dizem!

Portanto, o que os senhores tinham que ter dito aqui é que: “a Direção Regional de Combate às Toxicodependências não está a cumprir com a sua função”. É isso que aqui está dito de outra maneira.

“Proibir a venda em espaços escolares e de saúde produtos prejudiciais à saúde”? E que tal, Sras. e Srs. Deputados, dotar as escolas de nutricionistas ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Já existe, Sr. Deputado!

O Orador: ... para que possam ensinar as nossas crianças a comer, para que possam fazer workshops de alimentação nas escolas, que as ensinem a comer?

Proibir algum dia resultou nalguma coisa, nalguma política que se conheça? Acha que proibir resolve o assunto? Isto é uma enormidade em termos de pedagogia e em termos de ensinar.

E que tal dotar as escolas de nutricionistas necessários? Isto leva a que escondam os doces, que metam os doces no bolso, que metam na algibeira, que saiam da escola para ir comprar doces ao café em frente, etc., etc., etc..

Têm que ensiná-los a comer, nutricionistas nas escolas e alimentação de qualidade, que nem as refeições escolares ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Onde isso já vai!

O Orador: ... são de qualidade e os senhores também aqui não referiram.

“Reforçar a literacia em saúde e promoção”? Há áreas em que se estava a fazer um belíssimo trabalho e que os senhores reduziram a ida às escolas, reduziram a

educação para a saúde, para estarem numa política interventiva absolutamente de ações de prevenção secundária e terciária.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não foi isso que disseram nas visitas!

O Orador: Mais. “Definir”... eu não adjetivo esta porque para adjetivá-la eu ia ser mal-educado e não quero ser.

“Definir e melhorar a atuação da Comissão na dissuasão para a toxicodependência, dotando as comissões de melhores condições de trabalho”. Essa Comissão foi nomeada por quem? Quem é que integra esta Comissão? Isto é um atestado de incompetência à Comissão, no mínimo!

Deputado Francisco Coelho (PS): As coisas podem ser sempre melhoradas!

O Orador: Bom, mas toda a gente concorda com isto.

“Reforçar o acesso aos cuidados de saúde primários por parte dos jovens”. Não é o que está aqui dito. É que os jovens hoje em dia não têm acesso aos cuidados de saúde primários, porque não têm médicos de família porque falta, mas isso vamos discutir na questão da saúde mais à frente.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: Era o que devia estar aqui escrito por aqui abaixo, Sra. Deputada.

Então as crianças não são seguidas na saúde infantil até aos 18 anos? São ou não são? É porque eu já fico confuso.

Então mas se eles saem aos 18 anos já não devem sair com o exame de saúde feito? Mas saem ou não saem? Então já não sei o que é a saúde infantil, foi alargada até aos 18 anos. Portanto, os jovens quando saem da saúde infantil devem sair com o seu exame de saúde completo! É isso que está previsto! Mas não se faz? Oh Sras. e Srs. Deputados, deixaram-me muito confundido.

O que os senhores fazem aqui é passar, em certas matérias, um atestado de inoperância ao Governo Regional, mas de uma forma um bocadinho encapotada.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

E, portanto, realçando e manifestando mais uma vez o respeito pelo vosso trabalho, devo-lhe dizer que as conclusões deviam ser mais afirmativas, deviam ser de outra maneira que se atuasse e não apenas conclusões redondas que resultam numa panóplia que em termos práticos não vai melhorar rigorosamente nada.

O combate às toxicodependências é de uma gravidade tal que os senhores passam aqui como gato por cima de brasas quando é um dos maiores problemas e que começa exatamente nessa idade e que acontecem nas escolas, à porta das escolas, no lado de fora das escolas e até dentro das escolas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em outubro de 2017 foi aprovada por unanimidade uma Resolução da Assembleia Legislativa para a criação de um grupo de trabalho para avaliação das respostas públicas regionais na área da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens dirigidas neste caso a jovens com mais de 12 anos de idade.

Por não ter assento na Comissão de Assuntos Sociais, comissão no âmbito da qual foi criado este grupo de trabalho, o Bloco de Esquerda não participou naturalmente neste trabalho do respetivo grupo nem na elaboração do seu relatório.

Consideramos que este trabalho de análise e avaliação era necessário e o extenso relatório produzido merecedor de uma análise aprofundada, não só no que diz respeito às suas conclusões e recomendações, mas também ao trabalho que está subjacente. Salientamos e valorizamos obviamente o trabalho dos deputados e deputadas que integraram este grupo de trabalho.

No que respeita ao conteúdo propriamente dito do mesmo, salientamos e reforçamos a necessidade apontada para a existência de um centro tutelar educativo nos Açores que impeça que os jovens cumpram uma dupla pena sendo enviados para o Continente português, algo que até aqui sucessivos Governos da República têm recusado.

Na área da saúde reforçamos também a necessidade apontada de melhorar o acesso à saúde, seja através do exame global da saúde, seja através do reforço dos cuidados primários.

A cobertura de toda a Região por médicos de família, promessa sempre adiada dos sucessivos governos do Partido Socialista e uma aposta na prevenção, são o caminho que melhor defende a saúde das nossas crianças e jovens.

São, portanto, na nossa opinião, adequadas uma parte das conclusões e recomendações apontadas, mas salientamos várias e sérias lacunas que existem nas conclusões e recomendações produzidas que esquecem necessidades educativas especiais, a educação especial, as crianças e jovens portadores de deficiência ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... que não deveriam de forma alguma ter ficado de fora deste relatório.

Como ainda hoje debatemos, algumas dessas crianças correm, pela falta de condições garantidas nas escolas, sérios riscos de um momento para o outro ficarem sem o apoio necessário dada a fragilidade das soluções apontadas.

No que diz respeito às recomendações apontadas no relatório, faltam claramente medidas de prevenção das toxicodependências, das várias substâncias que levam à toxicodependência, legais ou ilegais, uma vez que apenas se fala de tratamento e em prevenção das dependências digitais e está aqui claramente em falta recomendações no que diz respeito à prevenção das várias toxicodependências.

Estão ainda ausentes conclusões e recomendações relativas à violência no namoro, um fenómeno que cada vez mais deve preocupar a nossa sociedade e que não pode ficar ausente das políticas públicas para a infância e para a juventude. Não o combater é correr o risco de perpetuar a violência doméstica, e esta tem que ser uma prioridade para a Região.

Nestas áreas, o relatório, como já afirmei, é omissivo, e como é óbvio, as respostas nesta área deveriam ter sido alvo de uma abordagem mais alargada com produção também de recomendações.

Em suma, apesar das lacunas que indicamos, espera o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que este relatório possa contribuir para melhorar as políticas públicas para as crianças e jovens com mais de 12 anos. O conteúdo do relatório e o conteúdo que está subjacente às suas recomendações e conclusões, esperamos que sirva de instrumento de análise e de trabalho para os deputados e deputadas desta Casa, para a fiscalização política do Governo e para a elaboração de propostas e de iniciativas legislativas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não ia começar por aqui, mas vou começar por referir-me à intervenção do Deputado Artur Lima e António Lima que penso, especialmente da parte do Deputado Artur Lima, que não percebeu qual o objeto deste relatório.

O objeto deste relatório não era fazer a vez das diversas instituições que trabalham no terreno, e estes sim têm que apontar efetivamente de forma mais particular determinadas medidas a seguir. Era apenas, e daí as conclusões a que nós chegámos, levantar o que existia no terreno e depois fazer recomendações

de acordo com aquelas que eram as nossas convicções de cada um dos grupos intervenientes e daquilo que também fomos ouvindo nas várias instituições.

Deputado Artur Lima, obviamente que o CDS não quis participar neste grupo de trabalho. Determinadas afirmações, ou pelo menos a forma como elas foram feitas, é um bocado deselegante para os deputados que andaram aqui a participar neste grupo de trabalho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não lhe posso dar resposta! Deselegante é a sua intervenção!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, obviamente que o senhor tem o direito, e por isso o fez, de o fazer, mas também estou a emitir a opinião como participante neste grupo de trabalho.

Sr. Deputado Artur Lima, a Escola Segura não acabou, está reduzida a mínimos, mas não acabou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não está a falar do relatório, mas da minha intervenção!

O Orador: O PSD integrou este importante grupo de trabalho que se propôs a avaliar as respostas públicas regionais ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Amanhã dou-lhe a resposta!

O Orador: ... para as crianças entre os 12 e os 18 anos de forma construtiva como sempre faz na sua atividade política do dia-a-dia.

Percorremos todas as ilhas dos Açores, contactámos com muitas instituições que nos permitiram ter um retrato mais pormenorizado do trabalho que é feito na Região neste âmbito.

Hoje podemos afirmar que os Açores dispõe de várias políticas públicas que direta ou indiretamente promovem estilos de vida saudável e atuam sobre os jovens em risco. No entanto, também ficámos com a convicção de que existem outras a ser implementadas, quer na prevenção, quer nas respostas, que são necessárias perante os problemas dos jovens que constatámos na nossa

sociedade e que muitas das existentes têm que ser melhor executadas e articuladas.

Ou seja, nem tudo está feito nem tudo o que está feito está bem feito, e para tentar melhorar a situação, o grupo deixou 32 recomendações ao Governo Regional.

Há um entendimento generalizado a respeito da existência de respostas públicas governamentais em parceria com as instituições, embora também exista a perceção de que as mesmas podem ser significativamente melhoradas nalgumas áreas.

No território regional há respostas públicas para a faixa etária em análise que são transversais aos vários departamentos governativos mas que necessitam de ser melhoradas ao nível da estrutura do Governo, particularmente os mecanismos de planificação, articulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de proteção das crianças na Região Autónoma dos Açores.

Aqui chamo a atenção para aquela que foi uma recomendação que foi feita e algo que ouvimos frequentemente no terreno, e que já aqui foi referido pelo Deputado António Lima, que tem a ver com a falta do centro tutelar educativo da mesma forma com a necessidade de melhorar a atuação das várias comissões para a dissuasão para a toxicodependência, portanto, propostas que deixámos e que foram aceites.

Nem todas as nossas recomendações foram aceites, é verdade, mas julgamos que o nosso contributo com aquelas que foram integradas no relatório final permitiu melhorar o documento final, sendo assim possível votar favoravelmente um documento de importância para esta faixa etária e para a sociedade açoriana.

Daquelas que não foram aceites, queremos deixar registada aquela que recomendava a criação de equipas multidisciplinares nas escolas, em articulação com as equipas de saúde escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ver como eu tinha razão?

O Orador: A constituição destas equipas deveria passar pelo reforço técnico dos serviços de orientação e psicologia e pela existência de educadores sociais para acompanhar em permanência os alunos, designadamente aqueles que revelam maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, comportamentos de risco, pautando as suas intervenções no âmbito da capacitação do aluno e da capacitação mais alargada ao nível da educação parental.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Afinal eu tinha razão!

O Orador: Consideramos que a promoção da adoção de estilos de vida saudáveis tem maior impacto nas faixas etárias mais jovens, uma vez que é nesta fase de vida que se adotam hábitos e comportamentos que vão determinar o estado de saúde na idade adulta. Como tal, a escola assume-se como um espaço privilegiado de intervenção no âmbito da promoção e educação para os estilos de vida saudável, e é necessário um reforço da capacidade de atuação das escolas, quer na prevenção e proteção, quer nas respostas.

A escola é o local por onde passam todas as crianças e têm de ser capacitadas, segundo a nossa opinião, com equipas multidisciplinares que permitam trabalhar de forma adequadas os vários contextos sociais que cada escola encerra.

Sra. Presidente, termino apelando ao Governo Regional que olhe para este relatório com abertura, que o analise, que o estude e que implemente as recomendações nele contidas ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... pois são fruto da opinião das várias instituições que operam no terreno na Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado Jorge, concordo com as declarações do PSD, não concordo é com este relatório!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM integrou este grupo de trabalho, eu lembro-me que na legislatura anterior eu próprio propus a criação de um grupo de trabalho para analisar e avaliar também as respostas públicas, no âmbito da proteção dos direitos das crianças, com crianças até aos 12 anos, portanto, o grupo de trabalho anterior.

Eu considero que este tipo de iniciativa é muito importante até porque eu lembro-me que algumas instituições valorizaram muito o facto de os deputados pela primeira vez nos últimos 10 anos terem visitado este conjunto de instituições, e ter a oportunidade deste feedback entre o Parlamento e diversas instituições a este nível é muito importante.

Eu não consegui estar em muitas dessas visitas porque, como se sabe, a representação parlamentar do PPM é constituída por uma única pessoa, não consigo estar presente em todos os locais, ...

Deputado José San-Bento (PS): Mais olhos do que barriga!

O Orador: ... e, portanto não me foi possível acompanhar a maior parte das visitas institucionais que o grupo realizou a diversas instituições.

Devo dizer, no entanto, que algumas das críticas que aqui foram feitas, quer pelo Bloco de Esquerda, quer pelo CDS, são críticas que eu considero críticas construtivas e que são críticas no sentido de que algumas delas, a maior parte, penso que têm razão de ser. De qualquer das formas, eu nesta intervenção tenho que justificar porque é que votei contra.

Nós, como bem sabem os membros do grupo, reunimos várias vezes, tivemos reuniões de horas para tentar chegar a um consenso, não foi possível. Eu também reconheço que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez esse esforço, eu também fiz, mas não foi possível consensualizar totalmente as posições. Algumas dessas recomendações e conclusões já resultaram ... eu não concordo inteiramente mas no sentido de tentar chegar a um consenso, fui cedendo em várias matérias em que eu não concordo precisamente com essa recomendação ou com essa conclusão.

De qualquer das formas, numa negociação têm que existir cedências de parte a parte.

Agora, há aqui matérias que não posso de forma nenhuma avaliar. Uma delas, por exemplo, é a valorização que aqui se faz do PROSUCESSO.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Foi o que as instituições disseram!

O Orador: Eu acho que o PROSUCESSO é um desastre, não funciona.

Eu não poderia votar um relatório a favor que valoriza o PROSUCESSO da forma como faz este relatório.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso é a sua opinião!

O Orador: Em política para sermos respeitados, temos que ter opiniões firmes e fundamentadas. Eu não posso de forma nenhuma assinar por baixo em relação ao PROSUCESSO dizendo que o PROSUCESSO está a ser um sucesso quando eu tenho consciência que não está a resultar e que a maior parte das escolas, dos professores, dos alunos, dos encarregados de educação estão contra as medidas que estão a ser implementadas pelo PROSUCESSO. Essa é uma diferença fundamental.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não foi isso que nos foi dito!

O Orador: É claro que estou a favor de muitas das outras conclusões e recomendações, mas esta é essencial, e o que eu vos disse ao longo da negociação que foi efetuada é que não poderia votar favoravelmente um

relatório que valorizasse o PROSUCESSO. Os senhores insistiram em colocar esta recomendação e isso inviabilizou completamente a minha votação favorável. Eu não posso porque não me sentiria bem votar favoravelmente uma iniciativa que faz esta valorização do PROSUCESSO.

Também não me sentiria bem, e cheguei a utilizar a expressão do “cheque em branco” em relação à flexibilidade curricular. Eu estou a favor da flexibilidade, mas considero que é importante fazer menção também à manutenção de um núcleo de aprendizagens comuns bastante alargada no âmbito do currículo dos Açores, porque eu considero que a flexibilização e a autonomia das escolas é algo que deve ser valorizado mas é muito importante que todos os alunos possam aprender, que tenham um núcleo alargado de aprendizagens que sejam idênticas em todas as escolas dos Açores! Porque essa diferenciação através da flexibilidade que os senhores não quiseram estabelecer qualquer tipo de limite a este nível, eu contentava-me por exemplo se tivessem colocado uma expressão preservando o núcleo central de aprendizagens comuns a todos os alunos dos Açores!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mas votou a favor!

O Orador: Eu acho que isto é fundamental! Eu não concordo da forma como aqui ficou no relatório, e uma diferença fundamental também é não existir qualquer tipo de limite à flexibilidade. Eu considero que é fundamental que 80 ou 90% do currículo seja exatamente idêntico.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Os alunos dos Açores, pobres ou ricos, que vivam no Corvo ou em São Miguel, aprendam a mesma coisa, tenham as mesmas possibilidades de aprendizagem em Português, em Matemática, em História. Eu considero que isso é fundamental! E da forma como aqui está, como aqui ficou no relatório, isso, do ponto de vista da flexibilidade, está aqui sem qualquer tipo de limite. Da forma como está escrito, não estabeleceu qualquer tipo de limite.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado Francisco César (PS): O senhor votou a favor!

O Orador: E, portanto, eu também não posso concordar, como também não posso concordar com outros aspetos concretos, mas estes dois que eu aqui referenciei são duas questões que eu considero que são de grande relevância.

Deputado Francisco César (PS): Oh Sr. Deputado, votou a favor disso!

O Orador: Vou apenas dar mais um exemplo, Sra. Presidente, já me chamou à atenção. Há aqui uma questão que eu considero fundamental que é também, por exemplo, em relação à inclusão da informática. Nós podemos discutir esta questão da informática, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): O senhor é contra!

O Orador: ... agora, não se pode colocar esta decisão de criar uma disciplina de informática sem estabelecer de que forma é que será criada esta disciplina, porque para criar esta disciplina evidentemente há um conjunto de outras aprendizagens que serão afetadas! Eu também não posso passar um cheque em branco em relação a este tipo de afirmações.

Portanto, não me foi possível, mas eu fiz um esforço sério no sentido de votar favoravelmente este relatório e cedi em muitas matérias, mas não foi, infelizmente, possível.

Deputado Francisco César (PS): Nós também fizemos um esforço sério! Cedemos muito mais que o senhor!

O Orador: De qualquer das formas, quero, para terminar, valorizar duas coisas. Em primeiro lugar, considero que há um trabalho muito positivo feito pelos diversos elementos da Comissão, portanto, eu valorizo o trabalho. Discordo, mas valorizo o trabalho que foi realizado.

E também porque é de justiça, aqui homenagear a Sra. Deputada Isabel Quinto pela forma como liderou este grupo, com independência, ouvindo o conjunto dos partidos, as instituições, foi sempre bastante correta e não foi por sua causa

que eu votei contra, porque valorizo muito a forma exemplar como conduziu este grupo de trabalho.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Como ponto prévio à minha intervenção, gostaria naturalmente de saudar o Deputado Francisco César e a Direção do Grupo Parlamentar pela sua recente eleição, saudando-os e desejando as maiores felicidades para o desempenho das novas funções.

Relativamente ao relatório que está aqui em apreciação, o relatório que chega a este plenário depois de ser aprovado pelo Partido Socialista e pelo Partido Social-Democrata, e também de muitas recomendações serem também aprovadas pelo PPM, como foi referido há pouco pela Sra. Relatora, não posso deixar de fazer uma intervenção em nome do Governo dos Açores para me referir à forma como também o Governo participou nestes trabalhos, tendo em conta aquilo que está em causa, ou seja, medidas públicas de apoio e fomento à proteção de crianças e jovens com mais de 12 anos.

O Governo esteve também com este grupo de trabalho em diversas audições representado por quatro membros do Governo, sendo as principais áreas aqui tratadas a solidariedade social, a educação, a saúde e a juventude. Foi também fornecido um conjunto muito significativo de documentação e de informação que fica anexa a este relatório e que me parece também, a quem trata destas questões, importante que possam também consultar a informação e toda a documentação que o Governo forneceu a este grupo de trabalho que fica anexa

ao relatório e que julgo ser também informação relevante e importante para os trabalhos deste grupo de trabalho e para quem se dedica a estas questões.

No fundo, aquilo que este grupo de trabalho conclui é uma ideia que nos parece importante. Ou seja, nesta área em concreto muito trabalho foi feito, muito trabalho está a ser feito, mas há ainda muito trabalho para fazer. E quando estamos a falar da avaliação e da monitorização do impacto nas nossas crianças e jovens com mais de 12 anos das políticas públicas, isso tem especial relevância.

O Governo lerá com muita atenção as recomendações que foram produzidas por este grupo de trabalho e está naturalmente muito entusiasmado e disponível para continuar este trabalho muito importante, talvez das funções mais relevantes e mais importantes que um Governo tem hoje que é criar as condições para proteger e fomentar a participação das crianças e dos jovens com mais de 12 anos na construção do nosso futuro.

Os Açores que teremos daqui a 50 anos serão construídos por aqueles que estão hoje nesta faixa etária, e cabe-nos a todos, aos órgãos de governo próprio da Região, ao Governo, ao Parlamento, aos agentes do sistema político regional, criar as condições para que os jovens se sintam mais entusiasmados e melhor preparados para construir este futuro da nossa Região.

Isto é um combate e é uma função de todos nós. Não apenas do Governo, não apenas do Parlamento, mas de todos nós, porque todos estão convocados para este importantíssimo papel que teremos de desempenhar no futuro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Não há mais inscrições.

Nós vamos então encerrar este ponto e vamos também fazer agora um intervalo.

Regressamos às 17h45.

Eram 17 horas e 16 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge substitui o Deputado Bruno Belo na Mesa)

Eram 17 horas e 55 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto seis da agenda: Projeto de Resolução n.º 99/XI – “Equiparação na atribuição dos apoios da palavra “Açores””, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A igualdade entre homens e mulheres é um princípio fundamental para cada um dos estados membros da União Europeia. Esta preocupação encontra-se plasmada nas ações estratégicas sobre a igualdade entre homens e mulheres no desporto para o horizonte temporal 2014-2020, aprovada unanimemente por todos os estados membros.

É certo que o número de participantes femininos nas atividades desportivas tem vindo a crescer, contudo o setor é ainda dominado pelo sexo oposto. Entre os vários motivos plausíveis, parece-nos pertinente relembrar que as mulheres ocupam maioritariamente o seu tempo em atividades domésticas, e quando comparadas com os homens participam menos nas restantes atividades sociais, onde se incluiu também o desporto.

Thomas Bach, Presidente do Comité Olímpico Internacional, instituição sobejamente reconhecida e que em fevereiro de 2018 lançou um documento com 25 recomendações para a igualdade de género no desporto, onde se incluiu igualdade nos pagamentos, afirma perentoriamente que o desporto é uma poderosa plataforma de promoção da igualdade de género.

Em Portugal, são vários os sectores cuja mulher se encontra sub-representada. Por exemplo, na atividade política, sabendo que as mulheres correspondem a 52,6% da população do país, seria de esperar que estivessem em maior número nos lugares de decisão. Este é, infelizmente, um dos vários exemplos de desigualdade de género com os quais nos deparamos diariamente, contrariando o que deveria corresponder a um pré-requisito de uma sociedade justa, moderna e equitativa.

Não obstante, e apesar das recomendações da União Europeia, a competição desportiva é um dos setores onde infelizmente também nos Açores o devido reconhecimento e justa atribuição de apoios não obedecem a critérios de igualdade, apesar de as mulheres obterem excelentes resultados nas competições em que participam.

A Região Autónoma dos Açores apresenta a maior percentagem de atletas federados do sexo feminino do país com 29,8%. De acordo com o programa de Governo, na época desportiva de 2015/2016 sete equipas açorianas participavam em provas internacionais regulares, internacionalizando o nome da Região, sendo que quatro dessas mesmas equipas pertenciam ao sexo feminino.

A Resolução do Conselho do Governo nº 91/2017, de 10 de agosto de 2017, autoriza a concessão de apoios financeiros aos clubes açorianos que participam regularmente nas provas nacionais das seguintes modalidades: futebol, basquetebol, voleibol, andebol, hóquei em patins, ténis de mesa, futsal e automobilismo, tanto a nível masculino ou feminino, desde que participem no

nível competitivo mais elevado e tenham obtido a melhor classificação na época desportiva anterior (repito: a melhor classificação na época desportiva anterior), independentemente da competição ser ou não de nível profissional. Perspetiva-se, assim, que poderão contribuir positivamente para a promoção externa da Região.

Esta Resolução tem em conta os diferentes graus de notoriedade para as diferentes modalidades desportivas, sem, contudo, divulgar os critérios que os sustentam e que assim justificam os diferentes montantes a atribuir.

Na época 2017/2018, usufruíram deste apoio 13 clubes da Região e o atual campeão regional de Ralis, sendo que apenas três são dirigidos a equipas femininas que nos últimos anos alcançaram vários êxitos inigualáveis.

- Clube União Sportiva, participa regularmente na Liga Feminina de Basquetebol. Conquistou três campeonatos Nacionais no escalão mais elevado da modalidade, uma Taça de Portugal e uma Supertaça, tendo também participações regulares nas competições Europeias. Já na presente época desportiva, em janeiro de 2019, o Clube União Sportiva conquistou mais um troféu para o seu palmarés vencendo a Taça Federação da Liga Feminina de Basquetebol.

- Clube Desportivo Ribeirense, que apesar de atualmente não se encontrar na divisão máxima nacional de voleibol feminino, foi uma referência na modalidade, e conquistou três campeonatos nacionais e quatro taças de Portugal, para além de participar regularmente também em provas internacionais.

Atualmente, é o Clube K que representa a Região neste nível competitivo da modalidade.

- Centro Social do Juncal, na modalidade de ténis de mesa feminino, que já foi campeão nacional da 1ª divisão, além de que as suas atletas integram regularmente a Seleção Nacional da modalidade.

Foram, assim, atribuídos apoios através da celebração de contratos-programa aos clubes com equipas femininas das modalidades de basquetebol, voleibol e ténis de mesa melhor classificados nos respetivos campeonatos nacionais no valor total de 78.416,54 mil euros, enquanto que às equipas masculinas, para as mesmas modalidades e nível competitivo semelhante, foram atribuídos 256.210,27 mil euros.

Importa referir que não há diferenças no nível competitivo, ou seja, todos os clubes beneficiados participam nas divisões nacionais mais elevadas das respetivas modalidades.

No valor global dos apoios atribuídos, o montante destinado às equipas femininas foi de apenas 4,2%, o que é uma verdadeira discriminação em relação aos valores atribuídos às equipas do sexo oposto.

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Projeto de Resolução que agora discutimos visa tão somente a igualdade na atribuição de apoios concedidos às equipas femininas que competem ao mesmo nível das equipas masculinas e que não tão raramente alcançam melhores resultados.

Não pretendemos com isto prejudicar as equipas masculinas que diariamente e de forma árdua trabalham para que enquanto competem possam vir a ser reconhecidas pela sua excelente performance e em simultâneo promover a Região Autónoma dos Açores.

Não pretendemos também que se coloquem modalidades desportivas umas contra as outras quando sabemos perfeitamente que o futebol levará sempre vantagem sob outra qualquer modalidade.

No entanto, e uma vez que estamos a falar de um apoio concedido pelo Governo Regional, portanto, financiamento obtido através de dinheiros públicos, consideramos que o exemplo deveria partir do executivo açoriano de

forma a equiparar os montantes distribuídos, o que é já prática habitual e adotada por inúmeros países e que até agora o executivo tarda em reconhecer. Para que tal aconteça, basta que o Clube União Sportiva receba o mesmo que o Sport Clube Lusitânia, ou que o Clube K seja premiado de igual forma que a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, e que o Centro Social do Juncal receba o mesmo que o Grupo Desportivo Os Toledos, sendo que estamos a falar de um montante de 177.793,73 mil euros. Repito, perto de 180 mil euros por época desportiva para que se faça justiça na atribuição dos apoios pela palavra “Açores”, sem prejuízo para qualquer uma das equipas que já usufruem deste apoio.

Lançamos este desafio a esta Assembleia, conscientes de que a igualdade de género não se esgota na igualdade dos pagamentos atribuídos no desporto e que na Região Autónoma dos Açores há também um longo caminho a percorrer, mas estamos conscientes que é também através do desporto e mais concretamente desta Resolução, que poderemos sensibilizar quem nos ouve para que de forma responsável possamos contribuir para a construção de uma sociedade moderna, mais justa, equitativa, portanto, uma sociedade de excelência, terminando assim com a discriminação associada aos apoios no âmbito da palavra “Açores”.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A igualdade entre homens e mulheres é uma condição social essencial numa sociedade moderna, justa e equitativa, pois só assim se garantirá uma cidadania plena.

Nos dias de hoje, há já algumas medidas implementadas que visam minimizar esta diferença que, embora com alguns resultados, são ainda insuficientes para uma efetiva igualdade social. Para que a mudança se concretize, é fundamental que cada um de nós dê o seu contributo no sentido de se desenvolver um processo de análise crítica dotada de parâmetros de avaliação que considere as questões de género.

É preciso, em primeiro lugar, que todos percebam que a igualdade de oportunidades não é um sinónimo de igualdade de género. A desigualdade entre homens e mulheres é mais visível em determinadas áreas, como é o caso da política, da tecnologia, da ciência e do desporto. No desporto, a título de exemplo, no ténis, que é considerada a modalidade mais igualitária de todas no que toca a questões de género, os vencedores masculinos continuam a receber quantias superiores às vencedoras femininas.

Para se ter uma ideia, as mulheres ganham, em média, prémios pouco mais de metade das quantias que os homens recebem. Esta tomada de consciência é o pontapé de saída para a igualdade de género no desporto.

Deputado André Bradford (PS): Isso não tem nada a ver com este diploma!

O Orador: Na nossa Região, o cenário não é diferente do que se passa no resto do mundo, sendo por isto necessário as políticas que combatam as desigualdades que se verificam.

Deputado Carlos Silva (PS): Desigualdades onde?

O Orador: A iniciativa aqui apresentada alerta para isso mesmo, no caso em concreto do desporto, pois é fundamental definir a atribuição de verbas mas com critério.

Neste sentido, para que haja uma maior transparência e equidade na atribuição de verbas aos clubes e atletas açorianos que estão nos campeonatos nacionais ou participam em provas europeias, é assim necessário e preponderante avaliar os índices de impacto na visibilidade que os mesmos dão aos destino Açores.

É necessário que esta avaliação seja feita com critérios que atentem e premeiam o nível competitivo, pois uma equipa ou atleta que dispute um campeonato regional, não deve receber o mesmo que uma equipa que disputa um campeonato nacional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: As avaliações dos apoios a considerar devem também considerar o impacto público de cada modalidade desportiva, considerando que a visibilidade de cada modalidade é diferente. A título de exemplo, vemos, por exemplo, o futebol. Comparando com as restantes modalidades, tem uma maior visibilidade devido à cultura desportiva do nosso país.

É também essencial que esta avaliação seja realizada sem diferenciação de género. Não faz sentido que uma equipa feminina ou atleta que dispute a mesma modalidade e no mesmo nível competitivo receba uma verba inferior pela promoção da palavra “Açores” do que uma equipa masculina, sem que antes seja feita uma avaliação preliminar.

Assim sendo, para o Grupo Parlamentar do CDS, a implementação de critérios de aferição e avaliação dos apoios concedidos pelo Governo Regional ao desporto permitirão no futuro, se forem acolhidas, um mais justo e eficaz apoio e contribuirá de forma mais ajustada para a persecução da igualdade de oportunidades e para a igualdade de género no desporto regional.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, obrigada, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Relativamente a esta proposta do PSD apresentada pela Sra. Deputada Mónica Seidi, e tendo em conta também um conjunto de considerandos que fez na sua intervenção, eu não posso deixar de partilhar em nome do Governo dos Açores, as preocupações que a Sra. Deputada referiu relativamente à igualdade de género e àquilo que deve ser a igualdade nos apoios concedidos à prática desportiva na nossa Região.

E nós naturalmente que partilhamos também dessa preocupação, e é por isso que nos Açores não existe qualquer discriminação de género nos apoios concedidos à atividade desportiva, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... tal como consta de forma muito clara no regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo.

E isso, Sras. e Srs. Deputados, é que é falar de igualdade de género, e isso, Sras. e Srs. Deputados, é que é falar de uma questão com a qual nós concordamos em absoluto em não existir qualquer discriminação negativa na nossa Região ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que prejudique o desporto praticado por mulheres, comparado com o desporto praticado com homens.

Aliás, até posso dizer-vos que no âmbito do regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas isto não é do regime jurídico! É atribuição de apoios da marca Açores!

O Orador: ... até temos discriminação positiva para os escalões mais baixos quando praticados por mulheres e as equipas praticadas por mulheres têm também prioridade na marcação de espaços desportivos para a sua prática desportiva.

Ou seja, que fique muito claro: ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não fica nada claro!

O Orador: ... nos Açores não existe qualquer discriminação de género nos apoios concedidos para a atividade desportiva, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: ... quer nas participações financeiras, quer nos contratos de desenvolvimento desportivo, quer nos prémios concedidos às atletas e aos atletas das mais variadas formas. Não existe nos Açores qualquer discriminação de género nos apoios concedidos à prática desportiva.

Outra coisa diferente é, Sra. Deputada Mónica Seidi, falar dos apoios concedidos no âmbito da palavra “Açores”, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): São os apoios de que estamos a falar!

O Orador: ... e aqui nós não estamos a falar de apoios concedidos à prática desportiva.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Tem que ficar em primeiro lugar, mas depois não tem apoio!

O Orador: Nós estamos a falar do instrumento que o Governo dos Açores criou para que a prática desportiva nas modalidades e nos níveis competitivos nacionais sejam um motor de promoção da Região, ...

Deputado André Bradford (PS): Ora nem mais!

O Orador: ... tendo, como as Sras. e os Srs. Deputados sabem, nas respetivas camisolas, nos equipamentos, nos meios publicitários, a palavra “Açores” com apoio do Governo dos Açores.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

O Orador: E, portanto, nós estamos a falar de coisas diferentes, e é importante que não se misture estes conceitos. Uma coisa é a igualdade de género, uma coisa é o apoio e o incentivo do Governo à atividade desportiva. Outra coisa diferente é os apoios que são concedidos às equipas que participam nos níveis competitivos nacionais e que por via disso têm mediatismo, notoriedade. São veículos de promoção da Região e dessa forma o Governo entendeu criar um mecanismo de apoio.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, há aqui uma matéria que nos distingue, Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não senhor! O senhor quis foi confundir!

O Orador: A Sra. Deputada acha que nós devemos conceder apoios no âmbito da promoção da Região que tenham em causa as questões de género. Nós achamos que deve ser tida em conta sim as questões promocionais, de notoriedade, de impacto mediático das provas desempenhadas, ...

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: ... dos chamados “grandes” se participam ou não nessas competições. Tudo isto é medido anualmente e tudo isto resulta no que a Resolução do Conselho de Governo aprova para apoiar essa equipas no âmbito da promoção que potenciam para a Região.

E também devo dizer o seguinte, Sras. e Srs. Deputados, a verdade é: como nós muito bem sabemos, os níveis de comunicação, os meios de comunicação, os impactos que existem hoje divergem quase de mês para mês, e é por isso também que depois do trabalho que temos vindo a desenvolver no âmbito do

apoio que é concedido pelo Governo às equipas que participam nas provas nacionais, envergando nos equipamentos e nos meios publicitários dessas equipas a palavra “Açores”, tendo em conta esta volatilidade permanente dos meios de comunicação, o Governo contratualizou uma avaliação relativamente ao share, relativamente ao impacto mediático, relativamente aos impactos publicitários em várias modalidades e em vários desportos para que possa perceber neste momento ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Então já serviu de alguma coisa!

O Orador: ... quais são os impactos mediáticos dessas atividades desportivas.

Sras. e Srs. Deputados, isto é feito no âmbito mediático e promocional dos Açores. Nada tem que ver, e é importante que não se misturem os conceitos, com aquilo que são ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: ... possíveis e alegadas discriminações de género que nos Açores, por via da ação do Governo dos Açores, pura e simplesmente não existem.

Já disse e reitero: o Governo dos Açores não tem como critério qualquer discriminação de género para apoiar esta ou aquela modalidade. Nos Açores, os apoios concedidos à prática desportiva, as participações financeiras, os contratos de desenvolvimento desportivo, a formação para formadores e monitores, o apoio a atletas, os prémios, nada tem que ver com questões de género. Tem a ver com critérios muito claros que constam, como as Sras. e os Srs. Deputados sabem, ou se não sabem deviam saber, no regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não tem nada a ver com isso! O senhor está a confundir tudo!

O Orador: E aí sim podemos discutir aquilo que são as questões de igualdade de género, ou noutras questões. No âmbito da participação das mulheres na

política, na forma como os partidos políticos dão ou não dão lugar às mulheres na vida política, ...

Deputado André Bradford (PS): Vamos discutir isso!

O Orador: ... à intervenção cívica, enfim. Todos nós temos, naturalmente, no âmbito das nossas funções, continuar a trabalhar nesse âmbito, continuar a valorizar o equilíbrio entre géneros e a igualdade entre géneros.

Mas isso é uma coisa, outra coisa bem diferente são os instrumentos de apoio que existem no âmbito da palavra “Açores” usando esse instrumento como um veículo e um motor de desenvolvimento na nossa Região.

E para já é só.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Queremos uma mulher para o Parlamento Europeu!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso grupo parlamentar não teve oportunidade de acompanhar o debate e a apreciação desta iniciativa na Comissão de Assuntos Sociais, até porque nós não temos assento permanente nessa Comissão, mas eu tive a oportunidade sim de ler aquele que foi o relatório resultante dessa apreciação, e também acabei de ouvir diretamente do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência alguns dos argumentos aduzidos na Comissão de Assuntos Sociais.

E volto a repisar alguns desses argumentos que, à laia de clarificação do que é que estamos aqui a tratar, penso que são importantes mais uma vez relembrar o que é que realmente está aqui em causa.

O Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência fez questão de distinguir aqueles que são os vários tipos de apoio dados à atividade desportiva, uns mais diretos, outros mais indiretos. Aquele que é um apoio direto ...

Deputado André Bradford (PS): Não é apoio nenhum! É um investimento!

O Orador: ... à atividade desportiva cinge-se aos apoios da Direção Regional do Desporto e nisso nós partilhamos com o Governo Regional aquela que foi, e continua a ser, a preocupação do Governo Regional para garantir nesse domínio uma autêntica igualdade de género. Aliás, o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência não só aqui e agora teve oportunidade de nos elucidar sobre as medidas que garantem essa igualdade de género, assim como também na Comissão, quando nos disse que até existem medidas de discriminação positiva neste caso para, de certa forma, conceder majorações de apoios aos escalões de formação para atletas e equipas femininas, e até se tenta garantir aquela que é uma prioridade na marcação de espaços para treinos.

Ora, isso sendo verdade, e nós não contestamos, aquilo que está em causa são outros tipos de apoio. São os apoios aos clubes desportivos açorianos, e passo aqui a citar o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência: “que estão nos campeonatos nacionais e que por este motivo têm impactos mediáticos e promocionais de valorização da imagem da Região no exterior”.

E o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência fez questão de em Comissão até elencar que critérios são esses: o critério da notoriedade, da previsão de transmissões televisivas, da promoção inerente à participação, da participação dos chamados “grandes” do desporto nacional na competição. Portanto, estes são os critérios que subjazem aos apoios que são garantidos através da Direção Regional do Turismo, portanto, através daquela que é a divulgação através dos nossos atletas da palavra “Açores” e assim também estarmos a divulgar um destino turístico, que é a nossa Região, no exterior.

Ora, estes são os critérios que estão subjacentes, por isso também é de estranhar que nem em Comissão nem agora em plenário a Sra. Secretária Regional do Turismo não esteja presente, porque é, afinal de contas, a Secretária que tem a tutela sobre estes apoios que são concedidos a estas equipas desportivas.

Agora, uma coisa é certa: é muito estranho que de entre todos estes critérios que se adotam como critérios que pretendem dar à Região uma imagem diferente, uma imagem de distinção, que tragam turistas aos Açores, ...

Deputado André Bradford (PS): Não é nada disso!

O Orador: ... se adotem estes critérios, e a Região não quer ser reconhecida no exterior como a Região que pugna pela igualdade de género.

Aliás, é o próprio Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência que em Comissão assume isso mesmo, e acaba por dizer que a igualdade de género não é um critério quando deveria sê-lo, ainda mais porque vendo bem, e aqui vou recordar aquela que foi a última Resolução do Conselho do Governo a propósito da concessão de apoios nesta área, aqui o que é referido é que a celebração de contratos-programa com entidades participantes em eventos desportivos de manifesto interesse público-turístico. Ou seja, não tem a ver só com interesse turístico, também tem a ver com interesse público.

A questão que eu coloco ao Sr. Secretário é se não é do interesse público também que a Região pugne por uma imagem de garantir a igualdade de género na prática desportiva.

Ora, existe aqui uma desigualdade de género que é gritante ...

Deputado André Bradford (PS): Não é nada gritante!

O Orador: ... porque se formos a ver os apoios que são concedidos, e mesmo tendo em conta aqueles que são níveis competitivos similares, se não mesmo totalmente equivalentes, nós vemos por exemplo o Clube União Sportiva, ou seja, em basquetebol feminino, recebeu no âmbito desta Resolução 38.408,10

mil euros, enquanto o Sport Clube Lusitânica, basquetebol masculino, recebeu 126.520,80 mil euros.

Ora, temos aqui uma desigualdade que é gritante e infelizmente bastante clara. Portanto, é a própria Região, através do Governo Regional, que parece que tem orgulho em divulgar lá fora que aqui na Região a igualdade de género não é um critério e por isso mesmo se concede uma distribuição tão desigual.

Mas mesmo que adotássemos aqueles que são os critérios que foram referidos pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência quer em Comissão, quer agora em plenário, os critérios que têm a ver com a previsão de transmissões televisas, da promoção inerente à participação, ou seja, da notoriedade dada pelas equipas femininas e masculinas e que isso poderia ser um fator que permitiria distinguir e dessa forma possibilitar a concessão de apoios que seriam completamente distintos e desiguais entre as equipas masculinas e femininas, e vemos que isso não corresponde à realidade.

Vejamos: o Lusitânia masculinos ainda na época transata, que ainda decorre, ...

Deputado André Bradford (PS): Transata ou ainda decorre?

O Orador: ... teve 36 jogos, e desses 36 jogos haverão três possíveis transmissões televisas na BTV e no Porto Canal; enquanto o União Sportiva, com 35 jogos, ou seja, só menos um jogo, tem duas possíveis transmissões na BTV.

Mais, o União Sportiva na época passada não participou na liga europeia, mas este ano já teve uma transmissão na Esport3, canal de Espanha.

Portanto, vemos aqui qual é realmente, mesmo em termos de notoriedade, mesmo que tivéssemos estes critérios em conta, facilmente concluiríamos que o União Sportiva acabava por ter mais mérito, por ter maior projeção mediática, e por isso mesmo se calhar até deveria ter um apoio muito superior àquele que é garantido à equipa congénere masculina do Lusitânia.

Portanto, vemos que a igualdade de género não está de facto garantida.

Aliás, basta ver aqueles que são os pareceres. A própria Associação de Basquetebol de São Miguel acaba por transmitir muito bem essa mensagem, porque acaba também por confirmar aquilo que eu agora tentei provar por A + B, porque diz claramente que as equipas femininas de basquetebol, voleibol e ténis de mesa conseguem ter mais transmissões televisivas e o maior número de títulos nacionais!

Portanto, não se percebe porque é que estas equipas femininas não têm pelo menos o mesmo montante de apoio que as suas congéneres femininas.

Deputado André Bradford (PS): Quantos jogos é que o senhor vê na televisão?

O Orador: Não faz qualquer sentido.

Aliás, e se estamos a falar em mérito, eu penso que está tudo explicado, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não está, não está! Mas a seguir vai estar!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não está, mas a seguir vai ficar!

O Orador: ... porque vemos que de facto se formos a ter isso em consideração, as equipas femininas acabam por ter mais mérito do que as masculinas.

Agora, isto não é uma situação exclusiva da Região. É uma situação que infelizmente grassa pelo mundo. Vou dar um exemplo do que acontece neste momento nos Estados Unidos e no que diz respeito ao futebol e ao futebol feminino.

Está na lei dos Estados Unidos pagar igualmente a quem tenha a mesma função e as mesmas responsabilidades no seu trabalho e trabalha o mesmo número de horas, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é isso que está aqui em causa!

O Orador: ... mas a equipa masculina e equipa feminina dos Estados Unidos com o mesmo empregador recebem valores muito diferentes. Posso dar alguns números, isto nas palavras da guarda-redes Hope da equipa feminina de futebol dos Estados Unidos: “Tim Howard, que foi guarda-redes da seleção masculina

durante bastante tempo, no seu ano de mundial, que foi em 2014, jogou um total de oito jogos. Em 2015, o meu ano de mundial feminino, joguei um total de 23 jogos. Eu venci o mundial e recebi o prémio da melhor guarda-redes do mundo. O Tim não venceu o mundial nem foi considerado o melhor guarda-redes do mundo, e recebeu mais 10% do que eu”.

Portanto, esta é uma situação que infelizmente não é exclusiva da Região. É uma situação mundial e que cabia à Região quebrar esta triste tradição e fazer com que a Região fosse conhecida no exterior como a Região que se orgulha por pugnar pela igualdade de género e também a igualdade de género no desporto, como não poderia deixar de ser.

Aliás, isto só acontece porque substituem lógicas que também não são exclusivas do desporto e que são lógicas patriarcais que subsistem na nossa sociedade.

Deputado André Rodrigues (PS): Onde isso já vai!

Deputado Manuel Pereira (PS): Explique-se lá!

O Orador: Basta ver o seguinte. O desporto infelizmente continua a ser um meio onde essa lógica patriarcal continua a dominar porque é um meio que continua a ser dominado por homens. É claro que têm sido feitos esforços para contrariar essa lógica, mas até posso fazer um paralelismo com outro meio que é tradicionalmente masculinizado, como é o caso dos lugares de chefia.

Todos nós sabemos que neste momento, até nas grandes empresas, quem acaba por dominar lugares de chefia e acaba por receber muito mais do que se fosse uma mulher a desempenhar esse papel ... portanto, são situações que mais uma vez demonstram que muito há a fazer, e se a prática desportiva continua a ser infelizmente um meio masculinizado, também acontece nos lugares de chefia.

Portanto, subsiste de facto uma relação desequilibrada de poder entre géneros com forte presença, infelizmente, no desporto. Uma atividade masculinizada e

um palco para que essa desigualdade tenha sido validada socialmente ao longo dos tempos.

Portanto, compete ao poder político contrariar essa lógica e todas essas práticas. Aliás, é essa relação desequilibrada de poderes, e aqui chamo à atenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que aquando de um debate de uma iniciativa do Bloco de Esquerda nesta Casa em setembro de 2017, e quando trouxemos esta preocupação, o Sr. Deputado Paulo Estêvão a primeira reação que teve foi: “Há coisas mais importantes para tratar no que diz respeito à igualdade de género.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu?!

O Orador: Porque é que o Bloco de Esquerda não traz aqui uma iniciativa para combater a violência doméstica?”.

De facto, este é um princípio.

Deputado André Bradford (PS): O Bloco de Esquerda não fala da violência doméstica!

O Orador: É um princípio porquê? Porque toca um fundamento que acaba por explicar também aquela que infelizmente continua a ser uma prática condenável, que é a da violência doméstica.

É a partir desse desequilíbrio de poderes que ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... se imprime uma invisibilidade social à mulher que acaba por a submeter ao homem, tornando a violência sobre a mulher aceitável ou normalizada na sociedade, e isso começa nessa relação desequilibrada de poderes que tem, entre vários domínios, o desporto como um palco para que possa ser validada socialmente.

Essa lógica tem que ser eliminada, tem que ser contrariada e combatida, e no desporto a melhor forma de o fazer é trazer iniciativas como esta que o Grupo Parlamentar do PSD trouxe a esta Casa.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, no final da sua intervenção tocou aí em aspetos em que nós estamos em total acordo. Relativamente à equiparação do papel da mulher e do homem na sociedade ser diferente, estamos totalmente de acordo, mas não é disto que nós estamos aqui a falar, não é sobre isto que estamos a falar, e por isso, neste debate parece-me importante esclarecer o que para mim podem ser entendidas como premissas reais.

Este Projeto de Resolução não se refere aos apoios da prática desportiva.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ninguém falou nisso!

O Orador: Este Projeto de Resolução não se refere à atribuição de prémios por resultados alcançados. Estas duas matérias enquadram-se em legislação própria que está devidamente implementada e ao dispor de todos os agentes desportivos da nossa Região.

O que nós estamos aqui a falar é da promoção dos Açores, o que nós estamos aqui a falar é da promoção da nossa Região e daquilo que a nossa terra tem para oferecer.

Deputado Luís Maurício (PSD): Cuidado com isso que estamos numa fase sensível da promoção!

O Orador: O que nós estamos aqui a discutir é a utilização do meio desportivo e de toda a visibilidade inerente para esse fim.

Contudo, há aqui uma coisa que nós não podemos discutir neste Projeto de Resolução no entender deste grupo parlamentar: é a igualdade de género. Nós não podemos utilizar este Projeto de Resolução para discutir a igualdade de

género. Esta não é, nem deve ser, uma discussão de igualdade de género. A igualdade de género é um debate que merece a nossa atenção.

Contudo, não me parece que este Projeto de Resolução sirva de mote para essa discussão. Em todo o mundo se luta pela igualdade de género. Porventura, a maior luta ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca tivemos uma deputada europeia do PS!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nem do PPM!

O Orador: ... pela igualdade de género é a total abolição do género como critério seja para o que for! E o Partido Socialista concorda com essa abolição do critério em todos os aspetos, seja no desporto, seja nas empresas, seja na sociedade, seja na política. O Partido Socialista concorda que o género deixe de ser critério seja para o que for neste sentido!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode ser!

O Orador: Aliás, deixem-me dizer-vos o seguinte. Defender a igualdade de género não é criar o género como critério, é abolir.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nós devemos repetir isso até à exaustão porque é por isso que o mundo está a lutar neste momento, mas não é disso que nós estamos a falar neste Projeto de Resolução!

Os agentes económicos da nossa Região merecem que nós sejamos responsáveis na promoção que fizemos da nossa terra.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Onde isto já vai!

O Orador: Todos os agentes económicos merecem essa responsabilidade devido ao esforço que andam a fazer nos últimos anos.

O género, eu repito, não deve ser um critério! E quando em todo o mundo se luta pela abolição desse critério, o Partido Social Democrata vem aqui a esta

Casa propor que nós incluamos nos patrocínios da marca “Açores” o critério de género, e isso, Sra. Deputada Mónica Seidi, o Partido Socialista não pode concordar porque vai ao arrepio de tudo o que é a luta sobre a igualdade de género no nosso mundo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgamos lamentável que para ser respeitada a igualdade de género seja necessário consigná-lo em letra de lei. Mas infelizmente vivemos numa sociedade que ancestralmente se acostumou a considerar o machismo uma norma normal.

Valerá a pena lembrar que no nosso país o voto feminino foi consignado pela primeira vez após a Revolução dos Cravos e foi pela primeira vez exercido normalmente para as eleições para a Assembleia Constituinte em 1975.

Perante este passado retrógrado é sintomático termos uma sociedade sexista e machista. O projeto aqui trazido vem promover a igualdade de género na atribuição de apoios desportivos, mesmo que esta proposta não seja relativa aos critérios de atribuição destes apoios é necessário a reformulação dos mesmos para proporcionar oportunidades de ascensão das equipas femininas que claramente não têm a mesma facilidade a ser “grandes” (Utilizado pelo SRAPAP), ou seja, conquistarem a notoriedade e projeção desejada pelo Governo Regional.

O PCP tem dado um contributo sem paralelo para o aprofundamento da legislação em defesa dos direitos das mulheres em múltiplos domínios. Mas, para nós, não basta que a lei os consagre, eles têm de fazer parte da vida das mulheres: no trabalho, na família, na vida social, política, cultural e desportiva.

Desta forma, a RPPCP votará favoravelmente à proposta apresentada porque através de pequenas mudanças ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Como é que é possível?

O Orador: ... é possível garantir uma verdadeira política igualitária em todos os âmbitos. E dizemos às mulheres açorianas que vale a pena dar mais força ao PCP! Porque é necessário mudar o rumo da Região. Ganha o país e a Região em justiça social, em coesão económica e social e na recuperação das alavancas da sua soberania. Ganham as mulheres na sua justa aspiração à igualdade na sua vida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O camarada Jerónimo não concorda com isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou iniciar esta minha intervenção afirmando categoricamente que infelizmente há discriminação nos apoios concedidos pelo Governo Regional às equipas femininas.

Há discriminação, os valores já foram aqui anunciados pelo Deputado do Bloco de Esquerda, ...

Deputado André Bradford (PS): Não é, não senhora!

A Oradora: ... e lamentamos, porque aquilo que o senhor está aqui a querer dizer é que infelizmente as mulheres que carregam nas costas a palavra “Açores” não são tão dignas quanto os homens de promoverem no exterior a Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: É isso que o senhor está aqui a dizer e é com isto que esta bancada vem tentar terminar com essa discriminação e com essa diferença que o Partido Socialista e que o Governo Regional tenta perpetuar no tempo.

Em novembro de 2016 estava ali sentada a Sra. Secretária com competência na matéria, que infelizmente não compareceu no debate e hoje não veio aqui mas devia ter vindo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Esse dedo em riste fica-lhe mal!

A Oradora: ... e já nessa altura eu questioneei-a porque pretendia saber como é que o Governo Regional pretendia acabar com essa discriminação. Ela respondeu-me, e passo a citar: “Eu não tenho a resposta para lhe dar, vamos ter que analisar de facto este dossier”.

Ao fim de dois anos e meio vem aqui o Sr. Secretário Berto Messias anunciar que finalmente o Governo encomendou um estudo para analisar esses índices de impacto, quando em sede de Comissão disse que o Governo tinha esses dados!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário, faculte-nos por favor para nós ficarmos todos elucidados. Afinal, o Governo tem ou não os dados, ou afinal o Governo agora é que mandou encomendar ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... esse estudo para analisar o índice de impacto que efetivamente o desporto feminino tem comparativamente com o desporto masculino?

Mas o que fica aqui já bem explícito para quem nos ouve é que as mulheres dos Açores não são tão dignas de promover a Região quanto os homens.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é nada disso!

A Oradora: Mas vamos falar daquilo que o senhor chama de critérios, e o Deputado Paulo Mendes já falou dos apoios que estão patentes da Resolução do Conselho de Governo, e pegando sempre nas mesmas modalidades, porque de

facto estamos a falar apenas de três equipas femininas, temos o Sport Clube Lusitânia que participa na 1.ª Liga de Basquetebol, comparativamente ao Clube União Sportiva que também participa na 1.ª Liga de Basquetebol feminino. Portanto, o escalão é exatamente o mesmo e estamos a falar de uma diferença que atinge quase os 90 mil euros. Isto não é razoável para os dias que correm!

Se virmos o mesmo para o voleibol, temos a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo e o Clube K com a mesma ordem de grandeza nas diferenças atribuídas. Repito: isto não é aceitável para os dias que correm!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É mesmo isso! Muito bem!

A Oradora: E finalmente, nos Ténis de Mesa temos valores irrisórios! O Centro Social do Juncal ganha 1500 euros para promover a Região no exterior. 1500 euros, quando comparado com o Grupo Os Toledos que ganha 3000 euros!

Portanto, isto não aceitável!

E falando dos critérios que de facto o Governo se rege, vamos então falar em notoriedade, dando como exemplo os títulos alcançados.

Vamos então ver títulos no basquetebol, e se me permitem, modalidade pela qual tenho obviamente bastante apreço e que acompanho mais diretamente sem prejuízo das restantes modalidades, classificação do Clube União Sportiva na época 2014/2015: na fase regular ficou em 3.º lugar.

No primeiro ano de participação nesse escalão, o Clube União Sportiva foi vencedor desta competição. Portanto, trouxe para os Açores o título desta modalidade no mais alto nível.

Se formos comparar com o Lusitânia para a mesma competição, o Lusitânia ficou em 7.º lugar na época de 2014/2015.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Homens ou mulheres? Tem de dizer, Sra. Deputada!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mas isso é prémios!

A Oradora: Portanto, a nível de títulos alcançados, se formos continuar, Liga, Taça de Portugal, Supertaça, Taça da Liga e Vítor Hugo, o Clube União Sportiva desde 2014 tem muito mais competições e títulos ganhos alcançados do que o Sport Clube Lusitânia.

Deputado Francisco César (PS): Isso não faz sentido nenhum!

A Oradora: A nível de títulos, esse critério não colhe.

A nível de notoriedade, e falando das transmissões, o Sr. Deputado Paulo Mendes já deu o exemplo desta época mas eu vou mais atrás, e vamos ver as transmissões desde 2014/2015.

O Clube União Sportiva em 2014 tem quatro transmissões, o Lusitânia tem duas.

Em 2015/2016 o Clube União Sportiva tem 13 transmissões, ...

Deputado André Bradford (PS): De onde são esses dados?

A Oradora: ... o Lusitânia tem duas.

Em 2016/2017 o Clube União Sportiva tem sete transmissões, o Lusitânia tem duas.

Em 2017/2018 o Clube União Sportiva tem quatro transmissões, o Lusitânia tem duas.

Portanto, há aqui uma discrepância bastante grande entre as transmissões que são feitas na televisão.

Deputado João Vasco Costa (PS): Quantos espetadores?

A Oradora: E para terminar, o último critério que o Sr. Secretário anunciou, a participação dos grandes. Então, nós agora temos culpa pelo facto de o Benfica, ...

Deputado André Bradford (PS): Do Benfica ser tão grande!

A Oradora: ... aliás, pelo facto de o Porto e do Sporting não terem equipas femininas na modalidade de basquetebol, não terem equipas femininas na modalidade de ténis de mesa e de voleibol, porque o Benfica tem e é à custa do

Benfica que o Clube União Sportiva tem transmissão na BTV. O Sporting e o Porto não têm, portanto, o Clube União Sportiva há de ser prejudicado pelo facto de os grandes não terem modalidades femininas.

Isso faz algum sentido? Não faz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas para terminar, a Federação Portuguesa de Basquetebol, que também atribuiu apoios no âmbito das competições europeia, curiosamente atribui ao Clube União Sportiva (equipa feminina de basquetebol) o mesmo valor que atribuiu ao Sport Lisboa e Benfica e ao Futebol Clube do Porto, equipas masculinas de basquetebol.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso não é de acordo com a promoção de nada!

A Oradora: Portanto, vamos falar em discriminação? Aqui está provado que a Federação Portuguesa de Basquetebol não tem qualquer tipo de discriminação. Portanto, para concluir, que fique bem claro, depois daquilo que já foi dito aqui, o PS e o Governo Regional discriminam a promoção da Região no exterior, e discriminam porque as mulheres da Região não são tão dignas na promoção quanto os homens.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É isto que o PSD vem aqui contrariar. Vem aqui apresentar um Projeto de Resolução que visa terminar com isto para que haja uma equiparação do valor atribuído de forma a que haja, ao mesmo nível e de forma justa e equitativa, uma promoção da palavra “Açores” a equipas que felizmente têm trazido ainda mais títulos e melhores resultados para a nossa Região.

Muito obrigada.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mas isso é prémios!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por responder aqui a um aparte do Bloco de Esquerda, um aparte que surge na sequência de um aparte também do PPM em que eu estava a dizer-lhe que: “Bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz”, que eu penso que é uma citação que o Bloco de Esquerda merece nesta situação porque está a defender de uma forma tão generosa a equidade e a equiparação entre homens e mulheres e eu digo: “vocês têm a ótima oportunidade de fazer isso no vosso grupo parlamentar”, podiam ter um homem e uma mulher no vosso grupo parlamentar.

Portanto, é evidente que esse é um argumento legítimo. Já no caso do PPM não é possível porque os açorianos não elegeram mais nenhum deputado. No caso do Bloco de Esquerda, matematicamente é possível, no caso do PPM não é possível.

Há outra questão que eu considero que é fundamental, aqui um pouco mais a sério. Dizer o seguinte ao Sr. Deputado João Ávila, ...

Deputado Francisco César (PS): João Paulo Ávila!

O Orador: ... eu não fico zangado, esta é a segunda vez mas eu acho que vossa excelência merece este reparo.

Diz vossa excelência que o ótimo é não introduzir qualquer tipo de critério que discrimine positivamente outro género, as mulheres.

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso que ele disse!

O Orador: Eu penso que não se pode obter resultados positivos se não o fizemos. Nós, do ponto de vista do sistema político, estamos a introduzir

critérios que discriminam positivamente as mulheres, mas não há outra forma de terminar com a discriminação na sociedade portuguesa a não ser criar a legislação eleitoral, neste caso que lhe acabei de referenciar, que possa discriminar positivamente as mulheres. Se não os fizemos, não vamos lá, Sr. Deputado!

E diz o Sr. Deputado: “O que pretendemos é abolir qualquer tipo de critério que discrimine negativamente o outro género”.

Bom, assim não vamos lá, Sr. Deputado. Só conseguimos obter resultados se existir de facto essa discriminação, uma discriminação positiva a favor das mulheres. E mesmo assim está vossa excelência consciente de que é muito difícil conseguir alcançar resultados positivos na sociedade portuguesa.

Portanto, eu estou a favor da discriminação positiva.

E nesta matéria ficou também provado que o Governo tem critérios que discriminam negativamente as mulheres, as equipas femininas, é absolutamente objetivo.

Portanto, neste momento, em que este é um tema da maior importância, a imagem da Região nesta matéria não é a melhor.

Qualquer dia, este Parlamento e o Governo Regional serão objeto de uma crítica e do humor do Ricardo Araújo Pereira por causa das vossas posições que nesta matéria, devo dizer-vos, sem ser ofensivos, são um pouco misóginas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo esta minha segunda intervenção de uma forma ... e vou tentar ser mesmo claro.

A equiparação de géneros na nossa sociedade: totalmente de acordo! O problema é que nós estamos a cometer o erro que eu previa que nós cometêssemos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não, vocês é que estão a cometer um erro!

O Orador: Nós estamos a discutir igualdade de género quando não devíamos estar a discutir igualdade de género. Não é sobre igualdade de género que este Projeto de Resolução versa! Não é, nem pode ser!

A Sra. Deputada Mónica Seidi vem aqui a esta Casa criticar os critérios que o Governo Regional utiliza para a promoção da nossa Região, da palavra “Açores”. Aliás, a Sra. Deputada propõe que nesse critério o género passe a ser mais um.

Vamos à promoção do concelho da Ribeira Grande.

“Sobre cada candidatura ...”, e estou a citar, “... será analisado o grau de importância de acordo com a análise dos seguintes fatores: impacto turístico, cultural, educativo, social e desportivo; ...

Deputado Francisco César (PS): E o género?

O Orador: ... promoção do concelho com cariz internacional, nacional e regional, impacto junto da comunicação social”.

Deputado Francisco César (PS): E o género?

O Orador: Sra. Deputada, onde está o género aqui?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): E em Angra?

O Orador: E muito bem que não está o género! Onde está o género aqui, Sra. Deputada?

Portanto, toda essa argumentação que a Sra. Deputada utilizou na sua última intervenção é sobre o seu próprio líder! Porque ele faz exatamente o que o Governo Regional faz! E não discrimina ninguém nem positiva nem negativamente por causa do género!

Sra. Deputada, nós não estamos a discutir o género. Nós estamos a discutir a promoção da nossa Região, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): E critérios iguais!

O Orador: ... que tem que ser feita com toda a responsabilidade, mediante os critérios bem definidos, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): De forma igual!

O Orador: ... e o género não pode ser um deles! O género não pode ser um deles, Sra. Deputada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Sra. Deputada Mónica Seidi, deixe-me dizer-lhe isto de forma muito clara: o Governo dos Açores não aceita de si nem do seu partido qualquer lição sobre igualdade de género ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Onde isto já vai!

O Orador: ... ou promoção da igualdade e dos direitos das mulheres. Não aceita qualquer lição sobre esse ponto de vista nem de si, nem do PSD, nem de qualquer partido aqui nesta Câmara, porque nós temos património nesse âmbito.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Património!

O Orador: Não é por acaso, por exemplo, que como já disse várias vezes mas os senhores teimam em fazer de contas que eu não disse, que no âmbito dos apoios concedidos à prática desportiva na nossa Região, não existe qualquer discriminação de género, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Outra vez, Sr. Secretário? Não há mesmo mais nada para dizer? Pelo amor de Deus!

O Orador: ... porque nós dizemos e fazemos! O mesmo não se poderá dizer, enfim, dos senhores, por exemplo.

Olhe, veja-se por exemplo, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): A Câmara de Angra!

O Orador: ... porque é importante que quando se discute igualdade nós não nos fiquemos pela retórica e possamos falar dos exemplos concretos. Olhe, por exemplo, a comissão política regional do PSD.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Onde isto já vai!

Deputado Luís Maurício (PSD): Os argumentos já estão a faltar!

O Orador: Olhe, aqueles que agora se fazem de grandes defensores da igualdade de género, curiosamente o PSD tem na sua Comissão Política Regional, ...

António Almeida (PSD): A marca “Açores” nas costas!

O Orador: ... o órgão executivo do PSD Açores, 19 membros e apenas quatro mulheres. Tem seis vice-presidentes, todos homens! Portanto, Sras. e Srs. Deputados, parece-me que nesta discussão e na importância que nós damos às questões da igualdade de género ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é tão baixinho!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... parece-me importante que tenhamos também estas matérias em conta e que não façamos ...

Deputado António Almeida (PSD): Como é que é possível!

O Orador: ... aquilo que a Sra. Deputada Mónica Seidi faz propositadamente que é confundir as pessoas ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando diz que uma mulher não tem a dignidade de envergar a palavra “Açores” no equipamento igual ao homem.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Claro que sim! É verdade!

O Orador: Sra. Deputada, não faça esse exercício de demagogia barata porque não é isso que nós estamos aqui a discutir!

Nós estamos a discutir a promoção dos Açores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E a Sra. Deputada, depois de nós já termos explicado o que está em causa, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores deviam ter vergonha!

O Orador: ... depois de nós já termos referido o que consta do enquadramento legal de apoio à atividade desportiva, no que consta na Resolução e no Decreto Legislativo Regional que enquadra legalmente os apoios concedidos à promoção da palavra “Açores”, insiste no erro quando dá exemplos de clubes ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é disso que nós estamos a falar!

O Orador: ... e dos títulos conquistados por vários clubes!

Nós não estamos a falar do palmarés dos clubes! Nós não estamos a falar do currículo dos clubes!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas o senhor invoca a notoriedade! Como se mede a notoriedade!

O Orador: Isso é tratado noutra âmbito. Nós estamos a falar do apoio que é concedido à promoção da palavra “Açores”.

Sra. Presidente, com esta gritaria é muito difícil.

E, portanto, Sra. Deputada Mónica Seidi, há uma matéria que nos separa claramente. A Sra. Deputada acha que os apoios concedido no âmbito da promoção da palavra “Açores” devem ter em conta as questões de género, nós achamos que não.

Nós achamos que devem ter em conta vários critérios no âmbito da notoriedade,
...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Como é que se mede notoriedade?

O Orador: ... da projeção mediática desses desportos e do impacto mediático e publicitário que esses desportos têm.

Isso é claro, isso separa-nos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem que se discriminar positivamente!

O Orador: ... de forma muito clara e estamos perfeitamente à vontade com essa matéria.

Quanto às referências que fez que eu me teria contradito. Eu fui muito claro na Comissão, fui muito claro agora. Existem critérios que são utilizados para definir estes valores, mas tendo em conta a evolução mediática que nós temos tido nos últimos tempos, o Governo achou que deveria fazer uma avaliação atual dos impactos mediáticos, do share das transmissões televisivas nestes desportos, naquilo que é o impacto das transmissões na RTP Açores que a senhora referiu, naquilo que é o impacto nos canais nicho, como a Sport TV, como o Porto Canal, como a BTV de uma forma séria ...

Deputado André Bradford (PS): Um canal que ninguém vê!

O Orador: ... de uma forma correta e discutindo e tendo por base aquilo que efetivamente está em causa.

E Sra. Deputada Mónica Seidi, nós não estamos a falar de perceção empírica sobre estes fenómenos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Empírica? Oh senhor, pelo amor de Deus!

O Orador: Existem dados muito concretos que dizem de forma clara que o impacto mediático do desporto masculino é muito superior ao impacto mediático do desporto feminino.

E Sra. Deputada, eu gostaria que fosse diferente, mas não cabe ao Governo dos Açores definir os hábitos de consumo de quem vê estes espetáculos desportivos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Oh senhor, mas ninguém fala disso! O senhor dá voltas, voltas! O senhor anda à volta, a fugir completamente!

O Orador: E, portanto, é disso que nós estamos a falar quando discutimos os apoios concedidos no âmbito da palavra “Açores”.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: E Sra. Deputada, permita-me dizer-lhe, é incorreto, é até demagógico misturar as duas coisas ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): O senhor é que está a misturar!

O Orador: ... e querer tratar uma coisa como se trata outra.

Porque é a Sra. Deputada que está a pôr uns clubes contra os outros!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: É a Sra. Deputada que com esse tipo de registo e de afirmação está a pôr ilhas contra ilhas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é demagogia! Não é para um Membro do Governo afirmar isso!

O Orador: É a Sra. Deputada, com esse tipo de abordagem, que está, na nossa perspetiva, a incorrer nesse erro.

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor tem responsabilidades que não lhe permitem dizer isso!

O Orador: E Sr. Deputado Paulo Mendes, eu concordo consigo.

Os Açores têm que pugnar pela igualdade de género nos apoios concedidos à prática desportiva. Nós concordamos consigo, e é isso que nós fazemos! Basta ver o enquadramento legal que existe no apoio às atividades desportivas.

E desse ponto de vista, o Governo dos Açores é irrepreensível. Não existe qualquer diferenciação de género que prejudique mulheres comparativamente com homens nos apoios concedidos à prática desportiva na nossa Região. Isso não existe!

Outra coisa são os apoios promocionais que nada tem que ver com género e tem que ver com o impacto mediático dessas competições. É disso que nós estamos a falar.

Deputada Mónica Seidi (PSD): O senhor discrimina!

O Orador: E lamentavelmente as Sras. e os Srs. Deputados estão a querer confundir os dois conceitos em busca, enfim, dos possíveis dividendos político-partidários que possam daí advir.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo dos Açores não participa nesse espetáculo, nós estamos aqui com uma abordagem que nos parece séria, que nos parece correta do ponto de vista dos enquadramentos legais que estão em causa, e naturalmente disponíveis para discutir com as Sras. e os Srs. Deputados todas as matérias que queriam ver abordadas sobre esta matéria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente após ouvir quer o Sr. Secretário, quer o Deputado do Partido Socialista, e penso que nem toda a bancada socialista, aqui grandes defensoras da igualdade de género que conheço, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Com muito gosto! É tudo menos igualdade de género!

A Oradora: ... se revêm naquilo que foi dito por estes dois colegas.

E vou repetir mais uma vez para que todos possamos ouvir porque de facto, mesmo com as vossas tentativas de fugir àquilo que é o assunto, de levar a questão para aquilo que vos convém, o que o Governo dos Açores e o Partido Socialista estão aqui a fazer é a dizer e a passar um atestado às açorianas e aos açorianos ...

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora é que está a fazer isso!

A Oradora: ... de que as mulheres que carregam nas costas a palavra “Açores” não são tão dignas de fazer a promoção da Região quanto os homens. É isso que estamos aqui a falar ...

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

A Oradora: Olhe, eu não lhe reconheço competência para me estar a dizer aquilo que acabou de dizer, portanto, eu agradeço que me deixe continuar.

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

A Oradora: E, portanto, tenho pena que nem o Partido Socialista nem o Governo tenham abordado este assunto com seriedade, que tenham preferido tornar este assunto como uma brincadeira ou então até tendo levando para a chicana política e promover, isso sim, aqui um espetáculo a querer dizer que é o próprio PSD que não compreende e que está aqui a confundir os açorianos.

E Sr. Secretário, você não deve ter ouvido bem aquilo que eu disse na tribuna.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Atentamente!

A Oradora: Então não me compreendeu, porque um dos pontos que eu relevei ali foi que o Partido Social Democrata não pretende pôr de forma alguma clubes contra clubes ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): É o que a senhora está a fazer agora! A senhora é que está a dizer!

A Oradora: ... nem modalidades contra modalidades.

Eu até dei o exemplo do Sport Clube Lusitânia, como o senhor sabe, ilha de onde eu sou natural, com o Clube União Sportiva que é de São Miguel.

Portanto, eu não estou aqui a pôr clubes contra clubes, e até frisei na minha intervenção que não queríamos prejudicar (repito: não queremos prejudicar) com esta Resolução nenhum dos clubes que já usufruem deste apoio porque de facto eles precisam deste apoio para conseguir ter equipas competitivas e para conseguir chegar ao mais alto nível das diferentes modalidades. Eles precisam deste apoio!

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Agora é que a senhora disse tudo!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Aqui está mais uma prova! Já percebi! Então é essa a questão!

A Oradora: Não está nada, Sr. Secretário! É óbvio que isto é necessário. Agora, o senhor não venha aqui fugir ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: ... daquilo que é a questão central. Há uma discriminação pela negativa às equipas femininas através dos valores que o senhor conhece muito bem na Resolução do Conselho de Governo que eu enumerei ali.

Portanto, não há volta a dar. E lamentavelmente, ao fim de dois anos e meio, a Resolução da presente época desportiva mantém todos os valores. Portanto, está mais do que visto que o Governo Regional e o Partido Socialista concordam e perpetuam esta discriminação, e é isto que esta bancada vem aqui propor que seja terminada, que as mulheres dos Açores tenham a mesma dignidade e responsabilidade na promoção externa da Região.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não fale das mulheres dos Açores!

A Oradora: Não é fazer demagogia barata, Sr. Secretário. Demagogia barata andou o senhor a fazer com tudo aquilo que enunciou, e isso não podemos permitir.

Portanto, o Partido Social Democrata está aqui para debater este assunto, para se pôr ao lado de todas as equipas que de facto competem e que de facto promovem a Região.

Queremos sim que essa promoção seja feita de forma justa e equitativa entre o sexo feminino e o sexo masculino, porque de facto as mulheres são tão dignas da promoção da Região no exterior quanto os homens, e prova disso são até os títulos alcançados.

Mas gostaria de terminar, Sr. Secretário, com duas questões. Uma vez que o senhor fala em notoriedade, eu gostaria que o senhor me dissesse então como é que o Governo Regional mede a notoriedade, e como é que o Governo Regional mede o impacto mediático.

Obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Essa bancada representa a igualdade de género ao máximo!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para fazer nenhuma intervenção neste âmbito, mas o teor das declarações da Sra. Deputada Mónica Seidi permitiram que eu me obrigasse a fazer uma intervenção.

Há um primeiro ponto que, a meu ver, interessa esclarecer, e dizer que nós não aceitamos. Se há coisa que o Partido Socialista não pode aceitar é a acusação de que o Partido Socialista alguma vez fez, faz ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou continuará a permitir que se faça algum tipo de discriminação de género.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Nós não aceitamos isso, e a história do Partido Socialista desde a sua fundação no país e nos Açores é a demonstração clara do percurso que temos feito na defesa ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... das mulheres, na não permissão da discriminação por género.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exceto neste caso!

O Orador: Se dificuldades em compreender isso houvesse, basta ver o trabalho que o Partido Socialista sempre fez na questão do direito às mulheres que as mulheres têm para interrupção voluntária da gravidez.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Se dúvidas houvesse sobre o património do Partido Socialista sobre esta matéria ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Aproveem a resolução!

(Diálogo entre as bancadas)

O Orador: Se possibilitarem não discriminar a minha intervenção, eu agradecia.

Se dúvidas houvesse sobre esta matéria, basta ver que foi pela mão do Partido Socialista, mas também de outros partidos à esquerda, que a introdução das quotas passou a ser uma realidade nas listas, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Estamos a falar de desporto, estamos a falar da palavra “Açores”!

Deputado Luís Maurício (PSD): Estamos a falar de desporto!

O Orador: ... por exemplo, ao Parlamento dos Açores, à Assembleia da República e até ao Parlamento Europeu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tem nada a ver com isso! Desporto!

O Orador: Aliás, se há algo que os Srs. Deputados possam ter dúvidas, é que muitas das vezes o Partido Socialista esteve à frente do seu tempo nessa matéria.

Deputado Carlos Silva (PS) e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Por exemplo, a lista ao Parlamento Europeu do Partido Socialista é totalmente paritária. Não é assim, Sr. Deputado André Bradford? Totalmente paritária.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Onde isto já vai!

O Orador: Como será a lista do PSD ao Parlamento Europeu?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, como alguém aqui disse: o Partido Socialista ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... não só diz como faz acontecer.

Deputado Luís Maurício (PSD): Então aprove a resolução!

O Orador: É esse o nosso património.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Aprove! Desporto!

O Orador: Segundo ponto. Vamos à questão de facto, que é para as pessoas que estão em casa nos perceberem.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Já perceberam muito bem!

O Orador: Do que é que nós estamos a falar? Nós estamos a falar da marca “Açores” que é promovida. Ou seja, o Governo promove a marca “Açores” tendo em conta o retorno que essa pode trazer à Região, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista turístico, quer do ponto de vista social.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Qual é o retorno?

O Orador: Oh Sra. Deputada, inscreva-se!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa do social é boa! Para valorizar a nossa proposta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: E eu que pensava que a bancada do Partido Socialista às vezes fazia alguns apartes.

O que está em causa aqui tem a ver com a promoção da palavra Açores. O que é que o Governo fez? O Governo aceita como critério o retorno que é dado à Região do ponto de vista económico.

Deputada Mónica Seidi (PSD): O Governo não sabe qual é o retorno!

O Orador: O que é que feito pela generalidade das Câmaras Municipais que têm marca? Exatamente o mesmo!

Ou seja, a Câmara Municipal cujo líder é também líder do PSD, utiliza com o mesmo propósito exatamente o mesmo tipo de critério.

Deputado Luís Maurício (PSD): E a Câmara de Angra?

O Orador: A pergunta que posso fazer é: os Srs. Deputados não conversam com o vosso líder partidário quando preparam esses Projetos de Resolução? Não conversam.

Porque é que primeiro não trabalham na vossa casa e depois trabalham neste Parlamento?

Deputado António Almeida (PSD): Era o que faltava!

(Diálogo entre os deputados do PS e do PSD)

O Orador: Oh Sra. Presidente... é que está a ser uma barulheira ensurdecadora.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Eu estou a sentir-me alvo de discriminação de género por parte da Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Eu estou calada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor gosta é de brincar com assuntos sérios, isso é pena!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Oh Sr. Deputado, nós estamos a falar de um assunto sério, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: ... e se de tal maneira não fosse, a maioria das câmara, entre as quais aquela que a do seu líder partidário, não fazia exatamente o mesmo que o Governo dos Açores faz.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E para quem tem dúvidas, isto é de uma forma muito simples. A Sra. Deputada Mónica Seidi imagine que é dona de uma empresa. É dona de uma empresa que tem o objeto de vender um conjunto determinado de produtos e é-lhe dado 100 mil euros para promover esses produtos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas estamos a falar de desporto!

O Orador: Em qual das ligas dos campeões, a Sra. Deputada ia investir os 100 mil euros que lhe eram dados?

Deputado Bruno Belo (PSD): O Governo não é uma empresa! É para atenuar essas discrepâncias!

O Orador: Na liga dos campeões de futebol feminino ou na liga dos campeões de futebol masculino?

Entre o masculino e o feminino, a Sra. Deputada não iria ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... apostar a maior parte do valor que a sua empresa tinha naquilo que lhe dava menos retorno! Por isso é que o custo da publicidade na liga dos campeões masculina é muito mais cara do que o preço da publicidade na liga dos campeões feminina.

É uma questão tão simples quanto isso, e sabe porquê?

Deputado Carlos Silva (PS): Tal e qual!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Acabou de dizer com as suas palavras que há discriminação!

O Orador: Porque o retorno financeiro que cada uma das atividades traz tem a ver com as próprias audiências. Por isso é que tem preços diferentes.

A Sra. Deputada se fosse dona de uma empresa, porque aquilo que está em causa aqui tem a ver com retorno económico-financeiro, fazia exatamente o mesmo.

Por isso, Sra. Deputada, o que me parece aqui é que a Sra. Deputada está a colocar isto de uma forma profundamente demagógica.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada achando que está a fazer um favor ou que está a dar um enorme contributo contra a discriminação de género, na prática a Sra. Deputada está a criar uma prática igualitária ...

Deputado Luís Maurício (PSD) e Deputada Mónica Seidi (PSD): O senhor é que está!

O Orador: ... que mais não faz do que introduzir uma discriminação por género que, a meu ver, me parece inadmissível.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra porque a intervenção do Sr. Deputado Francisco César é inaceitável. É inaceitável por várias razões.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Mónica Seidi (PSD): É verdade!

O Orador: Em primeiro lugar, quando diz que o combate pela igualdade de género e pelo fim da discriminação das mulheres é um combate da esquerda. O senhor disse: “partidos da esquerda”.

Deputado Francisco César (PS): Não disse isso!

O Orador: Ora, eu vou-lhe dizer uma coisa. Eu sou de direita ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não sabia!

O Orador: ... e esse é um tema que me preocupa, como a muitos outros políticas de direita. Não é património da esquerda.

O senhor tentou aqui dizer que tem uma história. Todos nós temos uma história, todos os partidos têm história, mas é uma história em que todos os partidos têm erros! Quer que eu lhe lembre alguns do Partido Socialista?

Lembra-se de o Dr. Mário Soares chamar “dona de casa” à outra candidata a líder do Parlamento Europeu, à Nicole Fontaine?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, pois é!

O Orador: Lembra-se de chamar “dona de casa”? Isso faz parte da vossa história.

O senhor falou das listas ao Parlamento Europeu. Querem que eu vos diga uma coisa? Eu não me lembro de o PS Açores ter indicado alguma vez alguma candidata para o Parlamento Europeu.

Deputado José San-Bento (PS): E o PPM quantas indicou?

O Orador: No caso da acusação que estão a fazer ao PSD/Açores, já teve duas eurodeputada. Está a ver como esse tipo de argumentos são argumentos falaciosos?

Deputado Francisco César (PS): Neste caso enganaste-te, Paulo!

O Orador: Portanto, não vale a pena a nenhum de nós tentar abrilhantar a nossa história. Todos os partidos têm erros, todos os partidos nesta matéria já tiveram posições menos corretas.

Temos evoluído, todos os partidos têm evoluído nesta matéria, e ainda bem!

Agora, o que acontece nesta matéria é que vossas excelências estão profundamente errados nesta questão, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Olhe que não!

O Orador: ... porque nesta questão existe uma discriminação em relação às equipas femininas e masculinas. É óbvio!

Deputada Mónica Seidi (PSD): É óbvio!

O Orador: Recebem muito menos apoios as equipas femininas dos que as equipas masculinas!

Dizem vossas excelências: “Mas isto tem a ver com a visibilidade”, e deu o exemplo de uma empresa. Esse exemplo é contraproducente, Sr. Deputado. E vou-lhe dizer porquê: porque o exemplo que deu é um exemplo que demonstra que essas equipas masculinas já beneficiam de mais apoios por parte das empresas justamente porque são mais mediáticas, e são mais mediáticas porque existe nessa matéria uma discriminação em relação às equipas femininas ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... quer no futebol, no andebol, no basquetebol.

Portanto, o senhor o que quer é manter uma discriminação numa iniciativa no âmbito desta iniciativa, no âmbito desta matéria, que é uma discriminação que aqui foi provado que existe e que esta iniciativa quer terminar, porque o que diz a iniciativa é o seguinte: “que se proceda à equiparação dos apoios atribuídos para a mesma modalidade entre as equipas do sexo feminino e masculino”, e eu considero que este tipo de discriminação positiva em relação às equipas femininas é um avanço que é necessário!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu considero que este apoio e esta discriminação positiva em relação às equipas femininas é mais do que justo, é necessário e é urgente nesta matéria!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD) e Deputada Mónica Seidi (PSD): Apoiado!

Deputado Francisco Coelho (PS): A melhor intervenção do PSD!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que ficou aqui claro que é preciso de uma vez por todas definir os critérios de uma forma clara na atribuição da palavra “Açores” porque vê-se que até nisso há aqui alguma confusão.

Acho que é urgente de facto definirem os critérios para que todos percebam o que é a palavra “Açores”, em cada equipa o que é que quer dizer e o que é que vale.

Concordo na generalidade com o que a Deputada Mónica Seidi disse, no entanto no ponto resolutivo apenas pede equiparação dos apoios atribuídos na mesma modalidade a equipas do sexo feminino e masculino. Acho que devia estar aqui considerado o mesmo nível competitivo.

E, portanto, o que é dito no início do Projeto de Resolução, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não bate certo!

O Orador: ... o que apela a este critério, se há ou não a palavra “Açores” na definição de verbas, no fundo no ponto resolutivo não é bem isto que se pede.

Deputado Manuel Pereira (PS): A bota não bate com a perdigota!

O Orador: Portanto, há aqui alguma confusão e vamo-nos abster por isso mesmo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Jorge Paiva.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Francisco César, que triste primeira intervenção enquanto líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Estamos aqui num assunto que pretende ser sério, num debate sério e responsável e os senhores tendem sempre levar para a chicana política. Isto é triste, porque estamos a falar de igualdade de género ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e de discriminação que, infelizmente, existe entre os apoios que são atribuídos às equipas femininas comparativamente às equipas masculinas que carregam nas costas a palavra “Açores”.

Lamento as suas palavras e lamento só o exemplo infeliz que deu a nível da empresa porque só vem de facto confirmar a discriminação que existe.

Deputado Francisco César (PS): Mas é uma realidade!

A Oradora: Não é! O Governo Regional não é uma empresa, e o Governo Regional gere dinheiros públicos! Portanto, o exemplo tem que vir do Governo Regional!

O senhor veio aqui dar um triste exemplo de uma empresa, comparando uma atividade privada com aquilo que deve ser a gestão criteriosa de dinheiros públicos ...

Deputado Francisco César (PS): O que é que a Câmara da Ribeira Grande anda a fazer?

O Orador: ... e daquilo que deve ser o exemplo dado pelo governo Regional que, infelizmente, não existe!

E, portanto, continuo por não ter resposta às perguntas que fiz ao Sr. Secretário e acrescento uma terceira que foi levantada ali pela bancada socialista que deu a entender que de facto o Governo Regional tem estudos que provam o retorno que existe a nível da palavra “Açores” entre os dois sexos.

Portanto, Sr. Secretário, continuo à espera das suas respostas.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputado.

De momento a Mesa não inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(* **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro colega:

Há uma questão que me parece importante referir e que a Sra. Deputada Mónica Seidi há pouco referiu que mostra, diria, confusão, eventualmente propositada, que o PSD tem ao trazer aqui este assunto desta forma.

A determinada altura ...

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

Deputado José San-Bento (*PS*): Deixe o homem falar, por favor!

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Eu já sei o que ele vai dizer! O que disse na comissão!

O Orador: A sério? A Sra. Deputada tem a capacidade de ...

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Esta tensão entre as direções das duas bancadas aqui do PS e do PSD ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Ninguém corte esse belo raciocínio que ele estava a ter!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado Bruno Belo. Obrigado por considerar o meu raciocínio brilhante. É um gosto.

O Orador: A Sra. Deputada Mónica Seidi disse uma frase, não nesta intervenção, na anterior, que parece interessante voltar a referir.

Vou citá-la, Sra. Deputada, veja bem. A Sra. Deputada disse a determina altura: “As equipas precisam deste apoio para terem equipas mais competitivas”. Foi, foi, constará no diário das sessões.

Deputado Bruno Belo (PSD): As voltas que os senhores já deram!

O Orador: Veja-se bem. A Sra. Deputada Mónica Seidi disse, no meio do seu registo frenético a fazer a intervenção e atacar o Governo e o PS: “As equipas precisam deste apoio para serem mais competitivas”.

Então, Sra. Deputada, mas afinal o apoio da palavra “Açores” serve para garantir igualdade de género, serve para promover a Região, ou afinal serve é para fazer as equipas mais competitivas?

Deputado Carlos Silva (PS): Ao ponto que isto chegou!

O Orador: Isto é uma grande confusão, Sra. Deputada Mónica Seidi.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: O PSD é que não sabe o que é que quer!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Porque, enfim, é preciso perceber também o que é que está na base desta proposta, porque, Sra. Deputada, isso nós não aceitamos. Não tente a Sra. Deputada, porque é isso que está a tentar fazer, para que depois saia amanhã nos jornais e mais logo na RTP Açores, que o PSD é o partido defensor das mulheres e todos os outros são aqui ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os jornalistas nem percebem de nada!

O Orador: ... uma cambada de partidos que não respeitam as mulheres, não protegem as mulheres e não garantem a igualdade de género.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se esqueça de explicar bem aos Srs. Jornalistas! Escreva uma cartinha ao leitor!

O Orador: E isso, Sra. Deputada, isso não corresponde à verdade, e isso, Sra. Deputada, não faz qualquer sentido, até porque, como já ficou amplamente provado neste debate, isso, Sra. Deputada, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Os senhores discriminam as equipas femininas!

O Orador: ... não é aquilo que o PSD apregoa e muito menos não é aquilo que o PSD faz, quer nos seus órgãos regionais, quer em algumas câmaras municipais.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E isto, Sra. Deputada, permita-me dizer-lhe, não tente condicionar o debate político que nesta Casa deve ser franco, aberto e democrático.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Só queria que o senhor respondesse àquilo que não responde! Responda!

O Orador: Apesar de a senhora e dos seus colegas não quererem, é relevante politicamente, sim senhora, que o regulamento de apoio às atividades desportivas igual ao regulamento regional ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é disso que estamos a falar!

O Orador: ... na Câmara da Ribeira Grande seja igual ao do Governo e não tenha em conta questões de igualdade de género! É politicamente relevante, Sra. Deputada! É sim senhora, Sra. Deputada!, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... apesar de a Sra. Deputada não querer e não gostar e entrar naquilo que eu considero um defeito política de vossa excelência de resvalar sempre para uma visão sectária, resvalar sempre para uma visão que cria

barricadas no debate político, e enfim, desenvolve argumentos que na nossa perspetiva... isso é uma abordagem primária, Sra. Deputada, permita-me dizer-lhe. Isso é uma abordagem politicamente primária no debate que estamos aqui a ter e nas questões que estão aqui em causa.

Quanto às questões, aos critérios e àquilo que é medido. Eu já referi isso na Comissão, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não referiu não!

O Orador: ... já referi isso hoje mais do que uma vez. A notoriedade, as transmissões televisivas, o tipo de canais em que essas transmissões são feitas, se é na RTP Açores, se são nos canais nicho, se são nos canais de sinal aberto, se são nos canais específicos no caso da Sport Tv, a Porto Canal, a BTV, a Sporting TV, eu referi isso, já disse isso várias vezes.

E volto a dizer. Isso quando estiver disponível terei todo o gosto em remeter esse informação ao Parlamento, está a ser feito também neste momento uma análise tendo em conta a atualidade dos níveis de share, dos impactos, dos retornos, do impacto financeiro na Região desses apoios e, na nossa perspetiva, isso será também um importante instrumento para percebermos onde estamos e para onde devemos ir no âmbito dos apoios concedidos à promoção da palavra “Açores”, porque no que toca ao respeito pela igualdade de género, nós sabemos muito bem onde é que estamos. Somos uma Região de referência, que tem um comportamento irrepreensível ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... nos seus órgão de Governo própria a respeitar as mulheres e a garantir que não há diferenciação de género nos apoios concedidos pela Região Autónomas dos Açores dentro da nossa Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário tentou aqui apanhar mais um subterfúgio para fugir à questão, mas vamos recentrá-la ...

Deputado Francisco César (PS): A senhora é que está a fugir!

A Oradora: ... e o que estamos a debater é a discrepância que está aqui plasmada na Resolução do Conselho de Governo que basta qualquer açoriano aceder e ver os valores diferentes que há para a mesma modalidade, para o mesmo escalão e para sexos diferentes.

Permita-me que lhe diga, Sr. Secretário, mas eu penso que qualquer equipa com o dinheiro que recebe é livre de fazer aquilo que melhor entende. Pode gastá-lo em jogadores para ter uma equipa mais competitiva, pode gastá-lo na formação, pode gastar naquilo que bem entender, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ora aí está!

A Oradora: ... uma vez que o que está aqui em causa é também melhorar a prática desportiva.

E o senhor vem outra vez falar do regulamento desportivo do Governo e das câmaras da Região.

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

Deputado Carlos Silva (PS): É do seu chefe!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Da câmara!

A Oradora: O que o senhor está aqui a tentar dizer é dizer que infelizmente na Câmara da Ribeira Grande é adotado o mesmo procedimento que é adotado pelo Governo Regional.

Deputado Luís Maurício (PSD): É mentira!

A Oradora: Isso é mentira, Sr. Secretário! Não há aqui qualquer discriminação, Sr. Secretário. E o que nós pretendemos com este Projeto de Resolução é que haja uma igualdade no tratamento ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Igualdade!

Deputado Luís Maurício (PSD): Igualdade, que é isso que os senhores não promovem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: ... nos apoios que são concedidos pela promoção da Região no exterior.

É isso que nós defendemos, mas infelizmente é isso que o Governo Regional e que o Partido Socialista não querem defender e preferem continuar a perpetuar a discriminação que existe para homens e mulheres da Região.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não há discriminação!

O Orador: E isso sim é que é politicamente relevante, Sr. Secretário! É politicamente relevante que o Governo Regional discrimine os apoios concedidos no âmbito da palavra “Açores”.

E, portanto, eu apelo aqui a todas estas mulheres, sobretudo às mulheres do Partido Socialista que votem favoravelmente este Projeto de forma a que possamos todos terminar com esta discriminação, ...

Deputado José San-Bento (PS): Oh Sra. Deputada, incitar a revolta?

A Oradora: ... porque de facto ser mulher nos Açores e carregar a palavra “Açores” deve ser igual a ser homem e carregar, com o mesmo intuito, na promoção externa da Região no âmbito da palavra “Açores”.

Portanto, estamos aqui para isso, para proceder a esta equiparação, e contamos com o voto favorável das mulheres da bancada do Partido Socialista.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeira nota, Sra. Deputada Mónica Seidi. A Sra. Deputada acusou-me neste debate de não ser sério.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não ser sério? Isso não é verdade!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não disse isso!

O Orador: E a Sra. Deputada sabe que eu no âmbito de um debate político nunca acuso ninguém de não ser sério, porque aqui somos todos sérios, tanto quanto eu sei.

Nós podemos concordar em discordar e podemos discordar em concordar, e, portanto, é assim que funciona a democracia açoriana e eu espero que continue a funcionar.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Portanto, eu não poderia fazer uma declaração sem dizer isso. Tenho consideração por si, Sra. Deputada, enquanto deputada, portanto, penso que sobre esta matéria estamos esclarecidos.

Deputado André Bradford (PS): E enquanto ex-desportista!

O Orador: Também.

Para além disso, a Sra. Deputada disse uma coisa que não me parece ser correta. A Sra. Deputada veio aqui a esta Câmara e disse: “O que o Governo faz e o que

a própria Câmara da Ribeira Grande, não são iguais. Não é verdade o que estão a dizer”.

Sra. Deputada, Diário da República, 2.ª série, n.º 124, 30 de julho de 2016, página 20345, capítulo dois, posso-lhe dizer: “Regulamento 623 de 2016: regulamento municipal” sabe de quê? “De promoção turística do Concelho da Ribeira Grande”. Promoção turística.

Deputado Carlos Silva (PS): O critério é o mesmo!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é nada!

O Orador: De que é que nós estamos a falar do Governo? Do quê concretamente? Palavra “Açores” no Governo.

O que é concretamente daqui? Palavra “Ribeira Grande”.

Deputado António Almeida (PSD): É parecido!

O Orador: De que critérios é que estamos a falar? Impacto turístico, impacto cultural, impacto educativo, impacto desportivo.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o que eles utilizam como critério é exatamente o mesmo que o Governo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é nada! Ninguém distinguiu!

O Orador: Estamos a falar, e aliás, em baixo até diz: “O montante do apoio financeiro solicitado será analisado de acordo com o retorno da proposta apresentada!

E, portanto, aquilo que nós estamos a falar sobre a Câmara da Ribeira Grande é exatamente aquilo que estamos a falar sobre o Governo, sobre aquilo que o Governo dos Açores está a fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é! Não é!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Estamos a falar do retorno financeiro. Bom, então a seguir vamos ver o que é que há de retorno financeiro.

Dizem que o Governo dos Açores dá mais ao desporto masculino do que ao desporto feminino.

Deputado Luís Maurício (PSD): Em igualdade de circunstâncias!

O Orador: É isso que acontece nos Açores. O que é que acontece a nível internacional? A nível internacional ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que acontece na Arábia Saudita?

O Orador: Isto é muito difícil, mas eu vou tentar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E no Irão?

O Orador: ... 0,7% de todos os patrocínios desportivos são feitos a equipas femininas. 0,7%. O remanescente a equipas masculinas.

O que é que acontece a nível de audiências? Ou seja, esses 0,7 de apoios a equipas femininas acontecem porquê?

Em virtude das audiências, o que é que acontece em todo o mundo em termos desportivos? 93% das audiências do desporto são masculinas. 93%.

Portanto, se nós queremos calcular o retorno económico, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ninguém está a falar de retorno!

Deputado António Almeida (PSD): Isso é um argumento fraquíssimo!

O Orador: ... em particular turístico, de um patrocínio, neste caso em particular da marca “Açores”, nós temos que necessariamente ter em atenção estes dados, porque senão aquilo que os senhores estariam aqui a dizer é que os senhores estão a desperdiçar dinheiro dos contribuintes em atividades desportivas que não trazem retorno financeiro/económico para a Região.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é, não!

O Orador: Aqui não está em causa nenhuma discriminação por género. Está a constatação de um retorno financeiro, porque se o contrário acontecer, ou seja,

o feminino tiver um maior retorno financeiro, é natural que a sponsorização tenha outro tipo de apoio.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, querem discutir a discriminação nesta matéria, parece-me, mais uma vez, errado e fazer exatamente o serviço contrário à causa da luta contra a discriminação por género.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Objetivamente é o que é!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: E sobre esta matéria, esta bancada está convicta em ir contra esta proposta da Sra. Deputada que presta um mau serviço na luta contra a discriminação de género.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor é que está a prestar um mau serviço!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, eu não o acusei de não ser sério, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas podia ter dito!

A Oradora: ... eu disse que estávamos num debate sério. São coisas diferentes. Não o acusei diretamente de não ser sério, mas, bem, não quero de todo ofendê-lo nem muito menos o ver com essa expressão facial, porque, de facto, somos todos sérios aqui até prova em contrário.

De facto, o regulamento é o mesmo entre o Governo Regional e as Câmaras, mas o Governo Regional não aplica o regulamento de forma correta e de forma equitativa, e daí a necessidade de termos que vir aqui fazer este Projeto de Resolução para que de facto haja uma equiparação nos apoios atribuídos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Se não fá-lo de forma equitativa, discrimina!

A Oradora: Eu não ia falar em estudos, não ia falar em prémios, mas o senhor veio aqui falar em prémios, ...

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora é que falou em palmarés!

A Oradora: ... eu também vou falar de um estudo um estudo que em 2017 foi lançado num jornal londrino, um jornal sobejamente conhecido, que de facto dá o exemplo em que 83% das modalidades desportivas há igualdade no pagamento que é feito aos prémios entre homens e mulheres.

Portanto, eu não ia falar de prémios, o senhor veio aqui falar de prémios ...

Deputado Francisco César (PS): Nós não estamos a falar de prémios!

A Oradora: O senhor falou de prémios! Pelo amor de Deus!

Deputado Francisco César (PS): Sponsorização!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: O senhor falou de prémios.

Deputado Francisco César (PS): Sponsorização!

A Oradora: Portanto, há aqui uma clara discriminação que os senhores tentam confundir quem nos ouve, mas é claro como água! Basta ver o que está aqui na Resolução de Conselho do Governo e basta consultar os diferentes montantes. Mais claro do que isto não é necessário, e todos os açorianos que estão em casa e que nos ouvirem, perceberam, de facto, que o Governo Regional não pretende fazer esta equiparação e pretender manter esta discriminação nos apoios que são atribuídos.

E depois, mais uma vez, veio falar em retorno, quando de facto o Sr. Secretário em sede de Comissão nunca falou em retorno, disse aqui hoje que agora é que o

Governo Regional iria fazer uma contratualização para se avaliar de facto o impacto económico, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Quando se investe espera-se retorno, Sra. Deputada!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não foi isso que eu disse!

Deputado José San-Bento (PS): A senhora devia ser rigorosa!

A Oradora: ... e, portanto, nós continuamos sem saber de facto qual é o retorno que o Sr. Deputado Francisco César refere.

Essa bancada está aqui para acabar com esta discriminação, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Essa bancada não está a ser rigorosa!

A Oradora: ... felizmente há outros partidos da oposição que concordam connosco e temos pena que, de facto, o Partido Socialista e o Governo Regional não revejam o seu erro, porque ainda não votámos a Resolução e teríamos ainda tempo para de facto ver uma alteração dessa bancada, porque de facto as mulheres da Região são tão dignas a promover o desporto no exterior quanto os homens.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não resisto quando vejo que são utilizados argumentos que não são corretos.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado hoje está muito intuitivo!

O Orador: Há pouco, o Sr. Deputado Francisco César estava a dizer: “Bom, juntando todos os apoios internacionais, atingimos um número muito desequilibrado dos apoios em relação às equipas masculinas em detrimento das equipas femininas”. Pois, está errado! É isso que tem que se alterar, porque evidentemente a Arábia Saudita deve contribuir muito generosamente para as equipas masculinas. Imagino que também o Governo do Irão contribua muito generosamente para apoiar as equipas masculinas, ou os Emirados Árabes Unidos, ou Egito, que tratam a mulher como se ainda estivéssemos no século XIV.

Pois, esses números estão errados! Esses números estão errados! E os números dos Açores em relação a esta questão específica pois também estão errados porque são números que ficou demonstrados que favorecem as equipas masculinas em detrimento das equipas femininas! Eu penso que isto fica provado neste debate.

Esses apoios internacionais estão errados! E o que acontece aqui nos Açores é algo errado também em termos de civilização, em termos de progresso civilizacional. Está errado! A vossa posição é uma posição retrógrada e é uma posição que deve ser alterada!

As equipas das mulheres, evidentemente, devem ser beneficiadas, devem ser discriminadas para que exista uma igualdade evidente entre as equipas

masculinas e as equipas femininas do ponto de vista dos apoios que nós estamos aqui a debater.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Misóginos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Sras. e Srs. Deputados.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 18 votos a favor do PSD, dois do BE, um do PCP, um do PPM, 30 votos contra do PS, e quatro abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Solicitar 15 minutos de intervalo.

Presidente: A questão da declaração, perante um pedido de intervalo, ou fica para amanhã ...

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, se for possível, eu penso que da minha parte existiu uma precipitação porque ainda faltavam as declarações de voto e eu não me apercebi.

Portanto, se a Câmara conceder, eu retiro a minha solicitação tendo em conta que admito que me precipitei e que esqueci-me que existia a possibilidade de se poder realizar as declarações de voto.

Presidente: Julgo que a Câmara não se oporá à retirada do pedido de intervalo regimental.

Sendo assim, o Sr. Deputado Paulo Mendes inscreveu-se para uma declaração de voto. Então, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD que pretende, sobretudo, eliminar qualquer tipo de desigualdade de género na atribuição de apoios à atividade desportiva, independentemente da sua origem, ou seja, da origem do apoio.

Sendo que aqui o que esteve em discussão foi tão somente aqueles apoios que são concedidos a equipas desportivas no âmbito da promoção turística da Região.

Ora, e porque estamos a falar de apoios destinados a equipas desportivas, convém lembrar que equipas desportivas são constituídas por homens e mulheres. Ora, ficou aqui provado que existe um desequilíbrio na distribuição desses incentivos, apesar de serem incentivos que se destinam à projeção turística da Região no exterior.

E para isso, o Governo Regional escudou-se numa série de critérios para defender que equipas masculinas e femininas dariam contributos distintos para projetar a Região como destino turístico e refugiou-se naquele que seria um impacto mediático ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, está a fazer declaração de voto. Não pode repetir as intervenções que não foram por si proferidas.

O Orador: O nosso grupo parlamentar tentou provar por $A + B$ que esse impacto mediático era igual, tanto fossem equipas masculinas ou femininas, e em alguns casos até era superior nas equipas femininas.

O Governo Regional nem o Partido Socialista conseguiu provar o contrário. Podíamos pensar que tem a ver mérito mas também não é, não foi de certeza, não tem a ver com mérito. Porquê? Porque vimos que equipas femininas até têm maiores conquistas desportivas do que propriamente as equipas masculinas.

Deputado André Rodrigues (PS): Não tem a ver com isso!

O Orador: Mas se calhar até tem a ver com o mérito, de acordo com aquela que é a posição do Governo Regional e do Partido Socialista. Porquê? Porque para o Partido Socialista e o Governo Regional, a prática desportiva masculina vende mais e melhor a Região como destino turístico, e com isso o Bloco de Esquerda não poderia concordar nem compactuar.

Não podemos compactuar com essa lógica pois isso seria confirmar um desequilíbrio de poder entre géneros que tem, infelizmente, confirmado todo um cenário que é indesejável socialmente e contra o qual nós devemos lutar.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata trouxe a esta Casa este Projeto de Resolução consciente que de facto o desporto pode ser uma plataforma a utilizar na igualdade de género que infelizmente ainda não se verifica de forma justa na sociedade.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nos Açores verifica-se!

A Oradora: Basta, para tal, consultar os pareceres das instituições que nos foram dadas neste âmbito, inclusive da UMAR que diz até que a associação tinha em mente desenvolver um projeto precisamente para demonstrar as desigualdades desportivas na Região. Não é o PSD que diz, é a UMAR, portanto, em relação a esta discriminação, está bem visível, até nos próprios pareceres que recebemos neste âmbito.

A promoção externa da Região, no nosso entender é tão bem feita independentemente do sexo, ou seja, quer seja por homens, quer seja por mulheres, e era nesta perspetiva que nós queríamos contrariar o que atualmente vigora e, portanto, propúnhamos, de facto, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... a equiparação dos apoios atribuídos no âmbito da palavra “Açores”.

Infelizmente o Governo Regional e o Partido Socialista não comungam da mesma opinião, e depois do debate que aqui se proporcionou hoje, uma coisa é certa, e ficámos com essa garantia, é que infelizmente a discriminação existe e infelizmente a discriminação vai continuar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não! Isso é a sua verdade!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra este Projeto de Resolução por três motivos.

Em primeiro lugar, este não foi um Projeto de Resolução sobre a igualdade de género.

Em segundo lugar, a promoção dos Açores não merece que se utilize demagogicamente a argumentação da igualdade de género.

E em último lugar, porque as empresas dos Açores que se esforçam diariamente por vender os seus serviços e os seus produtos da melhores forma, merecem que se utilize da melhor maneira a notoriedade ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Demagogia!

O Orador: ... e a visibilidade ao mais alto nível e da melhor forma, seja através do desporto, seja através de outro meio qualquer.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Julgo não haver.

Pergunto então agora ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se mantém o pedido de intervalo regimental.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim senhora.

Presidente: É regimental.

Vamos então interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 45 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lubélio de Fraga Mendonça

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

Documentos entrados

1 – Projetos de Lei:

Assunto: Determina a extensão do regime específico de acesso à reforma a todos os trabalhadores dos matadouros da Região Autónoma da Madeira – n.º 1130/XIII (PSD) - n.º 235/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 01 – 26

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 18;

Assunto: Nomeação dos Membros das Entidades Administrativas Independentes – n.º 1144/XIII (CDS-PP) - n.º 236/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 03 – 04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 11;

Assunto: Alarga os direitos de cidadania no âmbito das Iniciativas Legislativas dos Cidadãos (Procede à quarta alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho) – n.º 1146/XIII (NINSC) - n.º 237/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 03 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 26.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece as formas de aplicação do regime da segurança e saúde no trabalho previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública – n.º 185/XIII - n.º 231/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 02 – 15

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 07;

Assunto: Estabelece medidas de apoio ao cuidador informal e regula os direitos e os deveres do cuidador e da pessoa cuidada – n.º 186/XIII (GOV) - n.º 234/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 02 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 12.

3 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985 - PCM - (Reg. PL 47/2019) – n.º 110/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 06;

Assunto: Estabelece o conceito de porto seco e define as regras, os procedimentos e a desmaterialização necessários para a sua implementação - MM - (Reg. DL 73/2019) – n.º 111/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 06;

Assunto: Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de segurança dos brinquedos, uso de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e exame de plantas - PCM - (Reg. DL 90/2019) – n.º 112/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 02 – 26

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 18;

Assunto: Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/1628, que estabelece os requisitos respeitantes aos limites de emissão de gases e partículas poluentes e à homologação de motores de combustão interna para máquinas móveis não rodoviárias - MATE - (Reg. DL 167/2018) – n.º 113/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 02 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 19;

Assunto: Adapta as regras aplicáveis à execução das medidas de internamento em unidades de saúde mental não integradas no sistema prisional - MJ - (Reg. DL 395/2018) – n.º 114/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 27.

4 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985 - PCM - (Reg. PL 48/2019) – n.º 109/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 03 – 06.

5 – Projetos de Diploma:

Assunto: Visa regular o regime do exercício de funções pelos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, suas obrigações declarativas e respetivo regime sancionatório – n.º 232/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 02 – 28;

Assunto: Visa aprovar as regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um Registo de Transparência da Representação de Interesses junto da Assembleia da República – n.º 233/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 02 – 28.

6 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Cria o apoio para aquisição de medicamentos para idosos \(APAMID\) – n.º 29/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 02 – 26

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 04 – 01;

Assunto: [Segunda alteração ao DLR n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, alterado pelo DLR n.º 5/2016/A, de 24 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - FUNDOPESCA – n.º 30/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 03 – 01

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 04 – 04.

7 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Décima Terceira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2012/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 13/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro e 6/2019/A, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico da Atribuição do Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar Regional – n.º 36/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 04 – 04;

Assunto: [Regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores – n.º 37/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 06

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 04 – 08.

8– Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores que promova a divulgação da certificação civil do Aeroporto das Lajes junto de todas as entidades nacionais e internacionais e promova a angariação de novos fluxos turísticos para a ilha Terceira – n.º 128/XI](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 02 – 22

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Auditoria pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas às Parcerias Público-Privadas da Região Autónoma dos Açores – n.º 129/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 04 – 08.

9 – Requerimentos:

Assunto: [SATA volta a prejudicar passageiros da Graciosa](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18

Referência: 54.03.04 – N.º 582/XI;

Assunto: [Grua do Porto das Poças avariada](#)

Autores: Bruno Belo e Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18

Referência: 54.03.08 – N.º 583/XI;

Assunto: [Falta de resposta do Centro de Processamento de Resíduos da Ilha de São Jorge](#)

Autor: Jorge Paiva (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18

Referência: 54.01.05 – N.º 584/XI;

Assunto: [Para quando a requalificação das estradas interiores do Faial?](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 02 – 22

Referência: 54.03.07 – N.º 585/XI;

Assunto: [Classificação das danças e bailinhos do Carnaval Terceirense no Inventário do Património Cultural Imaterial](#)

Autores: César Toste, Mónica Seidi e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 02 – 25

Referência: 54.03.03 – N.º 586/XI;

Assunto: [Acidente mortal ocorrido em outubro de 2017 no Centro de Processamento de Resíduos do Corvo e o apuramento das responsabilidades](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 02 – 28

Referência: 54.07.09 – N.º 587/XI;

Assunto: [Ponto da situação da Cooperativa Ocidental](#)

Autores: Bruno Belo e António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 01

Referência: 54.03.08 – N.º 588/XI;

Assunto: [Medicina do Trabalho praticada por empresa privada nas instalações do Hospital da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 06

Referência: 54.03.07 – N.º 589/XI;

Assunto: [Avaliação dos apoios à seca agrícola dos Açores, perdas na produção e/ou colheita de milho, hortícolas, tabaco e sorgo](#)

Autor: António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 06

Referência: 54.03.00 – N.º 590/XI;

Assunto: [Avaliação dos apoios à seca agrícola dos Açores, concentrado fibroso, palha e feno](#)

Autor: António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 06

Referência: 54.03.00 – N.º 591/XI;

Assunto: [Reprogramação do Portugal 2020 e do Açores 2020](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07

Referência: 54.03.00 – N.º 592/XI;

Assunto: [Trabalho desenvolvido no âmbito da valorização das relheiras dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07

Referência: 54.07.00 – N.º 593/XI;

Assunto: [Pagamentos do FUNDOPESCA](#)

Autor: Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07

Referência: 54.03.00 – N.º 594/XI;

Assunto: [Concurso para concessão das termas do Carapacho](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 03 – 08

Referência: 54.03.04 – N.º 595/XI.

10 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [POSEI só é uma vitória com mais apoios da União Europeia](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 559/XI;

Assunto: [Cirurgias novamente suspensas no Hospital da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 19

Referência: 54.03.07 – N.º 514/XI;

Assunto: [Obras no porto do Topo - Ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 19

Referência: 54.06.05 – N.º 557/XI;

Assunto: [Processo de acreditação internacional do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 19

Referência: 54.01.03 – N.º 563/XI;

Assunto: [Reforço de vagas em estruturas residenciais para idosos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 19

Referência: 54.02.02 – N.º 579/XI;

Assunto: [Estudo sobre a problemática da toxicodependência](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 20

Referência: 54.06.00 – N.º 564/XI;

Assunto: [Prestação de cuidados pela Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 20

Referência: 54.03.01 – N.º 581/XI;

Assunto: [Estudo científico - "Estudo dos arrojamentos de macroalgas marinhas no porto da Madalena - Pico"](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 22

Referência: 54.06.06 – N.º 434/XI;

Assunto: [Estudo encomendado pelo Governo Regional à Universidade dos Açores sobre descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 25

Referência: 54.01.03 – N.º 424/XI;

Assunto: [Serviço de radiologia nos Centros de Saúde de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 25

Referência: 54.03.05 – N.º 578/XI;

Assunto: [Construção do terminal marítimo e reordenamento do porto de São Roque](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 02 – 28

Referência: 54.03.06 – N.º 475/XI;

Assunto: [Custo de tratamento dos subprodutos de origem animal \(SPOA\) na ilha do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 01

Referência: 54.03.07 – N.º 533/XI;

Assunto: [Inspeções às fábricas da COFACO e Corretora](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07

Referência: 54.06.02 – N.º 517/XI.

11 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter a Resolução de Indignação e Protesto da FESAP/SINTAP

Proveniência: SINTAP/Açores

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Congratulação pelo 75.º Aniversário do Instituto Cultural de Ponta Delgada

Proveniência: Henrique Rodrigues, Presidente da Direção do Instituto Cultural de Ponta Delgada

Data de Entrada: 2019 – 02 – 19;

Assunto: Ofício a informar que vem provocar uma interpelação ao Governo Regional a respeito dos resultados obtidos pelas escolas açorianas no âmbito das provas finais do 3.º ciclo do ensino básico e dos exames finais do ensino secundário (ano letivo 2017/2018)

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2019 – 02 – 19;

Assunto: Ofício a informar que os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 1/2019 – “Transparência da atividade dos serviços inspetivos da Administração Regional Autónoma dos Açores” e 2/2019 – “Décima segunda alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos DLR n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril e 1/2018/A, de 3 de janeiro, que estabelece o regime

jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional” foram enviados para publicação no Diário da República, em 29 de janeiro de 2019 e 5 de fevereiro de 2019

Proveniência: António Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 02 – 20;

Assunto: Ofício remetendo a deliberação relativa à falta de ligações aéreas para a ilha do Faial

Proveniência: Guilherme Sousa, Presidente do Conselho de Ilha do Faial

Data de Entrada: 2019 – 02 – 20;

Assunto: Ofício remetendo a deliberação relativa aos caminhos e estradas da ilha do Faial

Proveniência: Guilherme Sousa, Presidente do Conselho de Ilha do Faial

Data de Entrada: 2019 – 02 – 20;

Assunto: Ofício remetendo relatório aprovado n.º 02/2019-VIC/SRATC (Ação n.º 17-438VIC3) — Fundo Escolar da Escola Básica Integrada Canto da Maia

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 02 – 21;

Assunto: Ofício agradecendo o voto de pesar pelo falecimento de Bruno Domingues da Ponte

Proveniência: Maria Clara de Almeida Barros Queiroz e José de Barros Queiroz da Ponte

Data de Entrada: 2019 – 02 – 27;

Assunto: Ofício a solicitar sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 02 – 27;

Assunto: Ofício a informar que o pedido de substituição temporária, apresentado pela senhora Deputada Maria da Graça Amaral da Silveira, cessará a partir do próximo dia 2 de março, inclusive

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS

Data de Entrada: 2019 – 02 – 27;

Assunto: Ofício a solicitar interpelação ao Governo Regional sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 02 – 28;

Assunto: Ofício remetendo relatório de avaliação da execução do DLR n.º 15/2008/A, de 11 de junho

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2019 – 03 – 01;

Assunto: Ofício remetendo o relatório n.º 03/2019-VIC/SRATC (Ação n.º 18-420VIC3) - Escola Básica e Secundária das Flores

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 03 – 01;

Assunto: Ofício remetendo o relatório n.º 04/2019-VIC/SRATC (Ação n.º 18-424VIC3) - Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária das Flores

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 03 – 01;

Assunto: Ofício remetendo o relatório n.º 05/2019-VIC/SRATC (Ação n.º 18-419VIC3) - Gabinete da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 03 – 01;

Assunto: Ofício requerendo sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta Oral

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2019 – 03 – 06;

Assunto: Ofício remetendo cópia da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD sobre as ligações ao Faial programadas pelo Governo Regional e pela Azores Airlines, pelo verão IATA 2019

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07;

Assunto: Ofício remetendo cópia do Voto de Recomendação apresentado pelo Grupo Municipal da CDU sobre a requalificação do Porto da Horta

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07;

Assunto: Ofício remetendo cópia do Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PS pelas 11 mulheres assassinadas, vítimas de violência em 2019, em Portugal

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07;

Assunto: Ofício agradecendo o Voto de Congratulação sobre o Prémio Nacional da Paisagem 2018 – Paisagem da Cultura da Vinha da ilha do Pico

Proveniência: José António Marcos Soares, Presidente da Câmara Municipal da Madalena

Data de Entrada: 2019 – 03 – 08.

12 – Relatórios:

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XI – “Regime de Proteção e Classificação das Cavidades Vulcânicas dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 02 – 18;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, que regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais](#)

de ambiente e altera a composição do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 02 – 20;

Assunto: Audição n.º 228/XI-AR – “Projeto de Lei n.º 1086/XIII (PEV) - Consagra a Terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (Altera o Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 02 – 26;

Assunto: Audição n.º 232/XI-AR – “Visa regular o regime do exercício de funções pelos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, suas obrigações declarativas e respetivo regime sancionatório”

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07;

Assunto: Audição n.º 233/XI-AR – “Visa aprovar as regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um Registo de Transparência da Representação de Interesses junto da Assembleia da República”

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07;

Assunto: Parecer setorial da Proposta de Resolução n.º 10/XI – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2017”

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 02 – 19;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 108/XI – “Abertura de sala de pequena cirurgia nos Centros de Saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 03 – 06;

Assunto: [Relatório final do Grupo de Trabalho - Análise e avaliação das respostas públicas regionais na área da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens com mais de 12 anos](#)

Proveniência: Grupo de Trabalho - Análise e avaliação das respostas públicas regionais na área da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens com mais de 12 anos/Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 03 – 08;

Assunto: [Audição n.º 224/XI-AR - Proposta de Lei 173/XIII \(Governo\) – “Regula a operação de sistemas de aeronaves civis não tripuladas \("drones"\) no espaço aéreo nacional”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 02 – 19;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 109/XI – “Garantir a realização das obras, e a instalação de equipamentos, que permitam aproveitar plenamente as obras do molhe-cais e alargamento da plataforma do Porto da Casa, na ilha do Corvo”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 02 – 20;

Assunto: [Audição n.º 229/XI-AR – “Projeto de Lei n.º 1100/XIII \(PAN\) - Torna mais transparentes as regras de rotulagem relativas à presença de organismos geneticamente modificados em subprodutos de animais, refeições e produtos não embalados”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 03 – 01;

Assunto: [Audição n.º 226/XI-AR – “Projeto de Lei n.º 1079/XIII \(BE\) - Altera a Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro, promovendo o acesso à atividade de Entidade Inspetora de Instalações Elétricas de serviço particular”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 03 – 07.

13 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 82, 83 e 84, bem como a Separata n.º 15/XI.

Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia n.ºs 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80 e 81, bem como as Separatas n.º 13/XI e 14/XI.

Transcrição efetuada por, *Renata Costa*